

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LINGUÍSTICA

ALINE BERBERT TOMAZ FONSECA LAUAR

**VARIAÇÃO DA EXPRESSÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO: UMA ANÁLISE
DA FALA RURAL DE SANTA LEOPOLDINA - ES**

Vitória
2022

ALINE BERBERT TOMAZ FONSECA LAUAR

**VARIAÇÃO DA EXPRESSÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO: UMA ANÁLISE
DA FALA RURAL DE SANTA LEOPOLDINA - ES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal de Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos

Orientador: Prof^a. Dr^a. Lilian Coutinho Yacovenco

Vitória
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

L366v Lauer, Aline Berbert Tomaz Fonseca, 1990-
Variação da expressão do objeto direto anafórico : uma análise da fala rural de Santa Leopoldina - ES / Aline Berbert Tomaz Fonseca Lauer. - 2022.
167 f. : il.

Orientadora: Lilian Coutinho Yacovenço.
Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Variação. I. Yacovenço, Lilian Coutinho. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

ALINE BERBERT TOMAZ FONSECA LAUAR

**VARIAÇÃO DA EXPRESSÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO: UMA ANÁLISE
DA FALA RURAL DE SANTA LEOPOLDINA - ES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 05 de dezembro de 2022.

Comissão Examinadora:

Prof. Dra. Lilian Coutinho Yacovenco
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Orientadora e Presidente da Comissão

Profa. Dra. Leila Maria Tesch
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Examinadora Interna

Profa. Dra. Maria Marta Pereira Scherre
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Examinadora Interna

Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Examinadora Externa

Prof. Dr. Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Examinador Externo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por LILIAN COUTINHO YACOVENCO - SIAPE 297946

Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHNEm
05/12/2022 às 14:30

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/616267?tipoArquivo=O>

Rosane de Andrade
Berlinck:50458620904

Assinado de forma digital por Rosane de Andrade
Berlinck:50458620904

DN: cn=Rosane de Andrade Berlinck:50458620904, ou=UNESP -
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho,
o=ICPEdu, c=BR

Dados: 2022.12.05 16:07:43 -03'00'

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELO ALEXANDRE SILVA LOPES DE MEI
Data: 05/12/2022 20:23:41-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por LEILA MARIA TESCH - SIAPE 2859620

Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHNEm
06/12/2022 às 10:26

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/616962?tipoArquivo=O>



Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARIA MARTA PEREIRA SCHERRE - SIAPE 99992013

Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGLi/CCHNEm
06/12/2022 às 13:56

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/617191?tipoArquivo=O>

À Cecília, minha herança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido vida, saúde e ter me capacitado para chegar até aqui. Ele é a força que me move, o motivo de tudo, a razão da minha vida, aquele que governa acima de tudo e de todos. A Ele pois seja toda a glória, “porque dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas”.

Agradeço ao meu esposo, Héber, por ser a base sustentadora da nossa família, por ser meu suporte, meu alento, por arrancar de mim as melhores risadas, mesmo em meio ao caos. Sou grata por todos os dias em que assumiu sozinho os cuidados com a casa e com nossa filha porque eu estava ausente. Obrigada, meu amor, por todo cuidado, todo apoio emocional, todo afeto e admiração a mim dispensados. Sem você ao meu lado eu certamente não teria conseguido.

À minha filha, minha herança, meu bem mais precioso. A você, Cecília, eu dedico essa tese, pois foi em meio à sua chegada, ao seu crescimento que ela foi desenvolvida. Muitos foram os momentos em que tive de me ausentar e tantos outros foram aqueles em que me vi sem forças em meio ao cansaço de um longo dia de trabalho e estudos, mas você sempre esteve ali, a minha espera, pra me dar o melhor abraço do mundo. Te amo, filha! Obrigada por todo amor que você me dá!

À minha mãe, Wildma, que tantas vezes não mediu esforços, viajou de Minas à Vitória para me ajudar com a casa e com os cuidados de Cecília. Agradeço também por ter sempre acreditado em mim e ter buscado, desde quando eu ainda era criança, a desenvolver em mim o gosto e o apreço pelo estudo. A senhora é uma fortaleza, mãe! Te amo!

Agradeço também ao meu pai, irmão, avós e tios que sempre acreditaram, oraram e torceram por mim. Aos meus amigos queridos, em especial à Luísa Cardoso, suas orações, palavras de ânimo e amor foram essenciais nessa caminhada.

Agradeço de coração aos meus sogros, Ruth e Anuar, pelas incontáveis vezes em que cuidaram de Cecília quando eu não podia estar com ela. Pelo carinho e amor dispensados a ela e a minha família. Vocês foram fundamentais para que eu completasse minha caminhada acadêmica. Muito obrigada!

Agradeço de modo especial a minha querida orientadora, Lilian Coutinho Yacovenco, que há 13 anos me deu a oportunidade de iniciar na pesquisa como aluna de Iniciação Científica, depois esteve comigo no mestrado e agora no doutorado. Muito obrigada pela parceria e amizade, professora. Sou grata por tê-la há tanto tempo ao meu lado e por poder dividir tantos momentos da minha vida com a senhora. Obrigada pelas longas conversas, pela orientação, pelo café com bolo e por despertar em mim o interesse pela sociolinguística.

Ao grupo de pesquisas PortVix pelo aprendizado e cooperação. Em especial, gostaria de agradecer à Camila Candeias e Lays Lopes que disponibilizaram o *corpus* por elas coletado para que eu pudesse desenvolver minha pesquisa. À Carolina Zanellato por dividir comigo o fenômeno variável e, também, bibliografias, a escrita de artigos, apresentação de trabalhos, as dúvidas, a ansiedade e a felicidade que permeiam a pesquisa linguística. Agradeço ainda aos companheiros de pesquisa Carol Massariol, Fred Pitanga, André Poltronieri, Juliana Scardua, Elaine Borges e Samine Benfica. Esse grupo é poca!

Às professoras Leila Tesch e Marta Scherre pelas preciosas contribuições, não só na banca de qualificação, mas em toda minha trajetória na Universidade, no meu desenvolvimento acadêmico e profissional de modo geral. Sou muito agraciada por poder conviver e ter como referência pessoas tão qualificadas e generosas como as senhoras.

Agradeço, ainda, à professora Dr^a Rosane Berlink pela leitura atenta e pelas considerações realizadas de forma tão cuidada na banca de qualificação, muito obrigada! Aos professores Dr. Marcelo Melo, Dr^a Amanda Marchion e Dr^a Christina Abreu por gentilmente aceitarem compor essa banca de defesa de tese.

A todos os professores e funcionários do Programa de pós-graduação stricto-sensu em Linguística, da Ufes.

Muito Obrigada!

“Ao amanhecer de um dia de nevoeiro, a paisagem perdera o seu contorno exato e regular. As linhas definitivas dos objetos confundiam-se, as montanhas enterravam as cabeças nas nuvens, a cabeleira das árvores fumegava, o rio sem horizonte, sem limite, como uma grande pasta cinzenta, ligava-se ao céu baixo e denso. O desenho apagava-se, a bruma mascarava os perfis das coisas e o colorido surgia como a sombra numa sublime desforra. Por toda a parte manchas esplêndidas se ostentavam. E sobre a campina esverdeada, vaporosa, uma dessas manchas, ligeiramente azulada, movia-se, arqueava-se, abaixava-se, erguia-se e se ia lentamente dissipando. O sol não tardou a vir, e a Natureza sacudiu-se, a névoa fugiu, o Céu espanou-se e dilatou-se em maravilhosa limpidez”.

Canaã - Graça Aranha

RESUMO

No presente trabalho tem-se por objetivo a descrição do fenômeno de variação da expressão do objeto direto anafórico na zona rural de Santa Leopoldina/ES, bem como a contraposição entre a fala rural e urbana, com base no contínuo rural-urbano proposto por Bortoni-Ricardo (2005). Para isso, foram analisadas 44 entrevistas, estratificadas em gênero/sexo, idade e escolaridade dos falantes, entrevistas cujos dados foram comparados aos observados na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo (LAUAR, 2015). A presente pesquisa também busca discutir o papel da escola na aquisição da variante padrão e o uso da variante pronome pleno em textos escolares escritos. Para tanto, tomamos por base os pressupostos da Teoria da Variação e da Mudança Linguística, de William Labov (2008 [1972]) e utilizamos o programa Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) para a análise estatística dos dados. Concluímos que na fala rural de Santa Leopoldina, à semelhança de encontrado em outras cidades brasileiras, como Rio de Janeiro (OMENA, 1978), São Paulo (DUARTE, 1986) e Vitória (LAUAR, 2015), há a substituição do clítico acusativo de terceira pessoa por outras três formas: o pronome pleno, o sintagma nominal anafórico e a anáfora zero. Os resultados demonstram que a mudança linguística verificada em falantes de diversas cidades brasileiras já foi concluída. Em Santa Leopoldina não há presença do clítico acusativo nos 2604 dados analisados, não sendo, portanto, essa forma própria do vernáculo da comunidade, nem do Brasil, mas, sim, uma variante adquirida via escolarização (NUNES, 1996). Na fala urbana o aumento do uso da forma padrão é proporcional ao aumento da escolaridade do falante, ao passo que os dados rurais não demonstram ser a escolaridade um fator relevante para a variação em tela. A anáfora zero é a forma mais produtiva em Santa Leopoldina, com 60,6% dos dados, e em Vitória 54,8% e tem encaixamento linguístico bem estabelecido. O índice de uso do pronome pleno, com forte encaixamento linguístico, é bem próximo nas duas comunidades 12,7% dos casos na zona rural e 13,7% na zona urbana, também a variante sintagma nominal anafórico, forma que em Vitória apresenta 30,9% das ocorrências e a distância de outras capitais, tem índice de uso em Santa Leopoldina de 26,7% bem próximo ao da capital. Esses resultados demonstram um alinhamento entre as comunidades.

Também os encaixamentos linguísticos que condicionam as escolhas das variantes apontam para a sistematização da variação do objeto direto anafórico.

Palavras-Chave: Variação linguística; objeto direto anafórico; fala rural.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to describe the variation phenomenon of the the anaphoric direct object expression in the countryside of Santa Leopoldina/ES, as well to describe the contrast between the countryside speech and the urban speech based on the rural-urban continuum suggested by Bortoni-Ricardo (2005). For this purpose, 44 interviews were analyzed and stratified according to gender/sex, age, and level of education of the speakers. The data collected was compared to the data collected in the city of Vitória, the capital of Espírito Santo (LAUAR, 2015). This research also aims to discuss the role played by formal education in the process of acquisition of the standard variation and the use of the full pronoun variant. To do such, we based our research on William Labov's (2008) Language Variation and Change Theory, and employed the software Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) for data analysis. The conclusion of this thesis shows that the rural dialect shared similarities with the dialect spoken in other Brazilian cities, such as Rio de Janeiro OMENA, 1978), São Paulo (DUARTE, 1986) and Vitória (LAUAR, 2015) when it comes to the substitution of the accusative clitic in the third person by three distinct forms: full pronoun, anaphoric syntagm noun and zero anaphora. The results have shown that the linguistic variation analyzed in the speakers had already been completed. In Santa Leopoldina, the accusative clitic does not seem to exist in the speech produced by the citizens, thus demonstrating such characteristic does not belong to the community's vernacular, let alone Brazil's, but a product of the process of education. In the urban dialect, this seems to be connected to the use of the standard variation, being directly proportional to the level of the speaker's education, whereas the rural data indicate that level of education has nothing to do with the presence of the aforementioned variation. The zero anaphora seems to be the most produced occurrence with 60% of speakers (in Vitória, 54,8%) and presents itself with a well-established language embedding. The index of full pronoun usage with a strong language embedding seems to be quite present in both communities: 12,7% in the rural area and 13,7% in urban area. A similar occurrence can be observed, too, regarding the anaphoric syntagm noun variant: 30,9% in Vitória and 26,7% in Santa Leopoldina. These indexes show the similarities between both communities. The language embedding that conditions

the choice of the variants points to the systematization of the variation of the anaphoric direct object.

Key-words: Language variation; anaphoric direct object; rural dialect

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Espírito Santo por regiões.	60
Figura 2: Mapa da cidade de Santa Leopoldina com divisão das três áreas.....	61
Figura 3: Fotografia panorâmica do centro da cidade de Santa Leopoldina	62
Figura 4: Foto panorâmica atual de Santa Leopoldina.....	63

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Porcentagem de frequência à escola por idade e localidade.....	65
Tabela 1: Distribuição dos dados de acordo com as variantes nas amostras de textos de cada variedade linguística.	40
Tabela 2: Distribuição das variantes no contínuo oralidade-letramento	41
Tabela 3: IDHM por localidade	64
Tabela 4: População rural X população urbana por localidade	64
Tabela 5: Distorção Idade série por localidade	65
Tabela 6: Porcentagem dos ocupados por nível de escolaridade por localidade.....	67
Tabela 7: Estratificação dos falantes em amostra coletada na zona rural de Santa Leopoldina-ES.....	71
Tabela 8: Distribuição geral das variantes.....	86
Tabela 9: Quadro comparativo dos dados de fala.....	88
Tabela 10: Ordem de seleção das variáveis independentes. Dados de Santa Leopoldina.....	92
Tabela 11: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à escolaridade dos falantes. Dados de Vitória.. ..	95
Tabela 12: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à escolaridade dos falantes. Dados de Santa Leopoldina.....	99
Tabela 13: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à faixa etária dos falantes. Dados de Vitória.....	100
Tabela 14: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à faixa etária dos falantes. Dados de Santa Leopoldina.....	100
Tabela 15: Tabulação cruzada entre a faixa etária e o sexo do falante... ..	103
Tabela 16: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao sexo dos falantes. Dados de Santa Leopoldina.....	105
Tabela 17: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao sexo dos falantes. Dados de Vitória.....	107
Tabela 18: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao traço semântico do antecedente. Dados de Santa Leopoldina	111
Tabela 19: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao traço semântico do antecedente. Dados de Vitória.....	112
Tabela 20: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à estrutura do sintagma verbal. Dados de Santa Leopoldina.....	114
Tabela 21: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à estrutura do sintagma verbal. Dados de Vitória	117
Tabela 22: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à categoria morfológica do antecedente. Dados de Santa Leopoldina.	118

Tabela 23: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à categoria morfológica do antecedente. Dados de Vitória.....	120
Tabela 24: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à especificidade do antecedente. Dados de Santa Leopoldina.....	121
Tabela 25: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à especificidade do antecedente. Dados de Vitória.....	122
Tabela 26: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à distância entre o antecedente e a retomada. Dados de Santa Leopoldina..	123
Tabela 27: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à função sintática do antecedente. Dados de Santa Leopoldina.	124
Tabela 28: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à função sintática do antecedente. Dados de Vitória	126
Tabela 29: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao número do antecedente. Dados de Santa Leopoldina	127
Tabela 30: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao tamanho da cadeia anafórica. Dados de Santa Leopoldina	128
Tabela 31: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao turno. Dados de Santa Leopoldina	128
Tabela 32: Pronomes pessoais retos e oblíquos	132
Tabela 33: Pronomes pessoais do português brasileiro formal e do português brasileiro informal	133
Tabela 34: Distribuição das variantes nos textos escritos por alunos	138

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 OBJETO DE ESTUDO	24
2.1 NORMA PADRÃO, NORMA CULTA, VARIEDADE CULTA, NORMA LINGUÍSTICA, NORMA GRAMATICAL E LETRAMENTO.....	24
2.2 OBJETO DIRETO ANAFÓRICO EM FOCO.....	25
3 REVISÃO DE LITERATURA	32
3.1 NELISE OMENA (1978)	32
3.2 MARIA EUGENIA L. DUARTE (1986)	34
3.3 ELIZABETH MALVAR (1992).....	36
3.4 MARIA CRISTINA SILVA (2004)	37
3.5 GILSON FREIRE (2005; 2011)	39
3.6 ALINE BERBERT LAUAR (2015)	42
3.7 CONCLUSÃO.....	43
4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	45
4.1 A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA	45
4.1.1 Condicionamento linguístico, social e a comunidade de fala	48
4.1.2 Metodologia para uma pesquisa com comunidade de fala	50
4.2 ASPECTOS TEÓRICOS RELEVANTES.....	52
4.2.1 Linguística Textual	52
4.2.1.1 Referência e referenciação.....	53
4.2.1.2 Elisão.....	54
4.2.2.1 Informatividade.....	55
4.2.2.2 Iconicidade.....	56
4.2.2.3 Marcação	56
4.2.2 Linguística Funcional	55
4.3 CONCLUSÃO.....	57
5 A CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA: COMUNIDADE DE FALA DE SANTA LEOPOLDINA	58
5.1 A CIDADE DE SANTA LEOPOLDINA.....	58
5.2 PANORAMA SANTA LEOPOLDINA X VITÓRIA.....	63
5.3 CONTÍNUO RURAL X URBANO.....	68
5.4 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA.....	70

6 O ENVELOPE DA VARIAÇÃO	73
6.1 DADOS QUE COMPÕEM A PESQUISA	73
6.2 HIPÓTESES.....	75
6.3 VARIÁVEIS ANALISADAS	77
6.3.1 Variáveis sociais	77
6.3.2 Variáveis linguísticas	78
7 RESULTADOS	86
7.1 DISTRIBUIÇÃO DAS VARIANTES	86
7.2 ANÁLISE MULTIVARIADA.....	89
7.3 RESULTADOS ANÁLISE MULTIVARIADA.....	92
7.3.1 Variáveis Sociais	92
7.3.2 Variáveis Linguísticas	108
7.4 CONCLUSÃO.....	129
8 A VARIAÇÃO NA EXPRESSÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA SALA DE AULA	131
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	148
ANEXO A – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO	154
ANEXO B - DETALHAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DOS FALANTES	155
ANEXO C – MAPA PANORÂMICO DO CENTRO DA CIDADE DE SANTA LEOPOLDINA/ES.....	157
ANEXO D – MAPA DA DIVISÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA/ES	158
ANEXO E – ATIVIDADE DE REFERENCIAÇÃO DESENVOLVIDA COM ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE VITÓRIA – ES.....	159
ANEXO F - ROTEIRO BASE PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS PERGUNTAS DESTINADAS, ESPECIALMENTE, A INFORMANTES DE 7-14 ANOS	160
ANEXO G - ROTEIRO DE ENTREVISTA COMUM A TODOS OS INFORMANTES	162

1 INTRODUÇÃO

A humanidade, desde os tempos mais remotos, interessa-se em estudar e compreender a linguagem humana. O povo judeu, muito antes do nascimento de Cristo, e os cristãos, há mais de dois mil anos, acreditam, de acordo com os ensinamentos da Torah e da Bíblia, que foi por meio da palavra que Deus trouxe à existência todas as coisas. No livro de gênesis, tanto da Bíblia hebraica quanto da cristã, em todo o capítulo 1 lê-se a respeito desse acontecimento, como exemplifica o versículo 3 “E disse Deus: Haja Luz. E houve luz” (BÍBLIA, 1993). Já no novo testamento da Bíblia cristã, João 1:1 a 3 explica que a palavra criadora de Deus na verdade era uma pessoa, Jesus Cristo, que já na eternidade estava com o Pai, ele era o verbo “Haja”, por intermédio do qual o mundo veio a existir “No princípio era o Verbo, o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dEle, e, sem Ele nada do que foi feito se fez”. O relato judaico cristão da criação do mundo exemplifica que o ato de fala não se limita apenas a comunicar uma informação, falar é fazer, criar, nomear, dar vida. É a linguagem que torna possível a vida em sociedade organizada por meio das leis, instituições e hierarquias que se estabelecem e se mantêm através da palavra falada e escrita.

Por esse motivo, já na Antiguidade, os gregos se dedicavam a estudar a linguagem humana, objeto que ocupou e ainda hoje ocupa a mente de muitos estudiosos e pesquisadores, os quais, através de diferentes prismas, investigam a linguagem e as línguas naturais. Entre eles, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968] p. 13), que, no escopo dos estudos linguísticos, foram os pioneiros a propor o axioma da heterogeneidade ordenada.

De acordo com essa concepção, as línguas não são estáticas, mas variam e mudam à medida em que são usadas, a depender da necessidade de seus falantes. No entanto, a variação não acontece ao acaso e nem de forma caótica, pois, a língua, inerentemente variável, é também uma realidade inerentemente ordenada, o que torna possível sua descrição e análise. Segundo os autores, “O princípio da heterogeneidade ordenada e sistemática pode ser constatado em todos os níveis linguísticos em todas as línguas naturais, o que não exclui, em hipótese alguma, a existência de regras categóricas.” (WEINREICH; LABOV; HERZOG 2006 [1968], p. 135)

Partindo, portanto, do princípio de que a variação não ocorre de maneira aleatória, para um melhor entendimento a respeito do funcionamento das línguas, faz-se necessária sua sistematização, a fim de compreender e descrever os fatores que propiciam sua

ocorrência. Esse é, então, o objetivo geral desta pesquisa: observar, analisar e sistematizar a variação do objeto direto anafórico na fala rural de Santa Leopoldina, cidade localizada na região serrana do Espírito Santo.

Embora muitos trabalhos já tenham sido realizados sobre a temática (Omena, 1978; Duarte, 1986; Lauar, 2015, entre outros), nossa pesquisa ainda se mostra relevante por ser, segundo Tarallo (1996), a implementação do objeto nulo¹ e a queda no uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa um dos traços distintivos entre o PB e PE.

Tarallo (1996, p. 70) afirma que a gramática brasileira, já no final do século XIX, mostrava claras diferenças estruturais em relação à gramática lusitana, as quais se tornaram mais acentuadas no final do século XX, destacando-se entre elas a queda do uso do clítico acusativo de terceira pessoa no PB, junto à consequente implementação do objeto nulo no Brasil e a manutenção e uso frequente da forma pronominal pelos falantes portugueses. Tais diferenças explicitam o natural e esperado distanciamento entre os dois sistemas linguísticos (1996, p. 76), fomentado pela distância geográfica dos dois territórios e por sua cultura diversa.

Também Nunes (1996, p. 207) expõe que o português brasileiro vem passando por um processo de perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa, o qual propiciou a expansão dos contextos em que o objeto nulo é aceito no PB, assim como foi possível o uso do pronome tônico como objeto direto, construção agramatical no português europeu. Por isso, a compreensão e sistematização do fenômeno variável em tela demonstra-se extremamente relevante e necessário, o que justifica o seu estudo em numerosas localidades do território brasileiro, incluindo as comunidades rurais.

É sabido que as pesquisas sociolinguísticas, em sua maioria, concentram-se em áreas urbanas, sendo poucas aquelas realizadas a respeito da fala rural. Essa é uma realidade preocupante que demonstra o quanto ainda é basilar o desenvolvimento de estudos que contemplem tais comunidades, uma vez que, no Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, 15,28% dos brasileiros vivem ainda em áreas rurais, porcentagem que representa 31.247.600 pessoas.

Por esse motivo, o presente trabalho foi pensado e desenvolvido. Para além da constatação de que o fenômeno da variação do objeto direto anafórico distingue as variedades brasileira e europeia do português, questionou-se se é esse também um traço distintivo entre o português urbano e o português rural do Brasil, assim como o fenômeno

¹ O termo objeto nulo é utilizado nos estudos gerativos para nomear a variante denominada, nesse estudo, anáfora zero.

do uso de *nós* e *a gente* difere essas duas variedades, conforme demonstrou Foeger (2014).

Segundo a autora (2014, p. 147), o maior uso do pronome *nós*, a ausência de concordância de 1ª pessoa do plural e a elevação da vogal temática em verbos no pretérito perfeito (*fomos* x *fumo*) são marcas que particularizam a variedade rural de Santa Leopoldina e a distinguem da variedade urbana de Vitória. Os resultados da pesquisa confirmaram que a implementação da forma *a gente*, considerada inovadora, “se processa de modo diferente na capital do estado e na comunidade rural em estudo, e há uma atuação muito forte dos fatores sociais, reflexo da diferença de organização dessas comunidades” (FOEGER, 2014, p. 147).

Da mesma forma, é também objetivo desta pesquisa comparar os dados de fala rural da amostra de Santa Leopoldina, cidade com maior porcentagem de sua população vivendo na zona rural no Estado do Espírito Santo, com aqueles analisados por Lauer (2015) em Vitória, capital que detém 100% de seus habitantes em áreas urbanas. Embora considerada uma metrópole, Vitória é cercada por pequenos municípios que possuem grande número de habitantes na zona rural, como Domingos Martins, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, até mesmo os demais municípios da grande Vitória como Serra, Vila Velha, Cariacica, Viana possuem grandes e relevantes áreas rurais. Nesses termos, os conceitos delineados por Bortoni-Ricardo (2005) a respeito da fala rural e urbana mostraram-se relevantes e, por isso, fazem-se presentes nessa pesquisa.

Segundo Bortoni (2005, p. 30), o estudo da língua, enquanto instituição social, deve levar em conta variáveis extralinguísticas de cunho social, econômico e histórico, que condicionam a evolução e a explicação da dialeção regional (horizontal) e social (vertical) das línguas. Assim sendo, a pesquisa a respeito da língua falada na área rural de Santa Leopoldina e sua comparação com Vitória considera aspectos extralinguísticos existentes no eixo horizontal, distinção regional das modalidades rural X urbana, e no eixo vertical, aspectos sociais referentes à escolaridade dos falantes e à estrutura social das comunidades.

Contudo, antes que se faça tal análise, é pertinente que se conceitue fala rural e fala urbana. Para a autora (2005, p. 32), os vernáculos rurais são variedades regional-rurais que apresentam características diversas no léxico, na fonética, na morfologia e na sintaxe. Já a língua urbana inclui as diversas variedades estratificadas da língua utilizadas na zona urbana, tanto na fala quanto na escrita. Essas variedades abarcam aquelas populares, próximas dos vernáculos rurais, até a variedade culta e dependem da escolaridade do indivíduo, da sua classe social, profissão e zona de residência. É ainda

na variedade urbana que se encontram os regionalismos, de cunho geográfico, identificados na fala das cidades brasileiras.

De acordo com a autora (2005, p. 33), a dicotomia variedade urbana *versus* vernáculos rurais decorre do processo de colonização do Brasil. A língua trazida pelos portugueses se conservou nas cidades litorâneas em que havia muitas relações comerciais e culturais com a metrópole portuguesa, seguindo, assim, o modo de falar de além-mar, embora com algumas distinções sintáticas, lexicais e fonológicas. Por outro lado, os vernáculos rurais demonstraram maior distanciamento da norma portuguesa e por muito tempo se ativeram às regiões interioranas e isoladas, sofrendo maior influência da língua geral Tupi e das línguas faladas pelos negros e também conservando traços arcaicos do português. Foram, assim, resultado do sistema de colonização intermitente e precário devido à grande extensão do país.

Contudo, no século XX esse cenário se modificou. O êxodo rural, que levou um grande número de pessoas a sair das pequenas cidades interioranas e da zona rural para se dirigirem aos centros urbanos, e a grande difusão dos meios de comunicação em massa propiciaram um processo de diglossia, desencadeado pelo contato entre os dialetos e pela força normatizadora da norma culta, da escola e dos meios de comunicação.

Nesse interim, os vernáculos transformam-se em dialetos urbanos de classe baixa que, provavelmente, acentuaram a estratificação vertical (social) da língua. Segundo Bortoni-Ricardo:

Ao se radicar na zona urbana o indivíduo egresso de zonas rurais ou rurbanas² percebe mais facilmente a estigmatização que recebem os itens lexicais e expressões salientes de sua fala regional. Por isso, tende a substituí-las por sinônimos de cunho urbano. Entretanto, os padrões fonológicos básicos, que se interseccionam com a sintaxe, como a supressão dos sufixos flexionais, favorecidos pela própria deriva da língua, se mantêm, pois, na sua maioria, estão presentes também em modalidades urbanas populares (ou até na variedade padrão) da língua. Vai-se firmando assim um dialeto popular que parece possuir notável uniformidade em todas as cidades brasileiras, considerando-se à parte os regionalismos lexicais. (BORTONI-RICARDO, 2005, p.33)

Há ainda de se considerar que o Brasil se encontra, a depender da região, em diversos estágios de desenvolvimento. Em algumas regiões metropolitanas, o processo de diglossia, oriundo do contato do dialeto das zonas rurais com dialetos de classes baixas das zonas urbanas já se estabeleceu, mas, por outro lado, há lugares que permanecem isolados tanto quando estavam no século XVIII (BORTONI-RICARDO, 2005).

Também por esse motivo, o presente trabalho se justifica, uma vez que os estudos de fala das comunidades rurais de diversas regiões do Brasil são extremamente

² Falantes denominados “rurbanos” são aqueles originários da área rural e instalados já adultos em área urbana.

necessários para que se compreenda a diversidade linguística desse país de extensão territorial tão grande e tão rico linguisticamente.

Além de todos os fatores e objetivos descritos acima, esta pesquisa propõe desenvolver um outro aspecto do tema. De acordo com Nunes (1996, p. 216), as crianças brasileiras do início do século XX adquiriram uma gramática sem clíticos, o que abriu caminho para o uso de outras duas formas: o objeto nulo e o pronome tônico em função acusativa. Tais formas substituíram o clítico acusativo de terceira pessoa, de modo que a manutenção destes na variedade brasileira atual deve-se à ação normativa da escola.

Também Pagotto (1996, p. 187) discute ser a escola a responsável por introduzir os clíticos na gramática das crianças e adolescentes. Segundo o autor, é somente após o contato com o ensino formal que elas passam a utilizar a forma em seus textos escritos, ainda assim “incorrendo em usos estranhos à gramática portuguesa devidos, provavelmente, à ausência de tais elementos no sistema linguístico adequado na infância” (PAGOTTO, 1996, p. 187).

Em vista disso, o presente trabalho se propõe também a discutir a influência da escola na aquisição da forma padrão, o clítico acusativo de terceira pessoa, na escrita de alunos do segundo ano do ensino médio de uma escola pública da cidade de Vitória, já que, conforme apontou Lauar (2015), essa comunidade de fala não possui o clítico em seu repertório linguístico. Portanto, deseja-se observar se e como a escola propicia a aprendizagem da variante padrão.

Ditas essas palavras iniciais, apresentamos aqui a ordem em que o texto está construído. O capítulo 2 elucida o fenômeno a partir da diferença entre o Português Brasileiro (doravante PB) e o Português Europeu (doravante PE) e, também, das gramáticas normativas e das gramáticas de uso do PB. O capítulo 3 é composto pela revisão bibliográfica de trabalhos sociolinguísticos que tratam da temática. O capítulo 4 traz os pressupostos teóricos e metodológicos sobre os quais se desenvolve esse trabalho. No capítulo 5 é apresentada a comunidade de fala estudada, a história do município, além da discussão a respeito da fala rural e urbana, bem como a constituição da amostra de fala utilizada nesta pesquisa. O sexto capítulo contempla o envelope da variação, as hipóteses e a descrição das variáveis linguísticas e sociais. Logo após, o capítulo 7 discute os resultados da análise multivariada realizada por meio do programa GoldVarb X. (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), O oitavo capítulo diz respeito ao teste realizado com a escrita de estudantes do ensino médio de Vitória e reflete a influência da escola na aquisição da forma padrão pelos alunos. Por fim, o capítulo 9 apresenta as nossas considerações finais.

2 OBJETO DE ESTUDO

Este capítulo visa discutir o objeto de estudo considerando diferentes aspectos a seu respeito. Contudo, antes que passemos a esse ponto, faz-se necessário conceituar alguns termos que perpassarão toda essa tese, fazemos isso no tópico a seguir.

2.1 NORMA PADRÃO, NORMA CULTA, VARIEDADE CULTA, NORMA LINGUÍSTICA, NORMA GRAMATICAL E LETRAMENTO

A discussão que se pretende desenvolver nesta pesquisa a respeito da língua em uso é entrecortada por conceitos que muitas vezes parecem sinônimos, mas não o são. Por esse motivo, consideramos pertinente defini-los a fim de que não haja dúvidas a respeito daquilo que consideramos ao versar sobre norma padrão, norma culta, norma gramatical, norma linguística e letramento.

Assim sendo, entende-se por norma culta a linguagem utilizada pelos falantes urbanos que se identificam tecnicamente como cultos (FARACO, 2008, p. 48), com escolaridade superior completa, altamente letrados e que detêm maior poder social e aquisitivo, em situações monitoradas. Ela é, portanto, “a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações” (FARACO, 2008, p. 75) e está vinculada à cultura letrada.

Contudo, a norma culta não deve ser confundida com a norma padrão, embora elas se aproximem. A norma padrão não é uma variedade da língua, mas sim “um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização” (FARACO, 2008, p. 75) que, segundo o autor, no Brasil, objetiva combater as variedades do português popular. Assim, o que se descreve como norma padrão nada mais é do que uma forma idealizada de uso da língua, abstrata, que não corresponde ao seu uso real.

Essa norma-padrão está descrita nas gramáticas normativas, é a chamada norma gramatical que visa estabelecer regras destinadas a orientar o comportamento linguístico dos usuários da língua. A norma gramatical, portanto, sistematiza “o conjunto de preceitos que devem ser seguidos para falar e escrever corretamente” (ILARI, 2009, p. 206), ela é a representação do padrão da língua.

Por outro turno, a norma linguística é entendida por Faraco (2008, p. 74) como o “conjunto de fenômenos linguísticos que são correntes, habituais (“normais”) numa determinada comunidade de fala”. Já o termo letramento diz respeito às práticas culturais que envolvem não apenas a leitura e a escrita, mas toda e qualquer atividade que tem como pano de fundo a escrita. A culta letrada está envolta em valores relacionados a

modos de ser, de pensar, de dizer, de agir. Esses valores estão constituídos no universo do imaginário social como tendo maior prestígio e se articulam com os processos institucionais que permeiam a sociedade moderna (FARACO, 2008)

A discussão a respeito desses importantes conceitos certamente é mais profunda do que foi aqui desenvolvido, contudo, para a investigação a que nos propomos no decorrer desse estudo, tais definições mostram-se satisfatórias no sentido de que elas são suficientes para a compreensão de nossas análises. Dessa maneira, seguiremos para a exposição do objeto de estudo deste trabalho: a variação da expressão do objeto direto anafórico.

2.2 OBJETO DIRETO ANAFÓRICO EM FOCO

Diversos autores (MATTOSO CÂMARA (1972); TARALLO (1996); NUNES (1996); CYRINO (1996) entre outros) já demonstraram que há muito as variedades brasileira e europeia do português têm se afastado não somente devido a influências das línguas indígenas e africanas na variedade brasileira, mas também pelas mudanças naturais a que as línguas são submetidas, e, estando as duas variedades em diferentes e longínquos territórios nacionais, o distanciamento linguístico é mais que esperado, é um fato.

Segundo Cyrino (1996) e Galves (2001), um dos fenômenos linguísticos que mais fortemente distinguem o PB do PE é a perda do clítico acusativo de terceira pessoa pelos brasileiros e a sua conservação pelos portugueses. De acordo com a autora (Cyrino, 1996, p. 16), a partir da segunda metade do século XIX, houve uma queda no uso geral dos clíticos no PB, sendo o “o” proposicional o primeiro a ter o seu padrão de uso reduzido. Tal diminuição acarretou o aumento das ocorrências de objetos nulos e deu a essa forma uma maior liberdade sentencial, possibilitando sua utilização em contextos que antes lhe eram restritos e que ainda hoje o são no PE. Os exemplos a seguir retirados de Galves (2001, p.76) desenham esse cenário. Tais orações se mostram bem construídas em PB, mas agramaticais em PE:

- (1) Falando do testamento: “Eu informei à polícia da possibilidade de o Manoel ter guardado [0] no cofre da sala de jantar.”
- (2) Falando do tesouro: “O pirata partiu para as Caraíbas depois de ter escondido [0] no cofre.”
- (3) Falando de um presente: Para qual dos filhos o Manoel ofereceu [0]?

Soma-se a isso o fato de que o clítico acusativo de terceira pessoa não obedece à mesma distribuição dos demais clíticos, como não podendo iniciar sentenças, pois necessita de material fonológico que o preceda. Cyrino (1996) aponta que talvez essa distinção, partindo do princípio de que a posição do pronome no PB é preferencialmente proclítica, tenha levado o clítico acusativo de terceira pessoa a ser menos usado pelos brasileiros que os outros pronomes, legitimando, já no século XIX, o emprego da anáfora zero e do pronome nominativo em função acusativa.

Esse processo parece, hoje, apontar para uma mudança já concluída com o desaparecimento da forma conservadora, o clítico (Encontrei com **o Carlos** e chamei-**o** para conversar), na língua falada do Brasil e sua substituição por outras três formas: pronome pleno (Igual **K... K.** tinha muito tempo que eu não via ela³), anáfora zero (Porco nós tinha, mas depois o...eu matei **porco**... agora eu não crio **[0]** mais não⁴), e sintagma nominal (eles perderam **meus papel** em Santa Leopoldina na enchen::te eles perderam **meus papel** lá:⁵), conforme apontaram, entre outros, Duarte (1986), Omena (1978) e Lauer (2015).

Assim, é possível afirmar que a variante padrão, o clítico acusativo de terceira pessoa, não pertence mais ao vernáculo do PB. Segundo Galves (2001, p. 129) essa forma não faz mais parte da gramática “nuclear” a qual resulta da “fixação da gramática pela criança em situação natural de aprendizagem”, mas faz parte da gramática “periférica”, resultante de uma situação de aprendizagem formal. Nunes também afirma que, a partir do século XIX, as crianças adquiriram uma gramática que não contemplava o clítico acusativo, e, desse modo, sua utilização está relacionada ao aprendizado escolar e ao contato com o letramento, revelando grau de instrução elevado de quem o usa, sendo mais frequente na língua escrita e em contextos situacionais mais formais. Isso se confirma, de acordo com os dados do autor, (NUNES 1996, p. 218) na ausência do pronome acusativo na fala de adultos analfabetos e em seu aparecimento tardio na fala das crianças, o qual é observado somente a partir dos que se encontram na quinta série do ensino formal.

De igual modo, nos dados de Vitória (LAUAR, 2015), na primeira faixa etária entre os falantes da amostra PortVix, 7 a 14 anos, não há registro do clítico acusativo. Também a comunidade rural de Santa Leopoldina, como veremos no decorrer dessa pesquisa, comunidade de fala em que a escola parece não exercer tanta pressão sobre os

³ Exemplos retirados do *corpus* de fala de Santa Leopoldina - Feminino, Ensino Fundamental II, 26 a 49 anos.

⁴ Masculino, Ensino Fundamental I, mais de 50 anos.

⁵ Feminino, Ensino Fundamental II, mais de 50 anos.

indivíduos, não possui registro de clítico em nenhuma faixa de idade ou de escolaridade. Além disso, embora haja apenas 15 casos de uso do clítico em Vitória, 40% deles acontece na fala de pessoas com nível superior, outros 40% na fala daqueles que possuem ensino médio e 20% são de falantes do ensino fundamental, o que reforça o fato de ser a escolarização a responsável pela manutenção dessa variante no PB. Para Nunes (1996, p. 219) uma explicação desse comportamento é que, primeiramente, os alunos aprendem o clítico na escrita e, só depois, o transferem, quando o transferem, para a fala formal.

Quanto ao emprego do pronome pleno, ou pronome nominativo em função acusativa, Mattoso Câmara Jr. (1972, p. 48) afirma ser esse um dos traços mais característicos do PB, embora o ensino escolar o condene e faça observações sobre tal construção. Para o autor, a língua literária se apossou dessa forma a fim de caracterizar a linguagem do povo, a linguagem vulgar, sendo, então, um indício do baixo nível social de seus falantes e, também, uma marca da linguagem tipicamente brasileira, arremetida principalmente pelos textos do Modernismo.

Segundo o autor (MATTOSO CÂMARA, 1972, p.42), o uso do pronome nominativo em função acusativa trata-se de uma inovação da estrutura da língua que dissociou o “ele” do sistema de casos do pronome e propiciou comportar-se como os nomes e os demonstrativos, podendo, assim, empregar-se em todos os casos, inclusive no acusativo, deixado vazio pelo “o”. Apesar disso, esse emprego ainda é estigmatizado por ser considerado pelas gramáticas tradicionais desvio da norma, por caracterizar a fala de pessoas menos prestigiadas socialmente e, principalmente, quando se encontra em construções em que não há ancoramento⁶ e causa cacofonia como em “vi ela”, “amo ela”.

De acordo com Galves (2001, p. 45), o contraste de uso do pronome “ele” como objeto direto em PB e PE é forte, já que o pronome pleno não pode exercer a função de objeto direto em PE, “que apenas tem como recurso gramatical o uso do clítico o/a” (GALVES, 2001, p. 45). Já no PB, é possível seu uso em posição de um objeto direto aparecendo sozinho, retomando um SN tópico explícito ou em uma estrutura relativa como pronome lembrete.

O fato é que, apesar das enormes diferenças entre o PB e o PE, a gramática normativa brasileira ainda se baseia na tradição linguística portuguesa. Podemos dizer que a língua muda, mas as regras ou normas prescritas pela tradição gramatical não acompanham as mudanças com a mesma rapidez, causando um hiato entre escrita e fala vernacular. Desse modo, professores e alunos têm de lidar com regras que não estão

⁶ Orações em que não há elemento sintático após o objeto direto. Oração com objeto direto ancorado: “Encontrei ela no shopping”. Oração com objeto direto não ancorado: “Encontrei ela”.

presentes no *input* a que as crianças estão expostas durante a aquisição da linguagem, conforme apontam Duarte e Freire (2014). Isso dificulta a compreensão das regras da tradição gramatical por parte dos estudantes brasileiros e pode acarretar neles uma aversão ao estudo da língua portuguesa.

O fenômeno até aqui discutido desenha exatamente essa situação. A expressão do objeto direto anafórico, de acordo com a variedade padrão, deve ser realizada apenas pelo clítico acusativo de terceira pessoa. Todavia, como já foi dito, os estudos linguísticos, sociolinguísticos e, também, os ouvidos mais apurados, concluem que essa não é somente a forma menos usada na língua falada no Brasil, mas, sim, uma forma não comum à oralidade, que não pertence mais ao vernáculo e que ocorre em raros e específicos contextos na fala de pessoas com mais anos de escolarização.

Por esse motivo, é fundamental discutir a discrepância entre a norma padrão e a variação do objeto direto anafórico no PB. Para exemplificar essa situação contrapomos o que dizem a esse respeito as gramáticas normativas de Bechara (2004) e Cunha e Cintra (2001) e as gramáticas de uso de Moura Neves (2000) e Ataliba de Castilho (2010).

Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2004), diz serem os pronomes categorias que se referem a um significado léxico contido no contexto e formas que indicam dêixis. Segundo o autor, “a rigor, o pronome pessoal reto funciona como sujeito e predicativo, enquanto o oblíquo como complemento” (2004, p. 173). No entanto, essa norma pode ser contrariada quando o pronome for enfático e estiver no fim de um grupo de força, como em: “Olha ele!”

Nessa perspectiva, o gramático justifica o uso da anáfora zero ao afirmar que o pronome complemento do verbo pode ser omitido quando este for conhecido pela situação linguística. Entretanto, o emprego de “ele” como objeto direto só é admitido quando precedido de *todo* ou *só* ou, mais uma vez, dotado de acentuação enfática. O uso dessa variante em outros contextos seria, então, inadequado, incorreto.

Cunha e Cintra (2001), acerca dos pronomes retos, afirmam que são empregados como sujeito, predicativo do sujeito ou vocativo dentro da oração. Os pronomes oblíquos são divididos em formas tônicas e átonas: as formas átonas empregam-se apenas como objeto direto ou indireto do verbo, enquanto as primeiras podem exercer a função de complemento nominal, agente da passiva e adjunto adnominal, objeto indireto, objeto direto (precedido de preposição *a* e dependente, em geral, de verbos que exprimem sentimento). Os autores admitem o uso do pronome nominativo “ele” como objeto do verbo quando preposicionado, como em: “Paciente, obreira e dedicada, é a ela que em verdade eu amo.” (2001, p. 297) Ademais, em um tópico chamado “Equívocos e Incorreções”

admitem ser esse uso antigo no PB, como pode ser visto no trecho abaixo, porém, advertem que deve ser evitado. Com relação à anáfora zero, nada é mencionado.

“Na fala vulgar e familiar do Brasil é muito frequente o uso do pronome ele(s), ela(s) como objeto direto em frases do tipo:

Vi ele. Encontrei ela.

Embora esta construção tenha raízes antigas no idioma, pois se documenta em escritos portugueses dos séculos XIII e XIV, deve ser hoje evitada.” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 288)

Contra-pondo-se às gramáticas tradicionais que se encarregam da propagação de um padrão inatingível, as gramáticas de uso se constroem a partir da descrição da língua em situações reais de fala ou de escrita, por meio da pesquisa linguística e da não imposição de regras a serem seguidas, e, sim, da constatação das diversas formas usadas na comunicação. Embora sejam uma ferramenta riquíssima para o estudo da língua portuguesa brasileira na escola básica e que sejam levadas em consideração em alguns aspectos nos documentos oficiais como a BNCC (Base Nacional Curricular Comum) e o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), ainda assim essas gramáticas parecem ser pouco aceitas dentro do sistema de ensino do nosso país, uma vez que as aulas de língua portuguesa continuam reproduzindo as regras estabelecidas pelas gramáticas tradicionais.

No que se refere ao fenômeno aqui analisado, de acordo com Ataliba de Castilho, o objeto direto tem por características (1) ser proporcional aos pronomes pessoais acusativos “ele/o”; (2) na passiva, assumir a função de sujeito; (3) poder ser preenchido por um sintagma nominal ou por uma oração e (4) poder ser omitido das sentenças. Pode-se observar que o autor registra as quatro formas variantes: o clítico acusativo, o pronome *ele*, o sintagma nominal e a anáfora zero, sem aplicar-lhes peso ou juízo de valor.

Moura Neves, em sua *Gramática de usos* (2004), que contempla as características textuais, morfológicas, sintáticas e semânticas dos pronomes, expõe os usos padrão e não-padrão dessa classe no PB. A autora atesta que o pronome pessoal tem natureza fórica, sendo um elemento de traço categorial e capaz de fazer referência pessoal anafórica e catafórica, enquadrando-se, aqui, principalmente os pronomes de terceira pessoa.

Nesse sentido, o pronome pessoal tem duas funções básicas: interacional e textual, além da função de explicitar a natureza temática de seu antecedente. A autora sinaliza as formas usadas para sujeito, objeto direto, objeto indireto, vocativo e predicativo, além de abordar a ordem de colocação pronominal em relação ao verbo.

No que tange ao pronome “ele”, Moura Neves (2004) afirma que pode funcionar como sujeito e como complemento do verbo e aponta para o fato de que a gramática normativa só admite a segunda função quando o pronome é preposicionado. Contudo, enfatiza que na fala e, em menor proporção, na escrita no Brasil o “ele” ocorre livremente sem a preposição como no enunciado: “Benê levou ele. Levou quase a força” (MOURA NEVES, 2004, p. 457).

Nosso trabalho, então, analisa a variação do clítico acusativo de terceira pessoa na expressão do objeto direto anafórico, assumindo, a partir dos trabalhos aqui discutidos, que a forma padrão vem sendo substituída já há bastante tempo por um pronome pleno, um SN anafórico e uma anáfora zero, conforme os exemplos abaixo:

i) Clítico acusativo

(4) “oi eu sou o Pedro...Olá eu sou a Anita...Prazer em conhece-**la**, Anita⁷.”

(Feminino, Ensino Fundamental II, 7 a 14 anos)

ii) Pronome Pleno

(5) “(...) a gente recebeu a professora C. há pouco tempo...a gente recebeu **ela** em março”.

(Feminino, Ensino Fundamental I, 7 a 14 anos)

iii) Sintagma Nominal anafórico

(6) “(...) Aí o Mogli tem que tentar pegar o rabo dele pra o menino jogar o fogo. Aí... o leão morde o **Mogli**”.

(Feminino, Ensino Fundamental I, 7 a 14 anos)

iv) Anáfora zero

(7) “S. mora ali embaixo... mamãe conhece **[0]**”.

(Feminino, Ensino Fundamental I, 7 a 14 anos)

Ansiamos, portanto, com esta tese, contribuir para a descrição e compreensão desse fenômeno, contrapondo a fala urbana e a fala rural, a partir da análise da comunidade rural de Santa Leopoldina/ES e de sua comparação aos dados da cidade de Vitória/ES (LAUAR, 2015). Pretendemos, também, discutir o papel da escola no que diz

⁷ Esse trecho foi lido pela falante durante a entrevista, ele se encontra no livro de inglês utilizado por ela na escola, por esse motivo não foi contabilizado na análise dos dados.

respeito à aprendizagem e ao uso da variante padrão na escrita dos alunos do Ensino Médio.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, revisamos alguns trabalhos pioneiros e relevantes para o tema em estudo, entre eles: Omena (1978), Duarte (1986), Malvar (1992), Silva (2004), Freire (2005; 2011) e Lauar (2015).

3.1 NELISE OMENA (1978)

Nelise Omena, em sua dissertação de mestrado, publica o pioneiro estudo a respeito da variação do clítico acusativo de terceira pessoa no português do Brasil. A autora, no início de seu texto, afirma que uma das estruturas básicas do português brasileiro é aquela formada por $SN^1 + V + SN^2$, em que o SN^2 é o objeto direto, realizado superficialmente na fala por um substantivo, pronome substantivo, numeral, palavra substantivada ou oração substantiva. Essas formas podem estar expressas ou apagadas por serem facilmente recuperadas no discurso. Omena, então, restringe sua pesquisa à análise do preenchimento do objeto direto representado por um pronome clítico acusativo de terceira pessoa o qual poderia ser substituído por um pronome reto em função anafórica ou simplesmente ser apagado, embora, para essa estrutura, a tradição gramatical considere como correta somente o uso do clítico e aponte como inadequado o uso do pronome reto, forma produtiva no PB (OMENA, 1978, p. 2).

Compreendido o fenômeno variável, a pesquisadora desejava investigar, sistematicamente, a frequência de uso do pronome clítico, do pronome do caso reto⁸ e do cancelamento da forma. Para tanto, utilizou a Teoria da Variação e Mudança, de William Labov, e levantou as seguintes hipóteses:

- O uso do acusativo pronominal no registro falado seria inferior ao da forma nominativa em função de objeto direto;
- Haveria ocorrência de uma outra variação – o cancelamento da forma;
- As variações seriam sistematicamente condicionadas e não aleatórias. (OMENA, 1978, p. 28 e 29)

Omena realizou um estudo preliminar com amostras de fala de um estudante universitário de 19 anos, pertencente à classe média, nascido e criado em Uberlândia, cidade do Triângulo Mineiro. Ao final da coleta de dados, obtiveram-se 67 contextos em

⁸ As quatro formas variantes que concorrem entre si no fenômeno de variação do objeto direto anafórico são nomeadas de formas distintas a depender da corrente teórica utilizada pelo pesquisador para embasar suas análises, a saber: socio-funcional, gerativa transformacional, linguística textual etc. Sendo assim, as pesquisas aqui revisadas e discutidas ao longo da tese podem trazer como nomenclatura para a anáfora zero os termos: cancelamento, categoria vazia, objeto nulo, zero. Para o Pronome Pleno: pronome lexical, pronome tônico, pronome nominativo, pronome do caso reto.

que o pronome objeto deveria ocorrer, tendo sido encontradas três ocorrências do pronome clítico, treze do pronome nominativo e 51 cancelamentos do sintagma nominal. Observa-se que todas as hipóteses levantadas pela autora se confirmaram.

O baixo número de ocorrências do clítico no estudo preliminar levou a pressuposição de que a variante fosse socialmente condicionada, um fato linguístico restrito ao registro escrito ou presente na fala de pessoas mais escolarizadas. Por esse motivo, uma pesquisa mais robusta foi realizada com falantes não-escolarizados, matriculados no MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que estavam em fase de alfabetização. Foram escolhidos, aleatoriamente, dois homens e duas mulheres pertencentes à mesma classe social, com perfil sócio-econômico homogêneo. Para essa pesquisa foram levantadas as seguintes hipóteses:

- O falante não escolarizado desconhece o emprego do pronome oblíquo o(s), a(s);
- No caso em estudo, utiliza a forma de caso reto ou a cancela;
- O uso dessa forma ou seu cancelamento está condicionado a fatores linguísticos. (OMENA, 1978, p. 45)

Com relação à frequência de uso das variantes, somente uma entrevistada utilizou o pronome clítico por duas vezes. Por conseguinte, a análise estatística dos dados foi efetuada tendo o cancelamento como aplicação da regra em oposição ao pronome nominativo.

A autora codificou oito grupos de fatores que julgou influenciarem a variação, sendo eles: a possibilidade de o pronome exercer dupla função, “a de objeto direto da sentença mais alta e a de sujeito da sentença encaixada” (OMENA, 1978, .p. 30)⁹; a posição do pronome ou do seu cancelamento dentro da oração, ou seja, se ele ocorre no final ou no meio das sentenças; a classe de palavras a que pertencia o antecedente; o traço semântico do antecedente; a distância entre o antecedente e o conseqüente, a função sintática do antecedente; a presença de um ou mais candidatos ao papel de antecedente.¹⁰

A pesquisa de Omena obteve 1415 dados, sendo 1070 ocorrências com cancelamento do pronome e 345 com uso do pronome do caso reto. É importante destacar que o trabalho não contemplou a retomada com SNs anafóricos. Observa-se, mais uma vez, que os resultados obtidos comprovam as hipóteses levantadas: a regra do clítico acusativo não é bem estabelecida na fala de não-escolarizados; a regra do cancelamento

⁹ Sentenças como: “não querem deixar ela ir pra fora.” (OMENA, 1978, p. 31)

¹⁰ Sentença com mais de um candidato a antecedente: “Passei a mão no pano, num vestido meu, botei em cima da mesa, cortei...” (OMENA, 1978, p. 55)

Sentença com apenas um candidato a antecedente: “Mandá fazê meu cabelo, num sei se eu faço – solto, num sei se eu faço – preso, ...”(OMENA, 1978, p. 55)

é a mais produtiva, com 76% das ocorrências, enquanto o pronome do caso reto ocorre em 24% dos casos.

A comparação entre as duas variantes confirmou que seu uso não é arbitrário, mas determinado por condicionamentos linguísticos específicos. Os condicionamentos linguísticos para a regra de cancelamento do pronome-objeto encontrados foram o traço semântico [-animado] do antecedente, o antecedente exercendo a função sintática de complemento, a menor complexidade sintática da sentença, aquelas em que o pronome ou seu cancelamento exercem apenas a função de objeto direto, e a presença de mais de um candidato ao papel de antecedente.

Os resultados de obtidos por Omena apontaram, portanto, que o apagamento do objeto direto anafórico era condicionado, particularmente, ao traço semântico, à função sintática do antecedente e ao fato de o item apagado exercer exclusivamente uma função dentro da sentença. As variáveis sociais não foram consideradas na pesquisa desenvolvida por Omena.

3.2 MARIA EUGENIA L. DUARTE (1986)

Maria Eugênia Duarte defendeu em sua dissertação “Variação sintática, clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil” que a sobrevivência do clítico acusativo estaria ameaçada na fala e sofria modificações na escrita. Segundo a autora, na fala seria comum a substituição do clítico acusativo de terceira pessoa por um pronome lexical, um SN pleno e, principalmente, por uma categoria vazia. Dessas quatro formas, somente o clítico e o SN pleno são aceitas pela tradição gramatical, sendo o pronome lexical e a categoria vazia, embora as mais produtivas no PB, rejeitadas pela norma padrão.

Para melhor compreender o fenômeno linguístico, em sua pesquisa sociolinguística, Duarte apresenta um quadro com os condicionamentos linguísticos, sociais e estilísticos que atuam na variação do objeto direto anafórico. Foram coletados dados de fala em entrevistas labovianas com 45 falantes paulistanos, divididos por escolaridade (ensino fundamental, ensino médio e universitário) e faixa etária (22 a 33 anos, 34 a 45 anos, acima de 45 anos), além de 5 falantes com idade entre 15 e 17 anos que cursavam a 8ª série do ensino fundamental, mais 4 horas de gravação de telenovelas e 4 horas de gravação de entrevistas televisivas para formar os *corpora* de sua pesquisa.

As hipóteses levantadas pela autora foram as seguintes: o uso do clítico acusativo no PB é resultante do ensino formal e do hábito de leitura e escrita; a faixa etária e o nível

de escolaridade mais altos favorecem o uso do clítico e da categoria vazia, por não serem essas variantes socialmente estigmatizadas. Por outro lado, a faixa etária e o nível de escolaridade mais baixos propiciam o uso do pronome lexical, variante não-padrão. (DUARTE, 1986, p.12)

Com relação aos diferentes gêneros textuais, esperava-se uma maior aproximação entre os dados de fala casual e os dados de novelas, favorecendo as formas não-padrão, enquanto as entrevistas de TV, por ocorrerem em um contexto mais formal, com falantes com alto grau de instrução, desfavoreceriam a ocorrência do pronome lexical. Para Duarte, a confirmação dessas hipóteses propicia a afirmação de que as realizações do objeto direto anafórico são, de fato, condicionadas pela escolaridade e idade do falante e pelo grau de formalidade em que ocorre a fala.

A análise dos dados confirma as hipóteses de cunho social. Embora o uso do clítico seja muito baixo em todos os níveis de escolaridade, ele cresce proporcionalmente à escolaridade dos falantes, enquanto o uso do pronome lexical decresce, reflexo da valorização do pronome oblíquo e desvalorização do pronome reto pelo ambiente escolar. A utilização da categoria vazia é alta em todos os grupos, principalmente nos falantes com nível universitário. Os SNs anafóricos são menos frequentes que o pronome lexical entre os falantes de 1º e 2º graus e, por outro lado, os falantes com nível superior de educação formal favorecem essa variante. Esse comportamento explica-se pelo caráter não estigmatizado do SN que se coloca ao lado do objeto nulo como estratégia de escape à variante padrão e à estigmatizada.

Com relação aos fatores linguísticos, os dados estatísticos revelam que a categoria vazia é altamente condicionada pelo traço semântico [-animado] do antecedente e pela estrutura simples da sentença. O traço [+ animado] favorece o preenchimento do objeto, principalmente por um pronome lexical, bem como estruturas complexas, em que o objeto funciona também como sujeito da oração encaixada¹¹. Os SNs anafóricos partilham dos mesmos condicionamentos da categoria vazia. O clítico acusativo não foi analisado estatisticamente por apresentar um número muito reduzido de dados.

Ao contrapor a fala natural e a fala midiática, Duarte constatou a semelhança entre a fala natural e a das novelas, com baixo índice de clíticos, uso moderado de pronomes lexicais e SNs e elevado uso da categoria vazia. Os resultados apontam para uma conclusão já esperada: devido ao seu público alvo, o texto das novelas busca reproduzir a fala popular.

¹¹ Duarte denomina estruturas complexas aquelas que Omena (1978) considerou serem formadas por dupla função do pronome, como em: "Deixei ela fazer a prova".

Por serem dirigidas a um público mais restrito, mais elitizado, conduzidas por falantes com alto nível de escolaridade, esperava-se que a fala das entrevistas televisivas privilegiasse o clítico. Contudo, essa hipótese não se confirmou, pois o clítico não possui porcentagem de uso considerável nem mesmo neste contexto de fala, mais formal. Por outro lado, a formalidade fez com que se evitasse o pronome lexical, variante mais estigmatizada. Dessa forma, a autora observou que a diferença entre os dois estilos midiáticos não é a presença maior ou menor do clítico e, sim, a ausência ou a presença do pronome lexical. As outras duas variantes, o sintagma nominal preenchido e o apagado, são, em ambos os casos, saídas para se evitar a variante em desuso, o clítico, e a variante estigmatizada, o pronome lexical.

3.3 ELIZABETH MALVAR (1992)

Malvar analisou a realização do objeto direto de terceira pessoa em cadeia anafórica em entrevistas provenientes de três amostras de dados sociolinguísticos: seis entrevistas de analfabetos adultos rurbanos moradores de Brasília (DF), doze narrativas de meninos e meninas em situação de rua de Goiânia (GO) e quatro entrevistas com falantes moradores de Brasília (DF), divididos por escolaridade em três grupos: 4ª série, 8ª série e universitários. O grupo da 4ª série foi dividido por origem entre rural e urbano, sendo seis pessoas de cada origem.

Os resultados obtidos apontam o baixo uso do clítico acusativo, 1% das 1173 ocorrências, 25% de uso do pronome lexical, 28% de SN pleno e a 46% de categoria vazia.

A autora concluiu que o clítico acusativo é praticamente nulo na fala dos falantes, estando sua permanência no português introduzida pela escrita e ensinamentos escolares. A variante pronome lexical é socialmente estigmatizada, seu uso é desfavorecido pelos falantes mais escolarizados, porém mantém-se na língua por ter um encaixamento linguístico muito forte. Favorecem a essa variante as estruturas sintáticas complexas, narrativas, cadeias anafóricas mistas e, principalmente, o traço [+animado] do antecedente e a função tópico do antecedente. Ao contrário desta, a categoria vazia, variante não-padrão e não-estigmatizada, é favorecida pelo traço [-animado] do antecedente, por estruturas simples, entrevistas, cadeias anafóricas puras¹².

Malvar buscou também observar se haveria contraste entre a fala dos falantes da 4ª série rurais e urbanos, no entanto, o pequeno número de dados não possibilitou que se

¹² A cadeia anafórica pura caracteriza-se por “ser o objeto direto anafórico de 3ª pessoa, anterior ao objeto direto em análise, um objeto direto anafórico da mesma cadeia, ou seja, um elemento de igual antecedente.” (MALVAR, 1992, p. 91)

fizessem generalizações a respeito da origem dos falantes, uma vez que a variável não foi selecionada como estatisticamente relevante. Contudo, o que se pode notar com relação à frequência das variantes é que os falantes rurais usam mais o pronome lexical e menos a categoria vazia do que os falantes urbanos. Já os pesos relativos demonstram que os dois grupos favorecem, mesmo que levemente, o pronome lexical.

3.4 MARIA CRISTINA SILVA (2004)

Maria Cristina Silva (2004) analisou em sua dissertação de mestrado a variação do objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro no Sul da Bahia. A pesquisa de Silva faz parte do projeto Vertentes, o qual objetiva descrever o português rural no Estado da Bahia e constitui-se de amostras de fala de diferentes comunidades fundadas por escravos ou ex-escravos que vivem em relativo isolamento em relação às demais comunidades e à zona urbana. Ao total, 4 *corpora* compõem o projeto Vertentes: Helvécia, Cinzento, Sapé e Rio das Contas, e, de cada um deles, foram selecionadas pela autora 6 entrevistas para compor o *corpus* de seu trabalho, totalizando 24 entrevistas estratificadas em gênero (masculino, feminino), escolaridade (analfabetos, semianalfabetos), faixa etária (20 a 40 anos, 41 a 60 anos, mais de 61 anos), ausência prolongada da comunidade ou não.

Para análise estatística dos dados, a autora considerou as variantes clítico acusativo, pronome tônico, sintagma nominal anafórico e categoria vazia. Foram encontradas 1775 ocorrências de objeto direto anafórico, sendo 16% de sintagmas nominais anafóricos, 12% pronomes tônicos e 72% de categoria vazia, não havendo casos de uso da forma padrão, o clítico acusativo, uma vez que essa forma parece estar relacionada à escolaridade elevada, conforme apontou Duarte (1986), fator não encontrado nas comunidades rurais analisadas.

Uma das hipóteses levantadas pela autora para o pronome lexical seria seu maior uso na zona rural em detrimento da zona urbana, uma vez que esse dialeto manteria traços criouliizantes devido ao contexto multilíngue em que se formou e a condição de isolamento das comunidades. No entanto, a comparação dos dados rurais de Silva (2004) e urbanos de Duarte (1986) contrariou essa hipótese, pois a variante apresentou menor percentual nos dados de fala rural (12%) que nos dados urbanos (15,4%).

Para a realização da análise multivariada dos dados, Silva levou em conta as variantes pronome lexical e categoria vazia. O programa estatístico VARBURL selecionou como relevantes entre as variáveis sociais o gênero do falante e a comunidade a que pertencia. No entanto, ainda que a variável faixa etária não tenha sido indicada no cálculo

dos pesos relativos, a autora chamou a atenção para a importância de considerar seus resultados de frequência relativa, uma vez que a compreensão desses dados poderia indicar o pronome lexical como a forma variante mais recente dentro das comunidades estudadas, tendo sido por esse motivo a variável considerada e analisada.

Os resultados da variável gênero demonstram a categoria vazia sendo favorecida pelas mulheres enquanto os homens favorecem o pronome tônico. Sendo assim, Silva aponta que as mulheres, no dialeto rural analisado, mantêm uma postura mais conservadora que os homens.

Com relação à variável faixa etária, a autora observou nas frequências um comportamento contrário às expectativas da pesquisa, por isso considerou a frequência de todas as variantes ao analisar a variável. A interpretação dos resultados encontrados mostra que o SN tem índice maior na faixa III, é neutro na II e baixo na I, refletindo “um comportamento comum em situações de contato, uma vez que no processo de aquisição de uma língua alvo, há perda de material gramatical e a manutenção de itens lexicais” (SILVA, 2004, p. 128). Já o pronome lexical apresenta um decréscimo de uso na faixa etária III e um leve aumento nas faixas I e II, além disso, é menos usado nas comunidades mais isoladas. Esses resultados levaram a autora a assumir a posição de que o pronome lexical teria sido introduzido nas comunidades num segundo momento da aquisição da língua alvo, sendo ele, então, mais recente que a categoria vazia no dialeto rural afro-brasileiro.

Entre as variáveis linguísticas, o programa VARBURL selecionou como estatisticamente relevantes para a escolha do pronome lexical na variação do objeto direto anafórico os traços [+animado], [+específico] [+referencial] do antecedente; antecedente pronominal, o que leva a interpretação de que ocorre paralelismo discursivo na escolha das variantes, estruturas gramaticais em que o elemento recebe, do verbo anterior, caso acusativo e, do verbo subsequente, caso nominativo; presença do sujeito na sentença; sentenças com verbo no tempo presente e quando o objeto direto encontra-se mais distante de seu antecedente.

Por outro lado, favorecem a categoria vazia os traços [-animado], [-específico] e [-referencial] do antecedente, antecedentes vazios, conforme postulado pelo paralelismo discursivo, estruturas gramaticais mais simples do tipo SVO, ausência do sujeito na sentença, verbos no pretérito perfeito e imperfeito e objetos diretos mais próximos ao antecedente.

Ao final, a autora conclui que o contato entre línguas na formação do povo brasileiro foi o grande responsável por mudanças ocorridas no PB e que este é resultado de vários

processos de transmissão linguística irregular (SILVA, 2004, p. 135). Porém, a análise não permitiu concluir que as comunidades analisadas passaram por um processo de criouliização prévia, uma vez que os dados apresentados para a fala rural afro-brasileira assemelharam-se muito àqueles observados na fala urbana por Duarte (1986).

Com relação à hipótese de que o pronome lexical foi implementado tardiamente nas comunidades mais isoladas, como um segundo estágio da formação da língua ocorrido a partir de contato linguístico, a autora diz fazer-se necessário um estudo mais amplo para que se assuma posição diante de tal afirmação.

3.5 GILSON FREIRE (2005; 2011)

Freire (2005, 2011), em estudo sociolinguístico paramétrico, investiga as estratégias de substituição do clítico acusativo e dativo de terceira pessoa na modalidade escrita do português brasileiro e europeu a partir do contínuo oralidade e letramento de Bortoni-Ricardo (2005). Para efeito da nossa pesquisa, levaremos em consideração nessa revisão unicamente os dados relacionados à variação do clítico acusativo de terceira pessoa.

Assim como Duarte (1986), Freire aponta três estratégias que competem com clítico na posição de objeto direto anafórico: o pronome lexical, o sintagma nominal anafórico e o objeto nulo, de modo que os objetivos do trabalho foram avaliar a implementação dessas formas variantes na escrita brasileira e portuguesa, observar como os clíticos, praticamente extintos da modalidade falada do PB, são recuperados na escrita e comparar os padrões de uso dessa variante nos textos escritos nas duas variedades linguísticas.

As amostras do PB e do PE analisadas por Freire constituíram-se por textos de jornal e histórias em quadrinhos encontrados nas bancas da cidade do Rio de Janeiro e Lisboa entre os anos de 1995 e 2004. Os gêneros textuais examinados foram divididos em três grupos no contínuo (FREIRE, 2011, p.14):

- a) [+ ORALIDADE/ – LETRAMENTO]: tiras e histórias em quadrinhos;
- b) [+ ORALIDADE/ + LETRAMENTO]: crônicas, trechos de fala transcritos em reportagens e entrevistas transcritas;
- c) [– ORALIDADE/ + LETRAMENTO]: reportagens, editoriais, críticas de livro/filme e artigos de opinião.

No total, as amostras possuíam 174 textos do PB e 86 do PE. A diferença no número de textos de cada variedade deveu-se ao fato de o número de ocorrências do clítico acusativo e do dativo ser bem mais robusto em PE do que em PB, por conseguinte, para balancear os dados, aumentou-se o número de textos da amostra brasileira.

A tabela 1, retirada de Freire (2011, p.19), mostra os resultados gerais de uso das formas variantes nas duas variedades estudadas.

Tabela 1: distribuição dos dados de acordo com as variantes nas amostras de textos escritos de cada variedade linguística.

	Clítico		Pronome Lexical		SN anafórico		Objeto Nulo	
PB	189/406	47%	32/406	8%	58/406	14%	127/406	31%
PE	282/366	77%	-	-	40/366	11%	44/366	12%

Fonte: Freire (2011, p. 19)

Os resultados confirmam a hipótese de que os clíticos seriam a forma mais utilizada devido à modalidade da língua analisada, no caso, a escrita. No entanto, é evidente que no PE a forma padrão é a estratégia majoritária (77%), enquanto no PB, embora o clítico tenha uma frequência de uso alta (47%), as demais variantes conjuntamente superam seu uso (53%). Isso demonstra, de acordo com Freire, que, na escrita brasileira, em substituição ao padrão normativo, as demais formas de expressão do objeto direto anafórico estão já implementadas, assim como na fala. O autor também conclui que a influência da tradição gramatical nos dados do Brasil pode ser observada na rejeição do pronome lexical em textos escritos, mas não há impedimento ao uso das outras formas em variação. Diferentemente de Portugal, onde não há ocorrências do pronome lexical em função de objeto, mas também há ocorrências de SN e do objeto nulo, seu uso não ameaça a hegemonia do clítico. Segundo Freire, (2011, p. 20), os dados de escrita do PB se assemelham aos de fala do PE e “o efeito da escolarização sobre os adultos letrados brasileiros no que diz respeito à recuperação do clítico acusativo é mais pujante na escrita”, fato que sinaliza não ser a gramática do adulto letrado brasileiro a mesma do letrado português.

A tabela 2 refere-se aos resultados para o clítico acusativo quanto ao contínuo oralidade e letramento no PB e PE.

Tabela 2: Distribuição das variantes no contínuo oralidade-letramento.

PB	Clítico	Pron. Lexical	SN anafórico	Objeto Nulo	Total
[+oralidade/ -letramento]	15	22	20	46	103
[+oralidade/ + letramento]	70	10	24	57	161
[-oralidade/ + letramento]	104	-	14	24	142
PE	Clítico	Pron. Lexical	SN anafórico	Objeto Nulo	Total
[+oralidade/ -letramento]	86	-	23	23	132
[+oralidade/ + letramento]	109	-	11	14	134
[-oralidade/ + letramento]	87	-	6	7	100

Fonte: Freire (2011, p.30)

No que se refere ao PB, nos contínuos que possuem [+oralidade], as características da fala mantêm-se na escrita, sendo menor uso do clítico em comparação com a soma das demais estratégias na representação do acusativo de terceira pessoa. No contínuo [-oralidade +letramento] a forma padrão mostra-se mais produtiva, porém ainda não absoluta, pois, embora não haja casos de pronome lexical, o clítico continua em competição com o SN e o objeto nulo. Freire pontua que o contínuo em questão se assemelha, de certa forma, ao quadro geral de uso do PE, com ausência do pronome lexical e baixo uso do SN e objeto nulo. Segundo o autor:

Essa similaridade se deve muito provavelmente ao fato de o modelo de língua considerada culta no Brasil ter sido estabelecido “à imagem e semelhança” do português europeu moderno. Por esse motivo, a tradição escolar, codificada nas gramáticas que servem de base ao ensino do português, estabelece os clíticos e como únicas estratégias legítimas de representação do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa, entre outras tantas prescrições. Contudo, a julgar pela distribuição desses elementos no contínuo oralidade-letramento do PB, essa tradição parece obter certo êxito somente num dos extremos, o que é esperado num sistema em que os clíticos acusativo e dativo já não fazem parte do processo de aquisição natural da linguagem. (FREIRE, 2011, p. 29-30)

No PE, por outro lado, o clítico sobrepuja as demais formas em qualquer contexto e contínuo, o que corrobora o fato de ter essa variedade do português uma rica concordância¹³. Portanto, para Freire, pode-se afirmar que o clítico acusativo de terceira

¹³A respeito da concordância, Freire (2011, p. 41) expõe: “No quadro teórico do modelo de Princípios e Parâmetros da gramática gerativa (Chomsky, 1981), distinguem-se as categorias de nível sintagmático (phrases) das de nível nuclear (heads). Consoante essa distinção, os pronomes tônicos são considerados à semelhança dos sintagmas nominais, enquanto os clíticos são analisados como núcleos. Isso pode ser explicado pelo seguinte: na estrutura de superfície, os primeiros simplesmente ocupam uma posição argumental de sujeito ou de objeto de preposições; os últimos, devido à sua marcação morfológica casual, agregam-se ao seu atribuidor de caso, isto é, ao verbo que, por sua vez, fica em um núcleo de concordância. Assim, por se afixarem ao verbo, dominado pela categoria funcional núcleo da sentença, os clíticos acabam sendo interpretados como elementos nucleares.” Ainda segundo Freire (2011, p. 41 - 42), “mostra-se fraca a concordância que não contém pessoa ou contém pessoa como um traço meramente sintático. É justamente isso que se verifica no PB, porquanto a simplificação nos paradigmas verbais, desencadeada pela perda da distinção desinencial nos verbos entre tu e você, gerou um sistema de concordância caracterizado por uma oposição apenas binária: pessoa (primeira)/não-pessoa (terceira) articulada a uma oposição singular/plural. Assim, o quadro das desinências número-pessoais que restaram no inventário do PB oral contemporâneo pode ser

pessoa não possui o mesmo *status* no PB e em PE, uma vez que, na variedade de além mar, a forma padrão se mostra estável ao longo de todo o contínuo, enquanto na variedade brasileira o uso dessa forma se dá devido à influência da escolarização e do letramento, conforme se deduz pela diferença de comportamento da variante ao longo dos contínuos.

3.6 ALINE BERBERT LAUAR (2015)

Em 2015, Lauar defendeu dissertação de mestrado em que estudou a variação do objeto direto anafórico na cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. O *corpus* da pesquisa foi composto por 46 entrevistas tipicamente labovianas coletadas entre os anos 2000 e 2002 e estratificadas em gênero (feminino e masculino), faixa etária (7 a 14 anos, 15 a 25 anos, 26 a 49 anos e mais de 50 anos) e escolaridade (ensino fundamental, ensino médio e universitário) dos falantes.

Ao total, foram analisadas 3031 ocorrências do objeto direto anafórico, sendo 0,5% de clíticos, 13,7% pronomes lexicais, 30,9% de sintagmas nominais anafóricos e 54,8% categoria vazia. Como já era esperado, a variante padrão apresentou índice baixíssimo na comunidade de Vitória, assim como observado em diversos estudos pelos Brasil (Duarte, 1986; Omena, 1978; Schwenter e Silva, 2010; Hora e Baltor, 2007, entre outros), fato que permitiu concluir que a mudança em relação ao uso do clítico em função acusativa no Português Brasileiro está praticamente completa, uma vez que essa variante se encontra praticamente extinta do vernáculo dos brasileiros, os quais preferem utilizar as outras três variantes para preencher a posição do objeto direto anafórico. Além disso, a autora observou que os clíticos acusativos, 15 casos na amostra de Vitória, aparecem em contextos específicos, com verbos no infinitivo formando a partícula -lo, -la e na fala de pessoas mais escolarizadas e que não pertenciam à primeira faixa etária considerada: 7 a 14 anos.

Foi necessário, portanto, a retirada desses casos para a realização da análise multivariada, pois seu baixo índice inviabilizaria as rodadas de pesos relativos pelo programa computacional Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Foram assim observados os comportamentos das três outras variantes: pronome lexical, sintagma nominal anafórico e categoria vazia. Uma vez que o programa GoldVarb X é

sistemizado a partir da simples combinação dos valores positivo e negativo aos traços “pessoa” e “plural”, como ilustra a tabela a seguir: [+ pessoa/ – plural > -o] [+ pessoa/ + plural > -mos] [– pessoa/ – plural > -0] [– pessoa/ + plural > -m]. Tem-se no PB, portanto, um sistema de concordância “pobre” ou “fraca”, visto que uma concordância “rica” apresenta uma especificação de pessoa com pelo menos três valores, como se observa no PE, de modo a não ser identificada por um traço simplesmente sintático”.

limitado a fazer rodadas binárias, a autora optou por realizar três análises que confrontassem, a cada uma delas, uma variante contra as outras duas amalgamadas.

Lauar concluiu com relação aos fatores sociais que o uso do pronome lexical, tido como erro gramatical pela escola e pelos manuais didáticos, é desfavorecido à medida que em aumenta a escolaridade do falante, e, de modo inverso, há o aumento do uso da categoria vazia, que seria a forma menos marcada e por isso preferida pelos falantes mais cultos para fugir ao “erro gramatical”.

Os pesos relativos obtidos para a variável faixa etária apontaram para uma variação estável. Com relação ao gênero dos falantes, observou-se que as mulheres favorecem a forma menos marcada e mais geral, a categoria vazia, enquanto os homens favorecem o SN anafórico. A variável não é relevante para o pronome lexical, contrariando as hipóteses de que os homens a favoreceriam.

Quanto aos condicionamentos linguísticos, Lauar concluiu que o pronome lexical apresenta forte encaixamento linguístico, sendo a forma preferida em contextos em que o antecedente apresenta traços [+humano], [+animado], [+específico]. Também favorecem a variante o antecedente pronome, o antecedente que exerce função de sujeito, as estruturas complexas, o antecedente no singular não contável.

A categoria vazia é favorecida pelos traços [-animado], [-humano], [-específico] do antecedente, bem como antecedentes topicalizados e que estejam no plural. Os ambientes linguísticos que favorecem o SN são o antecedente substantivo, estruturas simples, e os traços [-humano] e [-animado] do antecedente.

3.7 CONCLUSÃO

As pesquisas aqui revisadas demonstram aspectos importantes a respeito do fenômeno analisado. O que se percebe, primeiramente, é a grande diferença entre o PB e o PE com relação ao uso do clítico. A variante padrão é bastante produtiva no português de além-mar, sendo uma forma vernacular e comum tanto em textos escritos quanto na oralidade daquela comunidade de fala. No PB, ao contrário, o clítico acusativo de terceira pessoa é praticamente nulo na fala e, mesmo em textos escritos, não é a forma hegemônica, fato que parece indicar que a variante não faz parte do vernáculo da comunidade brasileira, sendo aprendida tardiamente, via escolarização.

Além disso, o uso do pronome pleno também distancia as duas variedades. Essa forma é comum no PB, tem uma frequência de uso considerável na fala, como demonstraram os estudos observados (Omena, 1978; Duarte, 1986; Malvar, 1992; Silva,

2004; Lauer, 2015), porém, em Portugal o pronome não ocupa a posição de um objeto direto anafórico, conforme apontou Freire (2011).

Outro ponto importante para nossa análise são as conclusões a que chegaram Malvar (1992) e Silva (2004) a respeito dos falantes urbanos e rurais. Malvar aponta que, mesmo que não tenha sido selecionada pelo programa estatístico, há diferença entre a fala de um e de outro, de modo que os falantes rurais usam mais o pronome lexical e menos a categoria vazia que os falantes urbanos. Contudo, Silva, nos dados rurais do Sul da Bahia, conclui o contrário, pois os falantes rurais utilizam menos os pronomes lexicais que os falantes urbanos do Rio de Janeiro pesquisados por Duarte (1986).

Instiga-nos a distinção dos resultados das duas autoras de modo que entendemos ser ainda mais importante e interessante comparar os dados de fala rural de Santa Leopoldina aos urbanos de Vitória a fim de compreender as diferenças e semelhanças entre as duas variedades.

De modo geral, as seis pesquisas aqui abordadas dão embasamento para o estudo a que nos propomos e direcionam nossas ações na busca da sistematização da variação da expressão do objeto direto anafórico em Santa Leopoldina e na expansão dos estudos voltados para o português rural do Brasil.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Apresento aqui a teoria Sociolinguística Variacionista, de base laboviana, que norteia este estudo, seus principais pressupostos, bem como a metodologia utilizada em todas as etapas da pesquisa. Além dessa teoria chave, utilizamos também conceitos da Linguística Textual e da Teoria Funcionalista e, por isso, descrevemos brevemente os principais pontos de cada uma delas.

4.1 A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

A Teoria da Variação e Mudança linguística, sobre a qual este trabalho é construído, tem por fundamento a relação entre língua e sociedade. Ao observar a variação e mudança linguística, deve-se relacioná-las a condicionadores internos (linguísticos) e externos (sociais) à língua, observando não unicamente o sistema linguístico, mas o contexto social de uma comunidade de fala.

O termo Sociolinguística, denominando uma área da Linguística, surgiu oficialmente em 1964, nos Estados Unidos, com a publicação de textos de Gumperz, Labov, Hymes e a conferência organizada por William Bright em Los Angeles (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2009[1968]). A Sociolinguística nasce em um contexto em que o formalismo dos estudos chomskyanos alcança enorme repercussão, e seus princípios se contrapõem a eles. Em 1963, o linguista William Labov publica seu trabalho a respeito da Ilha de Martha's Vineyard, no litoral de Massachusetts, em que observou o papel fundamental dos fatores sociais na variação linguística. Com esse trabalho, Labov inaugura a Sociolinguística Variacionista, fixando um modelo de descrição e interpretação dos fenômenos linguísticos com base não exclusivamente na estrutura linguística, mas em sua íntima relação com os fatores sociais.

A teoria Sociolinguística rompe com os modelos estruturalista e gerativista, uma vez que abandona o axioma da homogeneidade e o estudo da língua como objeto imanente. A corrente variacionista dos estudos da linguagem postula como objeto de estudo a língua em uso em situações reais de comunicação dentro de uma determinada comunidade de fala e correlaciona fatos sociais e linguísticos.

A base da teoria é a concepção de que as línguas naturais são sistemas inerentemente variáveis e heterogêneos, o que implica dizer que em todas as línguas são encontradas diferentes maneiras de se dizer uma “mesma coisa” com o mesmo valor referencial (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2009[1968], p. 97). Essas formas equivalentes estão disponíveis para serem usadas por todos os membros (adultos) de uma

comunidade. Embora se possa pensar o contrário, a variabilidade da língua não resulta em um caos linguístico, pois a língua é um sistema ordenadamente heterogêneo, de modo que o sistema linguístico é composto por regras variáveis, mas também, por regras categóricas, com as quais o falante nativo tem total capacidade para lidar.

As formas distintas de se dizer uma mesma coisa são chamadas variantes. Essas formas podem conviver durante muito tempo dentro do sistema linguístico sem que haja o desaparecimento de nenhuma delas ou até que se complete o processo de mudança linguística. Segundo Labov (2008 [1972], p. 152), o processo de mudança linguística acontece de forma gradual em três estágios: na sua origem, uma mudança é tão-somente uma forma entre muitas variações observadas na fala de um número limitado de indivíduos. Em sua propagação, a mudança passa a ser adotada por um grande número de pessoas, disputando espaço nas interações sociais com a forma mais antiga na língua. No seu término, a mudança alcança regularidade e uma das formas variantes elimina as concorrentes da fala da comunidade. Entretanto, observa-se que toda mudança implica variação, mas nem toda variação produz mudança linguística.

A teoria em questão a todo momento aponta que não se pode analisar a mudança linguística sem que se levem em conta os fatos sociais da comunidade de fala em evidência, pois, conforme afirmam Weinreich; Labov e Herzog, “um sistema que muda acompanha as mudanças na estrutura social” (2009[1968], p. 99). Também Labov (2008 [1972], p. 21) salienta que:

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo.

A heterogeneidade linguística pressupõe ser a variação propriedade regular do sistema linguístico, porém, como conceituar a variação linguística? O termo variação linguística é empregado para designar fenômenos linguísticos que possuem duas ou mais formas que expressam uma mesma ideia, maneiras distintas de se dizer uma mesma coisa, as variantes, conforme dito anteriormente.

A variação do clítico acusativo de terceira pessoa, por exemplo, possui quatro variantes: o clítico acusativo, o pronome lexical, o sintagma nominal anafórico e a anáfora zero. O falante, então, tem a possibilidade de escolher entre essas formas para preencher o objeto direto anafórico, porém essa escolha não é aleatória, mas direcionada por fatores

internos à língua, os condicionamentos linguísticos, e externos a ela, os condicionamentos sociais, a respeito dos quais falaremos melhor mais à frente.

É importante destacar que as formas variantes, no que tange a questões linguísticas, possuem o mesmo status, no entanto, esse cenário muda a partir, principalmente, da correlação entre classe social e seu uso. Assim, o valor de uma variante é definido pelo status de seus usuários, de modo que certas formas ganham prestígio ou são estereotipadas por estarem relacionadas diretamente a classes ou papéis sociais prestigiados ou desprestigiados da sociedade.

É o que se pode perceber na seguinte construção ‘Os menino joga bola todo dia’. A ausência de concordância verbal e nominal nessa sentença faz com que seja rotulada, muitas vezes, como feia, incorreta, “mal falada”, dita por alguém que “não sabe português”, não porque seja agramatical ou incompreensível, mas, sim, porque as pessoas que, majoritariamente, deixam de fazer a concordância são, em geral, menos escolarizados, pertencentes às classes sociais mais baixas, com pouco ou nenhuma influência na sociedade (SCHERRE; NARO, 1998). Portanto, a percepção que se tem a respeito da linguagem está intimamente ligada ao imaginário social pela concepção que os falantes desenvolvem sobre o modo como a língua é usada e por quem ela é usada.

Sendo assim, os julgamentos e avaliações sociais conscientes e inconscientes que são feitos a respeito de variantes linguísticas são conceituados por Labov ([1972] 2008, p. 360) como estereótipos, marcadores e indicadores.

Estereótipos “são formas socialmente marcadas, rotuladas enfaticamente pela sociedade” (LABOV [1972] 2008, p. 360), estão acima do nível de consciência e podem ser estigmatizadas. Com relação à variação do objeto direto anafórico, por exemplo, entende-se, segundo Duarte (1986) que o pronome pleno em função de um objeto direto sofre certa estigmatização, principalmente em orações que causam cacofonia como em “Vi ela”.

Os marcadores, por sua vez, estão abaixo do nível da consciência, mas, ainda assim, possuem estratificação social e estilística que produzem respostas regulares em testes de avaliação e percepção. Desse modo, ainda que nos resultados de alguns testes os falantes classifiquem certos usos ou variantes como “feios” ou “errados”, isso não significa que não fazem uso deles, uma vez que muitas vezes, esse uso se dá de modo inconsciente (COELHO *et al*, 2012, p. 33).

Os indicadores são traços linguísticos que demonstram ter pouca força de avaliação sobre os quais pode haver diferenciação de uso correlacionado a fatores sociais como idade, região, grupo social, mas que não apresentam padrões de alternância estilística.

Assim, como o próprio nome já diz, a Sociolinguística não concebe a língua sem que esteja ligada a seu contexto social de produção. Não há análise linguística sem que haja fatos linguísticos motivados socialmente e, para que se desenhe essa análise, Labov postulou as bases de uma metodologia de coleta e análise de dados, a qual explicitamos na próxima seção.

4.1.1 Condicionamento linguístico, social e a comunidade de fala

Como dito anteriormente, a variação e a mudança linguísticas não são caóticas, ao contrário, são sistematizáveis. Dentro da estrutura linguística, existem contextos que podem favorecer ou desfavorecer ou até mesmo impedir o uso das formas em variação. Ou seja, esses contextos linguísticos, que condicionam a escolha das variantes pelos falantes, podem ser de natureza lexical, fonológica, sintática, semântica, morfológica, estilística e discursiva. Cada fenômeno variável terá seus próprios condicionamentos linguísticos e caberá ao pesquisador, a partir da literatura disponível, do conhecimento do fenômeno e dos dados, definir e testar cada um deles.

Já os condicionamentos sociais dizem respeito à estrutura social da comunidade de fala em estudo. Para melhor defini-los, o pesquisador precisará conhecer a comunidade, observar sua história e organização. Dessa forma, as variáveis sociais podem ser idade, gênero, escolaridade, classe social, etnia do falante, entre outros que forem relevantes para a pesquisa daquela comunidade.

Portanto, um dos pontos de partida da pesquisa sociolinguística é a designação da comunidade de fala que será analisada. Para tanto faz-se necessário, primeiramente, delimitar o que vem a ser uma comunidade de fala (Doravante CF).

A concepção de Labov (TRUDGILL, 2006) a respeito do termo surge no decorrer de um programa bem definido de pesquisa sobre estrutura e mudança da língua, e não no contexto da teorização sociolinguística. Sua conceituação está intimamente ligada aos resultados de uma série de estudos urbanos, explicitando e testando suas concepções de uniformidade linguística e estrutura sociolinguística normativa a partir de um conjunto de métodos de pesquisa que poderiam ser utilizados mais tarde por outros pesquisadores.

A definição de Labov foi a primeira a postular tanto normas compartilhadas quanto uniformidade linguística (como variação estruturada), nessa ordem, como critérios para identificar uma CF. Para o autor, esta não é definida por nenhum acordo marcado no uso de elementos de linguagem, mas, sim, pela participação em um conjunto de normas compartilhadas. Essas normas podem ser observadas em tipos explícitos de

comportamento avaliativo e pela uniformidade de padrões abstratos de variação, que são invariantes em relação a níveis particulares de uso.

Portanto, Labov define CF não como um grupo de falantes que usam todas as mesmas formas, mas que partilham as mesmas normas a respeito da língua (LABOV, 2008[1972], p. 188). O autor expõe:

Comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso. (LABOV, 2008[1972], p. 150)

Guy (2000) discute a definição dada por Labov, apontando que a CF é um “modelo explicativo de semelhanças e diferenças do uso da língua” (GUY, 2000, p. 18). Para o autor, a CF apresenta as seguintes características:

- características linguísticas compartilhadas; isto é, palavras, sons ou construções gramaticais que são usados na comunidade, mas não o são fora dela.
- densidade de comunicação interna relativamente alta; isto é, as pessoas normalmente falam com mais frequência com outras que estão dentro do grupo do que com aquelas que estão fora dele.
- normas compartilhadas; isto é, atitudes em comum sobre o uso da língua, normas em comum sobre a direção da variação estilística, avaliações sociais em comum sobre variáveis linguísticas. (GUY, 2000, p. 18)

A respeito desses três tópicos, pode-se compreender que as características compartilhadas são as semelhanças e as diferenças linguísticas. Ser membro de uma CF implica usar os traços linguísticos daquela comunidade.

Guy, porém, ainda se pergunta sobre o porquê de os membros de uma mesma CF agirem linguisticamente de uma mesma forma. Para essa questão, as ideias de densidade de comunicação e de normas compartilhadas são essenciais.

A densidade de comunicação significa que os falantes interagem mais entre si do que com membros de outras comunidades. Logo, esse comportamento possibilita a aquisição de certos traços linguísticos. Ou seja, “a comunidade de fala é o domínio no qual os processos sociolinguísticos de acomodação e convergência ocorrerão. Dito sucintamente, fala-se como as pessoas com as quais se fala”. (GUY, 2000, p. 20)

Além disso, os membros da CF compartilham normas e atitudes comuns a respeito do uso da língua. Aqui se encontram os julgamentos por parte dos falantes daquilo que é apropriado ou não a um contexto linguístico e social.

Até aqui o termo CF já nos parece mais transparente e compreensível, mas ainda restam dúvidas com relação a uma definição geográfica do termo, essa seria possível? Cada falante pertence apenas a uma CF? A esse respeito Guy afirma:

o modelo de comunidade de fala implica graus de semelhança e diferença linguísticas, bem como distribuições concentradas, cruzadas ou sobrepostas de traços compartilhados por falantes. Assim, uma comunidade de fala local, com características localmente distintas, pode, no próximo nível ascendente, compartilhar características dialetais regionais, a seguir, pertencer a uma comunidade de fala nacional mais ampla e, finalmente, no nível mais alto, participar de uma comunidade internacional de falantes de uma mesma língua. Em tal caso, as comunidades estariam encaixadas umas dentro das outras como bonecas russas, e os falantes compartilhariam o maior número de características com seus vizinhos imediatos, seguidos por compatriotas regionais e nacionais, terminando com um mínimo de características compartilhadas com outros falantes da mesma língua onde quer que se encontrassem no globo terrestre. (GUY, 2000, p.22)

Dessa forma, um mesmo indivíduo pode pertencer a um enorme número de CFs, e a sua conceituação dependerá de qual a extensão de diferenças e semelhanças e compartilhamento de normas o pesquisador irá delimitar como seu objeto de estudo.

Assim, evidencia-se que, para a Sociolinguística, só é possível definir se um conjunto de pessoas que interagem entre si e se encontram em um determinado espaço geográfico pertencem a uma mesma CF a partir de estudos realizados dentro dessas comunidades, observando os conceitos lançados por Labov e explicitados por Guy. No próximo tópico tratamos da metodologia que deve ser aplicada para um estudo com CF.

4.1.2 Metodologia para uma pesquisa com comunidade de fala

Para se estudar uma CF, o linguista precisa penetrar na comunidade e observar como seus participantes utilizam a língua. Uma vez que não é possível ao pesquisador estudar a fala da comunidade como um todo, ele recorre à constituição de uma amostra que a represente de forma geral. Contudo, a generalização somente será possível se alguns caminhos forem trilhados. O linguista deve decidir, com base no fenômeno e na estrutura da comunidade que quer estudar, quantos falantes comporão a amostra, como eles serão selecionados, como se dará a entrevista, entre outros tópicos.

O tamanho da amostra dependerá de quão homogênea é a população, assim, as diferenças de gênero, faixa etária, classe social, entre outras, farão com que o número de entrevistados aumente. Além disso, o fenômeno estudado pode demandar um maior ou menor número de dados e de falantes. Dessa forma, caberá ao pesquisador ter claros seus objetivos e conhecer a fundo a população que quer analisar (OLIVEIRA E SILVA, 2008).

A seleção dos falantes, para fins de generalização de uma pesquisa sociolinguística, geralmente é feita de modo aleatório e estratificado, a fim de englobar todos os estratos da população. Segundo Oliveira e Silva (2008, p. 121), “para proceder a esse método, divide-se a população em células compostas, cada uma, de indivíduos com as mesmas características sociais, procedendo-se posteriormente, para preencher cada casa, a uma seleção aleatória”. Cada célula deve ter um número ideal de 5 falantes, dessa forma, se as células sociais forem gênero e classe social teríamos:

5 homens de classe baixa
5 mulheres de classe baixa
5 homens de classe média
5 mulheres de classe média
5 homens de classe alta
5 mulheres de classe alta

Nesse caso, a amostra seria composta por 30 células. Observa-se que, a cada característica social que o pesquisador acrescenta à amostra, maior ela se torna. Por esse motivo, questões como orçamento, tempo e fenômeno estudado devem também ser levados em consideração no momento da constituição da amostra.

De acordo com Oliveira e Silva (2008), o mais habitual na pesquisa sociolinguística com comunidades de fala é que sejam gravadas entrevistas entre o pesquisador e o falante. É interessante que aconteça um primeiro contato entre o pesquisador e o falante antes da entrevista propriamente dita para que se diminua a formalidade da interação e seja possível mapear os assuntos que deixam o falante mais à vontade, possibilitando a obtenção de uma entrevista mais informal e não um questionário. Esse cuidado é extremamente relevante para a pesquisa sociolinguística, uma vez que o que se quer observar e analisar é o vernáculo, a fala habitual dos falantes.

Assim, as entrevistas devem ser pensadas e executadas de modo a minimizar o efeito causado pela presença do pesquisador. Conforme aponta Labov (2008 [1972] p. 244), o objetivo da pesquisa linguística realizada em uma comunidade de fala é descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo observadas, contudo, só é possível obter dados de fala para a análise por meio da observação sistemática da fala. Cria-se uma situação denominada paradoxo do observador, uma vez que os melhores dados são os que não sejam presenciados por uma pessoa estranha, o pesquisador, mas somente podem ser obtidos pelo próprio pesquisador. Uma estratégia para superar este paradoxo (LABOV, 2008 [1972] p. 245) é conduzir a entrevista abordando temas que desviem a atenção do falante de “como” ele está falando para “sobre o que” ele está falando, a fim de que o vernáculo possa ser captado. Isso pode ser feito envolvendo a pessoa com

perguntas que recriem emoções fortes pelas quais possa ter passado, tais como situações de “risco de vida” ou a narração de momentos muito felizes, como o nascimento de um filho.

Por fim, a amostra de fala, que servirá para posteriores estudos linguísticos, representará toda uma comunidade, ou seja, embora haja um grupo de falantes bem menor que o número de indivíduos que compõe a comunidade, a forma aleatória e estratificada como foi constituída a amostra permitirá que o pesquisador faça generalizações a respeito da fala da comunidade estudada.

Feitas as entrevistas, o pesquisador precisará transcrevê-las para, assim, buscar as ocorrências do fenômeno em estudo. Ele deve definir também, com base nas hipóteses levantadas a respeito do comportamento linguístico e social das variantes, as variáveis independentes que norteiam a análise. O próximo passo é a codificação dos dados levantados, os quais serão analisados estatisticamente, geralmente por programas computacionais como o VARBRUL (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005) apontando os condicionamentos que favorecem ou desfavorecem cada variante da variável dependente. Cabe ao pesquisador a leitura atenta dos dados estatísticos e a correta compreensão da variação e mudança linguísticas observadas no fenômeno linguístico em questão.

O caminho é árduo, porém frutífero!

4.2 ASPECTOS TEÓRICOS RELEVANTES

Trataremos aqui de alguns aspectos e conceitos advindos de outras correntes linguísticas que não a Sociolinguística, mas que são relevantes para a compreensão e para a explicação do comportamento linguístico observado no fenômeno variável estudado.

4.2.1 Linguística Textual

A Linguística Textual caracteriza-se por ter como objeto analítico o texto. Segundo Koch, (1997, *apud* Bentes, 2008, p. 155), a linguística do texto deve ser vista como o estudo das operações linguísticas e cognitivas presentes desde a concepção dos textos orais ou escritos, sua produção e funcionamento até a recepção por parte do ouvinte/leitor. O texto, nesse sentido, é entendido como “a unidade comunicativa básica, aquilo que as pessoas têm a declarar umas às outras” (OLIVEIRA, 2009, p. 194) e seu estudo deve

abranger o campo da coesão, organização linear dos constituintes linguísticos, e da coerência, organização não linear do nível semântico e pragmático do texto.

A coesão diz respeito à unidade sintático-semântica que deve reger a produção de um texto, sendo, assim, responsável pelas ligações linguísticas que unem as partes de um texto, garantindo-lhe textualidade. Já a coerência está ligada à construção de sentido tanto pelo produtor do texto quanto pelo seu receptor. Nosso trabalho leva em conta aspectos ligados exclusivamente à coesão textual e, por isso, descreveremos aqui apenas os conceitos por nós abordados em nossa pesquisa.

4.2.1.1 Referência e referenciação

Segundo Koch (2003, p. 80), referência é o resultado da designação, representação de entidades que são objetos do discurso, estes, por sua vez, são dinâmicos e, uma vez introduzidos ao discurso, podem ser modificados, desativados e reativados no curso da progressão textual. Sendo assim, (KOCH, 2003, p. 80) no processamento do discurso, os interlocutores realizam escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que a língua oferece para que se referencie algo, o que implica uma concepção de língua que não se limita ao código linguístico ou unicamente a um sistema de comunicação, mas sim a um processo de elaboração da realidade, de modo que a noção de referência passa a ser substituída pela noção de referenciação.

A progressão referencial ou referenciação apresenta na construção do texto, de acordo com Koch (2003, p. 83) três princípios básicos: ativação, reativação e de-ativação. A ativação consiste na introdução de um antecedente textual que até o momento não havia sido mencionado. Sua menção faz com que ele passe a preencher um “nódulo”, um endereço no mundo textual, de modo que a expressão linguística que representa tal antecedente “permanece em foco da memória de curto termo, de tal forma que o antecedente fica saliente” (KOCH, 2003, p. 83)

Na reativação, um “nódulo” já introduzido é novamente ativado na memória por meio de uma forma referencial, enquanto que a de-ativação diz respeito à introdução de um novo “nódulo” que desloca a atenção para outro antecedente textual, desativando, assim o antecedente anterior, o qual pode ser reativado a qualquer momento. Koch afirma ser importante fazer distinção entre os termos referir, remeter e retomar que muitas vezes são tidos como sinônimos. A respeito deles a autora discorre que

referir é uma atividade de designação realizável por meio da língua sem implicar uma relação especular língua-mundo; remeter é uma atividade de processamento

indicial na cotextualidade; retomar é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial [...]. (KOCH, 2003, p. 84)

Portanto, a ação de retomar subentende uma continuidade referencial ou a progressão referencial que se processa no texto a partir da categorização ou recategorização discursiva dos antecedentes por meio das seguintes estratégias: uso de pronomes ou elipses, uso de expressões nominais definidas ou indefinidas. Esse mecanismo é essencial para a progressão textual e para a expansão dos sentidos do texto, uma vez que pode se processar de forma exofórica, com elementos extralinguísticos, e de forma endofórica, referindo-se aos elementos contidos tão somente nos limites do texto.

Conforme Oliveira (2009, p. 195), a referência exofórica diz respeito aos elementos da situação comunicativa e é muito presente em textos orais, por exemplo, pela remissão a elementos não presentes na fala, mas no ambiente ou na situação em que se encontram os locutores. Embora nossa pesquisa lide com dados de fala, gravados em situações comunicativas que muitas vezes geram a referência exofórica, preferimos não trabalhar com esse tipo de remissão, e, em nossa pesquisa, consideramos apenas os dados em que há antecedente explícito no texto e constituem a referência endofórica.

Na referência endofórica, o antecedente está situado na superfície textual e pode tanto preceder quanto suceder o constituinte com o qual se relaciona. Quando a remissão é feita a um item que sucede o antecedente, dá-se o nome de catáfora, e a remissão a um item anterior ao antecedente chama-se anáfora. “Procedimentos anafóricos garantem unidade temática dos textos ao promoverem a manutenção do sentido referido” (OLIVEIRA, 2009, p. 196), garantem também o fluxo textual e a progressão de informações recorrentes e é em torno deles que nosso trabalho se desenvolve.

4.2.1.2 Elisão

A elisão, ou anáfora zero, é um recurso textual utilizado principalmente em textos escritos, mas também em textos orais, como veremos no decorrer da análise dos nossos dados. Trata-se da retomada de um constituinte textual já mencionado por meio de um vazio, a anáfora ou a referência se realiza no plano semântico, por meio da reativação de informações subentendidas disponíveis no discurso, de modo que não há a necessidade da expressão lexical para se chegar ao sentido proposto pelo locutor, uma vez que o receptor tem a capacidade de preencher o espaço vazio com a informação já conhecida (OLIVEIRA, 2009).

4.2.2 Linguística Funcional

A escolha de algumas variáveis linguísticas que compõem nossa análise levou em conta aspectos relacionados ao Funcionalismo Linguístico e, por isso, trataremos aqui de certos conceitos dessa corrente linguística que se opõem, assim como a Sociolinguística, ao pensamento formalista do estruturalismo e do gerativismo.

A Teoria Funcionalista se preocupa em estudar a língua levando em consideração os diferentes contextos comunicativos, utilizando em suas análises dados reais retirados de eventos efetivos de fala e escrita que exercem uma função dentro do ato de comunicação. Segundo Furtado da Cunha (2009, p. 158), a língua desempenha funções externas aos sistemas linguísticos, as quais influenciam a organização do sistema. Por essa razão, o enfoque funcionalista subordina o estudo da linguagem ao uso, pois entende que a língua não pode ser dissociada do comportamento social e cultural dos seus usuários, ao contrário, surge da adaptação dos sistemas linguísticos às necessidades comunicativas de uma determinada comunidade.

De acordo com Pezatti (2011, p. 172), na perspectiva funcional, a análise linguística irá envolver dois tipos de sistema de regras: as regras das expressões linguísticas, que são fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, e as regras que regem as intenções verbais por parte do locutor, que são as regras pragmáticas. Assim, as regras das expressões linguísticas servem como instrumental para as regras pragmáticas, “uma mediação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte” (PEZATTI, 2011, p. 173).

A seguir, apresentamos os princípios dessa teoria que foram contemplados em algum momento da pesquisa por nós realizada.

4.2.2.1 Informatividade

O princípio da informatividade (FURTADO DA CUNHA, 2009) diz respeito ao conhecimento partilhado entre os interlocutores durante a interação verbal, considerando o status informacional dos sintagmas nominais, classificados em *dado*, *novo*, *disponível* e *inferível*.

Um antecedente é *dado* quando está disponível no contexto comunicativo linguístico ou extralinguístico, como os participantes do discurso. Na construção textual, o antecedente *dado* possibilita anáforas zero nas sentenças que o sucedem, uma vez que o contexto não deixa dúvidas quanto a quem se está referindo.

O antecedente *novo* é aquele que surge pela primeira vez no texto, porém, se é um antecedente comum, que faz parte do conhecimento ordinário do ouvinte como sol, lua, Xuxa, São Paulo, passa a se denominar *disponível*. Já o antecedente *inferível* pode ser acessado a partir de outras informações disponíveis no discurso que desencadeiam um processo de inferência.

Esse princípio é importante porque interfere na ordem em que os constituintes são alocados nas sentenças e, também, no caso da variação na expressão do objeto direto anafórico, pode influenciar nas ocorrências de anáfora zero ou de uso dos sintagmas nominais e pronominalização.

4.2.2.2 Iconicidade

A iconicidade trata da correlação natural ou motivada entre significante e significado, forma e função. Para os funcionalistas, a estrutura linguística reflete de alguma forma a estrutura da mente e o modo como processamos os eventos e as informações (FURTADO DA CUNHA, 2009, p. 167). Esse princípio se subdivide em três outros: subprincípio da quantidade, integração e ordenação linear.

O subprincípio da quantidade apregoa que quanto maior é a informação, mais forma se faz necessária para a sua codificação, de modo que a estrutura de uma construção linguística indica a estrutura da ideia por ela expressa. Assim, “aquilo que é mais simples e esperado se expressa com o mecanismo morfológico e gramatical menos complexo” (FURTADO DA CUNHA, 2009, p. 168) ou seja, com menos forma.

O subprincípio da integração postula que os eventos que cognitivamente estão mais próximos estarão também próximos na codificação linguística. Aquilo que está próximo mentalmente aparecerá sintaticamente próximo.

O subprincípio da ordenação sequencial propõe que a ordem em que os fatos se sucedem na realidade é a mesma em que as orações aparecem no discurso. Ademais, também segundo esse princípio, as informações dadas aparecem no início das sentenças, enquanto as informações novas ou inferíveis tendem a aparecer ao final das sentenças.

4.2.2.3 Marcação

Os termos marcado e não marcado são complementares. Um elemento de determinada categoria linguística é dito marcado quando contém uma propriedade ausente em outro elemento da mesma categoria. Conforme Furtado da Cunha (2009, p. 170), algumas

características são observadas nas formas não-marcadas: maior frequência de ocorrência; contexto mais amplo de uso; forma mais simples; aquisição precoce pelas crianças.

Com relação à importância desse princípio na produção dos discursos, Furtado da Cunha afirma: “uma forma linguística mais corriqueira, que apresenta maior frequência de uso, tende a ser conceptualizada de modo mais automático pelo usuário da língua e isso significa que essa forma tem pouca expressividade” (2009, p. 171). Portanto, quando os locutores querem ser expressivos, lançam mão das formas marcadas.

4.3 CONCLUSÃO

Esse capítulo dedicou-se a apresentar a base teórica e metodológica laboviana que é a base da nossa pesquisa, além de trazer os principais conceitos das teorias textual e funcional que auxiliam nas análises das variáveis e da escolha das variantes pelos falantes na variação da expressão do objeto direto anafórico.

Por discutir a respeito da fala rural e urbana, utilizaremos também os conceitos abordados por Bortoni-Ricardo (2005; 2011) no decorrer de nossas análises, contudo, preferimos trazer a revisão e discussão destes textos no capítulo que se segue, destinado à descrição da comunidade de fala de Santa Leopoldina.

5 A CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA: COMUNIDADE DE FALA DE SANTA LEOPOLDINA

Para empreender um estudo sociolinguístico, é de suma importância conhecer a comunidade de fala estudada, pois sua formação, história e aspectos socioeconômicos têm grande peso sobre a variedade ali empregada. Destarte, o presente capítulo tratará desses aspectos, bem como fará uma relevante comparação entre a cidade e a capital do estado, Vitória e, ao final, discutirá questões importantes a respeito da linguagem rural e urbana no Brasil.

5.1 A CIDADE DE SANTA LEOPOLDINA

A cidade de Santa Leopoldina localiza-se na região centro serrana do Estado do Espírito Santo, a 46 Km da capital Vitória, e faz divisa com seis municípios: Cariacica, Serra, Fundão, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá e Domingos Martins. Santa Leopoldina já possuiu a maior extensão territorial do Estado (SCHWARZ, 1992), porém, ao longo dos anos, sua área diminuiu e hoje constitui-se de 718.097 Km² divididos em três distritos: Sede, Djalma Coutinho e Mangaraí, os quais, por sua vez, são formados por 48 comunidades. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2010 o município contava com 12.240 habitantes, e desses, 78,64% viviam em comunidades rurais, o que faz de Santa Leopoldina o município mais rural do Espírito Santo, fato que justifica sua escolha para a realização de pesquisas sociolinguísticas relacionadas à variedade não-urbana.

O município apresenta um relevo montanhoso, com altitudes que chegam a 1200 metros, resultando em um clima ameno, o que favoreceu a imigração europeia na região. Ainda hoje, o acesso aos pontos mais altos e distantes da Sede é bastante difícil, uma vez que as estradas que levam até a maior parte das comunidades não são pavimentadas. A distância de certas localidades para o centro chega a 40 km, tornando remotas as visitas à zona urbana, que acontecem, em sua maioria, para a compra daquilo que não se consegue na comunidade e para tratamentos de saúde (FOEGER, 2014).

Bem antes da colonização europeia, a localidade era habitada por imigrantes portugueses, que possuíam mão de obra escrava em suas fazendas e, antes deles ainda, por cerca de 1500 índios que foram catequizados por padres jesuítas. Em 1855, decidiu-se criar em Cachoeira de Santa Maria (antigo nome da localidade) uma colônia de estrangeiros e em 1857, segundo Schwarz (1992), chegaram à região os primeiros 140 colonos suíços. Após estes, muitos outros imigrantes vieram, a maioria de língua alemã,

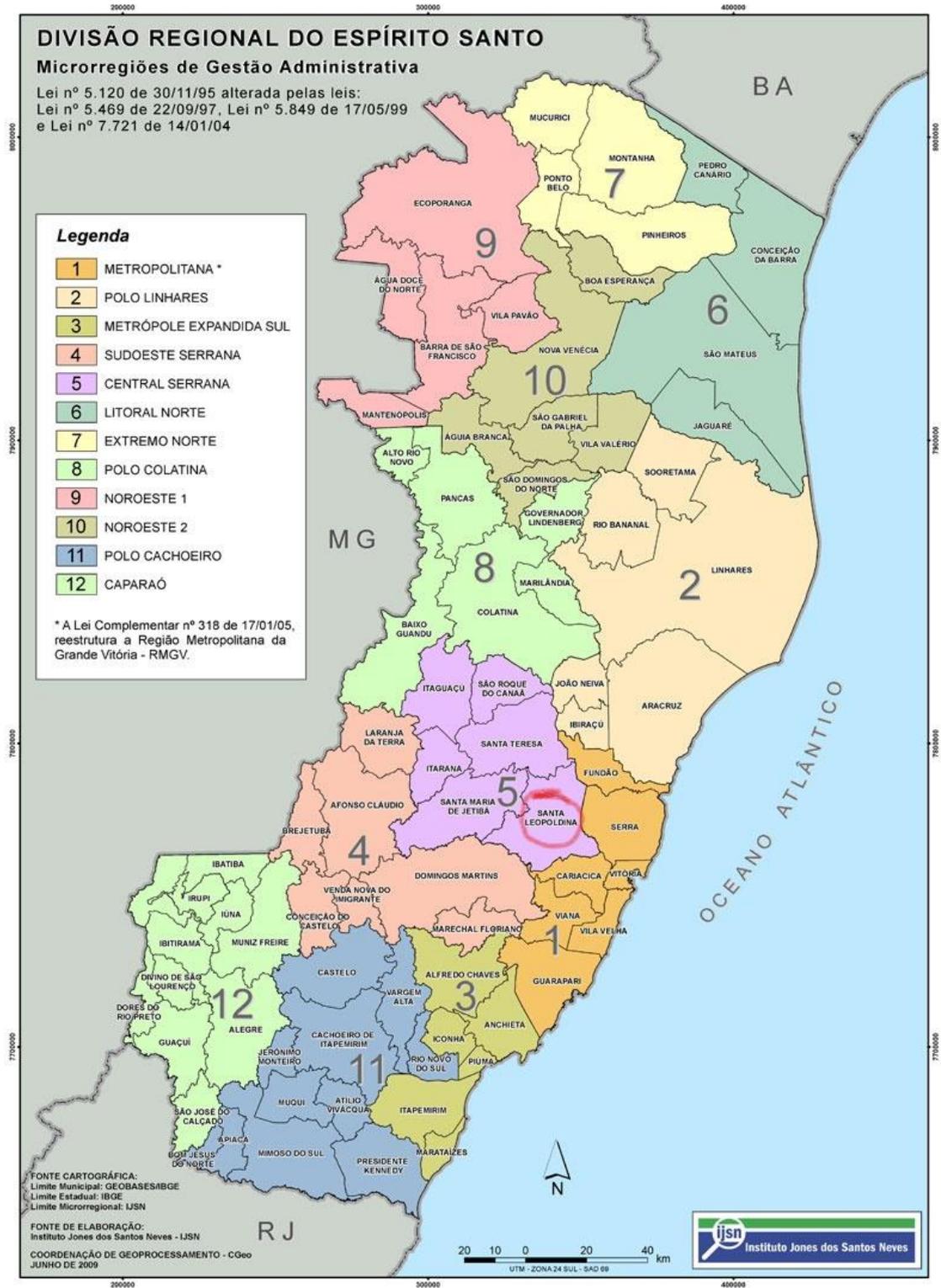
de modo que em 1878 havia cerca de 7 mil habitantes na colônia, o que fez dela a maior do país (SCHWARZ, 1992). Tal era seu prestígio que o próprio imperador do Brasil, D Pedro II, visitou a localidade em 1860. Em 1884, a colônia foi elevada à categoria de município. De acordo com o site¹⁴ oficial do município, nove etnias formam a sua população: africanos, portugueses, suíços, austríacos, luxemburgueses, holandeses, italianos, alemães e pomeranos.

De acordo com Schwarz (1992), o porto de Cachoeiro, como era chamado, ligava a capital Vitória a Minas Gerais e a outras localidades do interior do Espírito Santo, tendo-se tornado o maior empório comercial do estado, responsável pelo fluxo de mercadorias que eram transportadas por tropas de burros e por canoas com capacidade para transportar até 12 sacas de café e que navegavam o rio Santa Maria da Vitória até chegarem à capital. A cidade recebia muitos recursos e visitas de governadores, deputados, e até estrangeiros. Tinha muito prestígio à época, sendo suas festas famosas e disputadas (SCHWARZ, 1992). Com o progresso, a abertura e a pavimentação de estradas entre Santa Leopoldina e Santa Teresa e mais tarde entre Santa Leopoldina e Cariacica, caminhões começaram a circular pela região e tornaram o transporte de pessoas e de produtos muito mais fácil, contudo, esse fato fez decair a relevância do município, pondo fim aos seus áureos dias.

Logo abaixo trazemos o mapa do Espírito Santo dividido por regiões para que o leitor conheça a localização do município de Santa Leopoldina. Também dispusemos do mapa do município e sua divisão tripartida: Sede (Santa Leopoldina), Djalma Coutinho e Mangaraí.

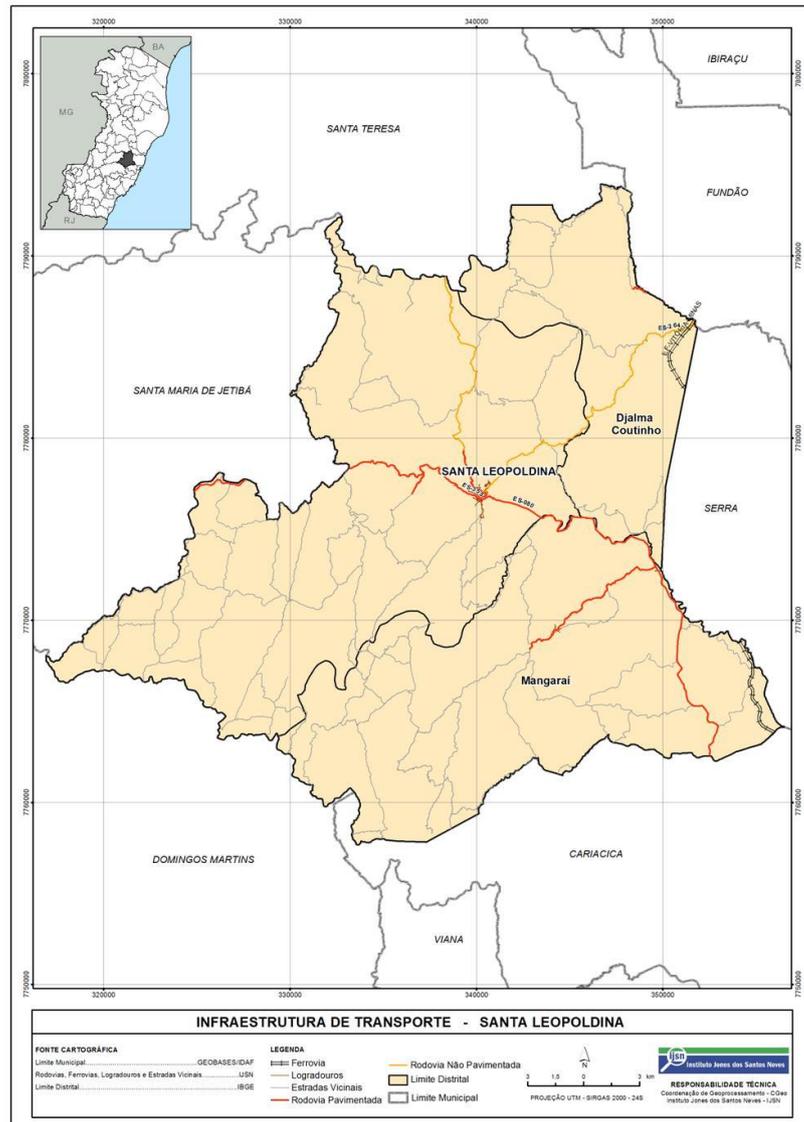
¹⁴ www.santaleopoldina.gov.br

Figura 1: Mapa do Espírito Santo por regiões.



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

Figura 2: Mapa do município de Santa Leopoldina com divisão dos três distritos



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

Atualmente a economia do município gira em torno da agricultura e do comércio, as principais atividades rurais desenvolvidas são cafeicultura, fruticultura, olericultura, avicultura de postura, pecuária de corte e leite, agroindústrias, turismo rural e de aventura. A localidade é considerada a maior produtora de gengibre do Brasil, grande parte da produção é exportada para a Europa e Estados Unidos, além de hortifrutigranjeiros, banana e verduras comercializados principalmente na Ceasa/ES, nas feiras livres (especialmente na Grande Vitória), além dos mercados institucionais e na exportação de produtos para outros países (PROATER, 2020-2023). O café produzido é comercializado localmente, havendo pouca negociação direta com indústrias. A estrutura fundiária é composta em sua maioria por pequenas propriedades, de modo que, segundo o Incaper (PROATER, 2020-2023), a agricultura familiar é desenvolvida em 87,80% dos estabelecimentos.

Com respeito ao sistema educacional, segundo Foeger (2014, p. 59), não há escolas privadas no município, havendo duas escolas estaduais de ensino fundamental e médio, uma no centro da cidade e outra na comunidade rural de Holanda. “Na esfera municipal, são apenas duas escolas urbanas (ambas de educação infantil). As outras 25 escolas municipais localizam-se na área rural”, vinte e duas ofertam exclusivamente o primeiro ciclo do ensino fundamental das quais dez são unidocentes.

Figura 3: Fotografia panorâmica do centro da cidade de Santa Leopoldina



Fonte: Site da prefeitura de Santa Leopoldina. <https://www.santaleopoldina.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6503>. Acesso em 31/10/2021

A religião foi, desde o início da colonização, muito importante para a região. Tanto os pastores luteranos que chegaram a Cachoeiro de Santa Maria quanto os padres e missionários católicos foram de extrema relevância para crescimento da colônia e para a identificação dos imigrantes que viam na religião a preservação de algumas de suas tradições. Ainda hoje, a igreja é local de encontro, é a partir dela que se organizam as festas nas comunidades, que se estreitam os laços colaborativos dos habitantes das comunidades que se unem para preparar as festas da colheita, ou dos santos padroeiros, e assim terem um momento de descontração, fé e, ao mesmo tempo, lazer.

Figura 4: Foto panorâmica atual de Santa Leopoldina



Fonte: Blog São Paulo sem mesmice. <https://saopaulosemmesnice.com.br/o-que-fazer-em-santa-leopoldina-es/>. Acesso em 31/10/2021

5.2 PANORAMA SANTA LEOPOLDINA X VITÓRIA

Uma vez que um dos nossos objetivos com esse trabalho é discutir o português rural e compará-lo ao urbano, aqui representados pelas comunidades de fala de Santa Leopoldina e de Vitória, respectivamente, é interessante fazer um comparativo dos índices sociais das duas cidades para que se tenha um panorama das principais características da população que as constituem.

A cidade de Vitória é a capital do Espírito Santo, localiza-se na faixa litorânea, é o município mais importante do Estado e passou ao *status* de metrópole em 2021, segundo o IBGE. A cidade é uma das três capitais do Brasil em que a maior parte do seu município está localizada em uma ilha, possui 363 mil habitantes de acordo com o CENSO do Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, foi considerada pela ONU em 2015 como a segunda melhor cidade do Brasil para se viver, tendo o quinto maior IDH do país. É também uma das mais antigas capitais brasileiras, entretanto, seu desenvolvimento ocorreu tardiamente devido, entre outros fatores, ao Espírito Santo ter sido, durante muitos anos, “barreira verde”, destinado a impedir o contrabando do ouro e diamantes descobertos em Minas Gerais.

Já Santa Leopoldina ocupa a penúltima posição (77º lugar) no ranking do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) no Espírito Santo (PNUD/2010), com índice de 0,626, considerado médio, enquanto a capital Vitória ocupa a primeira posição,

0,845, índice considerado muito alto¹⁵. Felizmente, é interessante ressaltar que nenhum município do Estado possui índice baixo ou baixíssimo. A tabela 3 demonstra a subdivisão do IDMH por área: renda, longevidade e educação.

Tabela 3: IDHM por localidade

Localidade	IDH Municipal	Renda	Longevidade	Educação
Vitória	0.845	0.876	0.855	0.805
Santa Leopoldina	0.626	0.646	0.797	0.477

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 com base no censo 2010.

É interessante observar que não há grande discrepância entre os índices de longevidade das duas localidades, entretanto, no que diz respeito à educação, Santa Leopoldina demonstra estar muito aquém da capital. São vários os fatores que corroboram esse resultado, os quais trataremos ao longo deste capítulo e desta tese de um modo geral, um desses fatores diz respeito à urbanização.

Segundo dados do Censo 2010, o município de Santa Leopoldina possui a maior porcentagem de pessoas residindo na zona rural do estado do Espírito Santo, 78,64% da população; em contrapartida, a cidade de Vitória possui 100% de sua população em áreas urbanas. Esse é um contraponto interessante, que torna nossa discussão bastante produtiva, pois estamos diante do município mais rural e do mais urbano do estado, fator responsável pelas grandes distinções sociais observadas no IDHM dos municípios.

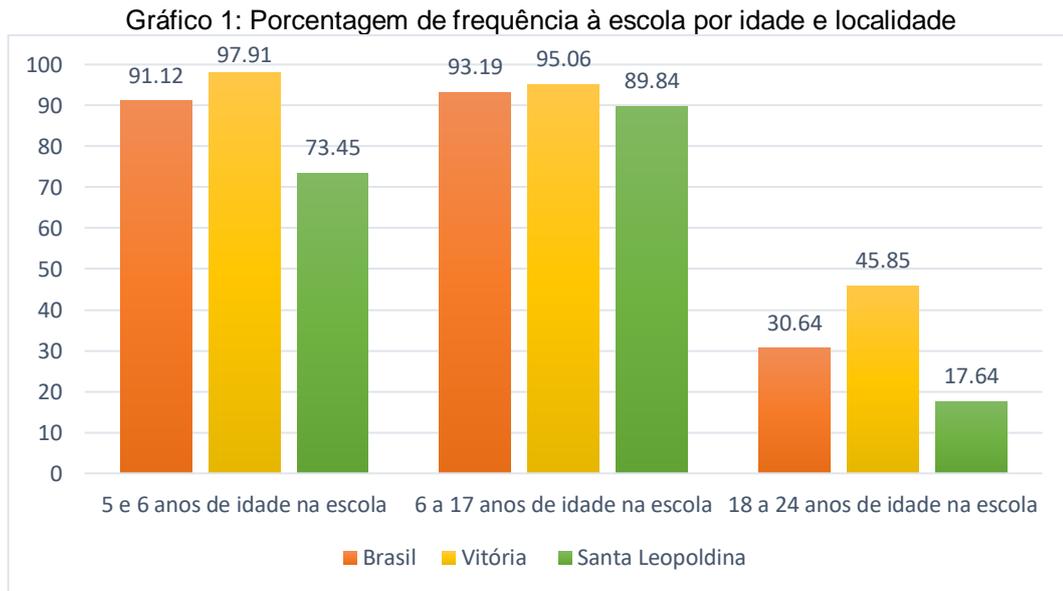
Tabela 4: População rural X população urbana por localidade

Localidade	População total	População rural	População urbana
Brasil	190.755.799	29.830.007	15,64% 160.925.792 84,36%
Vitória	327.801	0	- 327.801 100%
Santa Leopoldina	12.240	9.625	78,64% 2.615 21,36%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 com base no censo 2010.

Em relação à escolarização, fator que distancia as realidades aqui retratadas, trouxemos alguns dados que julgamos ser relevantes.

¹⁵ Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013: Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 29/10/2021



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 com base no censo 2010.

Pelo gráfico acima, pode-se observar que, independentemente da idade, Vitória está sempre acima do índice do Brasil quanto ao número de indivíduos que frequentam a escola, e, de modo contrário, Santa Leopoldina está sempre abaixo. Por outro lado, a distorção idade-série na cidade interiorana é bem maior do que o de Vitória e do que o índice do Brasil, conforme tabela 5.

Tabela 5: Distorção Idade série por localidade

Localidade	6 a 17 anos no ensino básico com 2 ou mais anos em distorção	15 a 17 anos frequentando o ensino fundamental	18 a 24 anos frequentando o ensino fundamental
Brasil	19,59 %	27,11%	3,41%
Vitória	12,25 %	16,13%	1,05%
Santa Leopoldina	22,04%	30,46%	3,95%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 com base no censo 2010.

Essas grandes diferenças podem ser explicadas pelas dificuldades encontradas pela população da zona rural de Santa Leopoldina em ter acesso ao sistema educacional, começando pelo fato de que as comunidades são muito isoladas, com estradas de terra em péssimas condições, e nem todas as comunidades possuem uma escola primária. Cursar o ensino fundamental II e o médio é ainda mais complexo, pois as escolas estão localizadas na sede do município, o que obriga os alunos a terem, muitas vezes, de ir a pé por distâncias não tão próximas até o ponto de ônibus para conseguir o transporte escolar e chegar à cidade. Como são muitas comunidades, o trajeto se torna demorado, e alguns alunos relatam ter de acordar às 5h da manhã para conseguir chegar às 7h na escola, e

retornam para casa após as 13h. Muitos desses jovens, após a escola, ajudam os pais nos afazeres de casa e da lavoura, o que torna ainda mais desgastante a rotina de estudo e trabalho. Tudo isso desmotiva os leopoldinenses da zona rural a permanecerem na escola. Soma-se a isso o desejo de continuar na roça, ou o entendimento de que o estudo não é necessário, já que possivelmente no futuro devem continuar o trabalho na lavoura, como demonstram os trechos das entrevistas a seguir:

“Entrevistadora – hu hum... e você gos::ta de trabalhar na ro::ça? ¹⁶...

Falante – gos::to ...

Entrevistadora – e vocês trabalham com o que aqui? ...

Falante – bana/é planta bana::na café:: ... a gente panha café:: na panha de café:: com os outro na sa::fra ...

Entrevistadora – e:: com quantos anos cê começou a trabalhar na roça? ...

Falante – desde:: no no tempo que eu estuda::va já eu já comecei trabalhar:: ... sete a::no

Entrevistadora – aí você ia pra escola de manhã:: e de tarde cê já trabalhava né? ...

Falante – sim ... por isso mais que eu desanimei:: de estudar:: ... eu vi meu pai com dificuldade trabalhando na ro::ça aí eu saí pra ajudar:: ...

Entrevistadora – hu hum... entendi... e quando você estudava lá na ru::a... você estudava durante o di::a ou era à noite? ...

Falante – durante o dia ... estudei um período da:: ... cedo na parte da manhã:: e:: na parte da tar::de ...”

(Masculino, 26 a 49 anos, Ensino Fundamental II)

“Falante – com dezessete e meio eu casei aí com dezessete ano mais ou menos ou parei de estudar ... e também é muito:: sei lá muito cansativo que minha mãe trabalhava na ro::ça .. aí ela tinha... ela tinha criança pequena eu tomava com::ta aí ia na roça levava na beira dela aí estudava à tarde né?... aí dez hora eu saia de casa pra mais ou menos onze e meia eu ta no pon::to ... onze hora mais ou menos ta no ponto... aí eu chegava de

¹⁶ As entrevistas foram transcritas utilizando símbolos que representam elementos da fala de acordo com normas para a transcrição observadas em Dionísio (2001):

- Pausa (...)
- Ênfase (MAIÚSCULAS)
- Alongamento de vogal (:::)
- Silabação (-)
- Interrogação (?)
- Truncamento de palavras (/)
- Ortografia (ta, to, ahã)

noi::te em casa no outro dia a mesma coisa .. então:: ... muito cansati::vo... mamãe TINHA que trabalhar né? ... aí eu peguei saí da escola e fiquei cuidando de ca::sa... da casa e dos meus irmãos né? “

(Feminino, 26 a 49 anos, Ensino Fundamental II)

“**Entrevistadora** - hu hum... e você:: assim você acha que:: a é importante a pessoa terminar os estu::dos ou pra você assim igual você aqui.. você acha que até onde você estudou ta bom ... e não tem mais necessidade de você estudar ma::is ...

Falante – não a gente tem necessidade de de estudar mais? claro que tem ... claro que tem porque:: não tem (inint) hoje... pra pessoa ter:: ... ter o seu ensino comple::to ... ter tu/tudo no jeito que:: que se deve ... pra poder fazer ... mas no no meu ca::so eu estudei até:: ... até o sexto:: a sexta série ... por causa que:: ... eu ... eu na verdade sou filho único da ca::sa ... sou filho único ...e:: outra coisa ... eu ... pra estudar na cidade não vou ... cidade não vou ... eu pegar e me matar de estudar:: e pra pegar e e e:: ficar aqui na roça num adianta... num adianta aí:: ... aí eu decidi parar um tempo ... tempo aí... talvez até volto pra estudar de noi::te ou de manhã ce::do não sei...aí:: ta aí pra ver...”

(Masculino, 15 a 25 anos, Ensino Fundamental II)

Quanto à distorção idade/série, os desafios descritos acima muitas vezes retiram os alunos da escola, porém alguns dos alunos acabam voltando após um tempo afastados e transferem-se para o ensino noturno ou para a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), o que explica esse alto índice em Santa Leopoldina.

Assim, sem escolaridade suficiente para deixar o trabalho árduo da “roça”, esses indivíduos não conseguem se inserir formalmente no mercado de trabalho, têm subempregos, “fazem bicos”, trabalham nas colheitas sazonais e plantam em sua pequena propriedade, talvez esse seja um dos motivos que levam os habitantes de Santa Leopoldina a terem renda mais baixa do que aqueles que residem na capital, conforme demonstrado na tabela 6.

Tabela 6: Porcentagem dos ocupados por nível de escolaridade por localidade.

Localidade	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio completo	Ensino Superior Completo	Rendimento médio dos ocupados
Brasil	62,29%	44,91%	13,19%	1.296,19
Vitória	83,64%	71,28%	34,73%	2.641,19
Santa Leopoldina	31,95%	20,52%	4,73%	605,17

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 com base no censo 2010.

Além dessas diferenças, o acesso à tecnologia é parco. Nas entrevistas da amostra, encontramos relatos de que são poucas as pessoas das comunidades que possuíam, à época, aparelho celular e computador, menos ainda eram aqueles que tinham acesso à internet, mesmo algumas escolas da zona rural não o possuíam. A televisão aberta é a principal fonte de informação e entretenimento das famílias, de modo que, são as novelas da Rede Globo de televisão e os programas de auditório exibidos nos fins de semana pelas redes SBT e Record os itens mais citados pelos entrevistados quando perguntados sobre o que gostavam de assistir ou fazer em um momento de lazer.

5.3 CONTÍNUO RURAL X URBANO

Observadas as diferenças entre a comunidade rural em pauta e a capital, faz-se necessário, antes de adentrarmos o fenômeno linguístico em si, trazer algumas ponderações em relação ao português falado na zona rural e o português urbano, o que faremos à luz dos estudos de Bortoni-Ricardo (2005, 2011).

Segundo Bortoni- Ricardo (2011, p. 20), o bilinguismo existente no Brasil é ínfimo em relação ao tamanho da população e as poucas comunidades que possuem uma língua materna distinta do português. Os imigrantes não lusitanos que aqui chegaram e se estabeleceram assimilaram a língua majoritária no período de uma ou duas gerações, como é o caso da maioria dos descendentes de europeus de Santa Leopoldina., Somente aqueles que permaneceram isolados em redes altamente fechadas, conservadoras e tradicionais, realizaram esse processo de forma mais lenta e tinham, até pouco tempo, o português como segunda língua, fato que pode ser observado em algumas comunidades de pomeranos no interior do Espírito Santo, especialmente no município de Santa Maria de Jetibá, limítrofe à Santa Leopoldina.

Porém, essa aparente homogeneidade linguística não é real. De acordo com Bortoni-Ricardo, a comunidade de fala brasileira apresenta traços de sociedades tradicionais estratificadas, como a grande amplitude de repertório e o acesso limitado ao padrão, e, também, traços de sociedades modernas meritocráticas (2011, p. 21). Dentro desse cenário, Bortoni-Ricardo enfatiza a relação e as distinções entre os falares urbanos e caipiras.

O termo caipira identifica um modo de vida e refere-se à população rural tradicional do Brasil. Essa população espalhou-se por todo o interior do país, vivendo em casas distantes umas das outras ou em pequenos vilarejos. As comunidades caipiras possuem certa homogeneidade, sentimento de territorialidade comum, unem-se solidariamente, ajudam-se nas tarefas agrícolas, religiosas, festivas e nas dificuldades de deslocamento.

Embora a tecnologia e o modo de vida urbano tenham adentrado ao campo e já o influenciem, ainda assim a estrutura rural tradicional resiste e se reflete na linguagem dos indivíduos que dela fazem parte.

Analisando a fala dessas comunidades e a fala oriunda das cidades, Bortoni-Ricardo propôs estarem as variedades do PB dentro de um contínuo dialetal rural-urbano, que tem em sua extrema esquerda os vernáculos rurais isolados e na extrema direita a variedade urbana. Ao longo desse contínuo haveria duas regras variáveis, regras que “caracterizam as variedades regionais e sociais mais isoladas, recebendo maior grau de estigmatização na sociedade urbana hegemônica” e regras que estão presentes na fala de praticamente todos os brasileiros, a depender unicamente da formalidade do contexto comunicativo (2005, p. 40).

Compreende-se, portanto, que a maior parte dos traços não-padrão da língua ocorrem na fala de todos os grupos sociais com menor ou maior frequência, porém, dentro do contínuo rural-urbano, é possível observar que esses traços sofrem decréscimo progressivo da esquerda para direita, de modo que, no vernáculo das comunidades rurais isoladas, essas variantes são praticamente categóricas, por outro lado, na fala urbana, são marcas de estilo, geralmente o coloquial. Há também outros traços não-padrão próprios das falas rurais que sofrem forte estigmatização por não se enquadrarem nas normas de prestígio vigentes, os quais caracterizam as variedades caipiras e distinguem a fala urbana da fala rural.

Dentro desse contínuo, juntamente com os vernáculos mais estigmatizados, encontram-se os denominados “rurbanos”, variedades não-padrão usadas por falantes “de classes mais baixas, não alfabetizadas ou semialfabetizadas, que vivem na cidade, mas que, na maioria dos casos, têm antecedentes rurais” e usadas também pela população rural que vive em comunidades onde já se observa grande influência da tecnologia (2011, p. 21). A existência de “rurbanos” ressalta o fato de que a estigmatização de certas variedades no PB está ligada não apenas à questão da origem rural dos falantes, mas principalmente à questão social das classes mais baixas.

De acordo com a autora (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 25), essa grande amplitude de repertório linguístico no Brasil está relacionada à dificuldade de acesso ao padrão real oral e escrito da língua por boa parte da população, falantes de variedades populares de pouco prestígio, entre eles não-escolarizados e falantes rurais. Em sociedades pós-modernas, tecnológicas e industrializadas, em que o letramento é universal, o padrão da língua empregado como referência para o uso contrasta fortemente com a realidade cotidiana da língua. No entanto, esse padrão direciona a avaliação que os indivíduos

fazem das variantes e das variedades linguísticas, principalmente através da mídia e da escola, grandes agentes uniformizadores.

Contudo, quando se está diante de uma comunidade não-alfabetizada ou pouco alfabetizada, a função de referência da variedade padrão é menos sentida, pois o acesso à avaliação depende do contato com a cultura letrada. Esse cenário brasileiro favorece a preservação de grandes diferenças dialetais entre as variedades urbana e rural.

Portanto, ainda que a comunidade de fala brasileira apresente traços de sociedades tradicionais, há grande permeabilidade dialetal e fluidez, de modo que “a capacidade dos falantes de variedades não-padrão de se moverem ao longo do contínuo é com frequência paralela a sua oportunidade de mobilidade social”. As pessoas adquirem ou se aproximam do padrão para poderem ascender socialmente ou serem aceitas socialmente. Entende-se, por conseguinte, que a língua padrão no Brasil é claramente um fenômeno social que relaciona a variedade usada por uma classe de prestígio como a correta e classifica tudo o que foge a ela como “português ruim”. (BORTONI-RICARDO, 2011, p.26)

Essa diferenciação entre a fala urbana e a rural será exposta em nossa análise do fenômeno de variação da expressão do objeto direto anafórico, quando fazemos uma comparação entre os resultados encontrados em Vitória e os da zona rural de Santa Leopoldina.

5.4 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

A amostra do Português Falado na Zona Rural de Santa Leopoldina é composta por 44 entrevistas gravadas entre novembro de 2011 e janeiro de 2013 por duas ex-alunas que, à época, desenvolviam suas pesquisas de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): Camila Candeia Foeger e Lays de Oliveira Joel Lopes.

Camila Foeger é natural da zona rural de Santa Leopoldina e surgiu dela o interesse em pesquisar o português falado nessa comunidade, uma vez que a cidade é a mais rural do Espírito Santo e ainda não havia estudos sociolinguísticos com dados de fala rural no Estado.

A maior parte das entrevistas foram gravadas pela pesquisadora, que contou com o apoio de um guia muito conhecido na comunidade, fato que a ajudou a chegar às localidades mais isoladas e a conseguir falantes para a amostra. Na gravação de algumas entrevistas, Foeger teve também a ajuda de Lays Lopes, na época, aluna do mestrado em Linguística e que não pertencia à comunidade rural de Santa Leopoldina. A transcrição foi

realizada pelas pesquisadoras e por alguns integrantes do grupo de pesquisa PortVix (Português Falado na Cidade de Vitória) entre os quais eu me incluo.

Em 2014, Foeger defendeu pela UFES a primeira dissertação que analisava dados da amostra rural, intitulada “A primeira pessoa do plural no português falado em Santa Leopoldina/ES”. No mesmo ano, Lays Lopes também se tornou mestre em Estudos Linguísticos pela UFES com a dissertação “A concordância nominal de número no português falado na zona rural de Santa Leopoldina/ES”. Anos mais tarde, em 2020, Lopes voltou a utilizar esses dados, agora defendendo sua tese de doutorado a respeito da variação da concordância verbal e nominal, a primeira tese desenvolvida a partir da amostra de fala rural de Santa Leopoldina.

As entrevistas que compõem essa amostra têm duração de cerca de 60 minutos cada uma, estão estratificadas de acordo com o sexo/gênero (feminino, masculino), escolaridade (Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio) e faixa etária (7 a 14 anos, 15 a 25 anos, 26 a 49 anos, mais de 50 anos) dos entrevistados, como pode ser visto na tabela 7.

Tabela 7: Estratificação dos falantes em amostra coletada na zona rural de Santa Leopoldina-ES.

	Idade		07-14		15-25		26-49		50...		Total
	Sexo		F	M	F	M	F	M	F	M	
Ensino Fundamental I	3	2	2	1	2	2	2	2	2	2	17
Ensino Fundamental II	3	3	2	3	2	2	2	2	2	2	18
Ensino Médio	-	-	2	2	2	2	1	0			09

Número total de entrevistados = 44

Fonte: FOEGER (2014)

A constituição da amostra seguiu a metodologia laboviana (LABOV, 2008 [1972], p. 242), porém a escolha dos falantes não foi realizada de modo totalmente aleatório, isso porque o município de Santa Leopoldina é dividido em 3 regiões, conforme já mencionado, Sede, Djalma Coutinho e Mangaraí, e essas regiões, por sua vez, são formadas por 48 comunidades que abrigam pessoas descendentes de muitas etnias: italianos, alemães, pomeranos, holandeses, africanos, tirolezes, suíços. Algumas dessas comunidades são bem distantes da sede, com estradas não pavimentadas, o que torna o acesso difícil, principalmente no período chuvoso. Dessa forma, para a formação da amostra de fala foram contempladas somente 9 comunidades, às quais se conseguia chegar com um pouco mais de facilidade e onde se encontraram falantes com perfil social adequado e que

aceitaram contribuir com as entrevistas. Muitos desses voluntários ajudaram a completar o quadro de falantes, indicando pessoas conhecidas que se enquadravam no perfil social desejado, sendo assim, alguns dos falantes se conhecem, outros não.

Para que as entrevistas pudessem realmente representar a fala da zona rural de Santa Leopoldina, critérios foram definidos com base na teoria laboviana: os entrevistados precisavam ser nascidos no município, ter pais e/ou cônjuges leopoldinenses, ou que residissem na localidade há bastante tempo, residir na zona rural, não ter permanecido mais de um quarto da vida fora do município, não trabalhar ou ter trabalhado em grandes centros urbanos e ser monolíngue. Esse último ponto é importante, já que a formação da cidade se deu por meio de diversos povos, como dito anteriormente e, por isso, ainda é possível encontrar algumas pessoas bilíngues nas comunidades, falantes de alemão e pomerano, principalmente. Embora esses falantes não tenham sido incluídos na amostra, levou-se em consideração durante toda a formação da amostra e também no desenvolvimento desse trabalho a influência que outras línguas podem ter exercido no português falado na região.

6 O ENVELOPE DA VARIAÇÃO

Para este estudo, foram computadas todas as ocorrências do objeto direto anafórico nas 44 entrevistas, as quais se apresentam na forma das seguintes variantes:

i. Clítico acusativo¹⁷

(8) “Anita, essa aqui é a nossa professora Mendes. Prazer em conhecê-**la** senhorita Mendes.”

(Feminino, Ensino Fundamental II, 7 a 14 anos)

ii. Pronome pleno

(9) “(...) a professora de geografia... essa que eu te falei agora... Ela é muito enjoada... por isso que quase ninguém respeita **ela**.”

(Feminino, Ensino Médio, 15 a 25 anos)

iii. Sintagma nominal anafórico¹⁸

(10) “(...) pra você pegar o cartão... aí cê é doador... aí com trinta dia eu fui... trinta ou quarenta... eu não sei... aí eu fui lá no/no correio e panhei **o cartão**.”

(Masculino, Ensino Fundamental II, 15 a 25 anos)

iv. Anáfora zero

(11) “(...) nós faz o pó de café aqui mesmo... não compra **[0]** não (...)”

(Masculino, Ensino fundamental II, 15 a 25 anos)

6.1 DADOS QUE COMPÕEM A PESQUISA

A etapa de codificação dos dados da pesquisa é muito importante e delicada, o pesquisador precisa estar atento e seguro para avaliar se o contexto em que um dado foi encontrado é realmente variável. Portanto, há de se fazer uma análise minuciosa dos dados a fim de se definirem quais se enquadram e quais não se enquadram na análise do fenômeno variável.

¹⁷ Não há ocorrências do clítico acusativo nos dados de fala de Santa Leopoldina. Essa ocorrência pertence à língua escrita, aparece quando a informante está lendo o livro didático de inglês.

¹⁸ Foram também computadas ocorrências com SNs anafóricos modificados como em: em: “Ele teve uma menininha [...] ele vai todo tempo ver **a filha** dele.”

Com relação à variação da expressão do objeto direto anafórico, foram computadas exclusivamente ocorrências de objeto direto com antecedente já mencionado no discurso que pudessem ser preenchidas por todas as formas variantes: clítico acusativo, pronome pleno, sintagma nominal anafórico e anáfora zero, como nos exemplos anteriormente mencionados.

Seguindo os mesmos parâmetros utilizados na pesquisa de mestrado de Lauer (2015), os seguintes casos foram retirados da análise por serem categóricos ou não serem considerados casos de variação do objeto direto anafórico:

a) Dados que apareciam nas situações em que o falante respondia a uma pergunta direta do entrevistador ou repetia o que ele acabava de proferir.

(12) “E – e você tem boas lembranças da escola assim? ..

Inf – **te::nho** ...”

(Masculino, Fundamental II, 15 a 25 anos)

b) Dados com repetição de fala do entrevistado: nesses casos apenas uma ocorrência foi analisada.

(13) “a pessoa compra [o biscoito] pra pessoa ir embora logo {{risos}} então tá bom eu **vou comprar [0]** eu **vou comprar [0]** ”

(Feminino, Ensino Fundamental, 7 a 14 anos)¹⁹

c) Ocorrências com verbos transitivos diretos usados intransitivamente.

(14) “tem uma... uma área de beisebol ... num sei quem joga **[0]**”

(Feminino, Ensino Fundamental, 7 a 14 anos)²⁰

d) Cancelamento do pronome oblíquo o quando pudesse ser substituído por *isso*, *tal coisa*, referindo-se a uma frase inteira ou parte dela;

(15) “o pai... estuprou fi::lha... o pai que **fez isso**...”

(Feminino, Ensino Fundamental, 15 a 25 anos)²¹

e) Quando o verbo *ter* apresentasse sentido de *existir*, *acontecer* ou *haver*.

¹⁹ Exemplo retirado do *corpus* de fala de Vitória - ES. Uma vez que já havíamos detectado, na pesquisa concluída em 2015 com as entrevistas de Vitória, que esses contextos deveriam ser retirados da análise, não os selecionamos nas entrevistas de Santa Leopoldina em nenhum momento da codificação dos dados. Por isso, foi necessário que alguns dos exemplos apresentados aqui fossem extraídos de (LAUAR, 2015).

²⁰ Exemplo retirado de Lauer (2015).

²¹ Exemplo retirado de Lauer (2015).

(16) “E – e vocês ... tem um time de vocês assim ou não ...

Inf- não aí:: é brincadeira só::

Ex2 – só pra divertir...

Inf – é... embaixo ali **tem time** mesmo ... **tem time** ali embaixo ali mesmo mas só que:: eu não jogo em time assim não só pra:: ...”

(Masculino, Fundamental II, 15 a 25 anos)

f) Casos em que o objeto forma com o verbo uma expressão cristalizada como *ter medo*, *dar aula*, *jogar bola* etc por serem categóricos, isto é, não apresentarem variação.

(17) Inf – ah finais de sema::na ... como ontem e ho::je eu pego e:: vou pra Rio do Meio ali:: jogar uma bo::la ... **jogar bo::la** saio

(Masculino, Fundamental II, 15 a 25 anos)

g) Dados em que o pronome aparecia acompanhado de determinante como *tudo*, *nada*.

(18) “aí eu falei assim então cadê as frutas? ela falou “acabou”... então por acabou?... “não sei”... porque eu **comi tu::do**”

(Feminino, Ensino Fundamental, 15 a 25 anos)²²

6.2 HIPÓTESES

Considerando os resultados obtidos nos trabalhos de Duarte (1986), Omena (1978), Malvar (1992) e Lauer (2015), levantamos as seguintes hipóteses a respeito da variação em tela:

- a) As pesquisas de Lauer (2015) e Duarte (1986), realizadas em Vitória e São Paulo, respectivamente, demonstram que o clítico acusativo de terceira pessoa está em vias de desaparecimento da fala, sendo seu índice de uso baixíssimo, e sua manutenção na língua falada advindo da pressão normativa da escola e do letramento. Segundo Bortoni-Ricardo (2011), essa pressão exercida pela escola não é sentida pelos falantes da zona rural, o que leva a inferir que não haverá ocorrências do clítico acusativo na fala rural de Santa Leopoldina;
- b) As comunidades que compõem a amostra de fala rural de Santa Leopoldina são deveras homogêneas. Não há grandes diferenças sociais, as pessoas trabalham e vivem da mesma forma, frequentam os mesmos templos e festas religiosas, os mesmos locais de lazer, possuem pouca relação com a tecnologia, vão pouco à

²² Exemplo retirado de Lauer (2015).

- sede do município e a outras cidades. Isso nos leva a crer que os fatores sociais serão pouco significativos para a escolha das variantes;
- c) A variável escolaridade do falante não será decisiva na escolha de uma ou outra variante. Essa hipótese baseia-se na relação entre a comunidade estudada e a escola, o ensino, a aprendizagem e a formação acadêmica. Por viverem em comunidades rurais, em sua maioria distantes da sede da cidade, o acesso à escola se torna um desafio, tanto para se chegar até ela quanto para nela permanecer, devido a vários fatores já apresentados no capítulo sobre a comunidade Leopoldinense. A não priorização dos estudos frente à realidade da vida no campo, baixa exposição à cultura letrada, escolas sem estrutura, tudo isso faz com que a influência da escola e a pressão normatizadora que ela exerce nos falantes da cidade não sejam sentidos pelos falantes rurais;
- d) A anáfora zero é a forma preferida para a substituição do clítico, principalmente em contextos mais genéricos, como antecedente plural e os traços [-animado] e [-humano] dos antecedentes, conforme apontam Omena (1978), Duarte (1986), Malvar (1992), Lauar (2015);
- e) Os SNs anafóricos apresentam alto índice de uso, seguindo o comportamento da capital Vitória. Os condicionamentos linguísticos que os favorecem são análogos aos da anáfora zero;
- f) Como demonstrado por Omena (1978), Duarte (1986) e Lauar (2015), a frequência relativa de uso do pronome pleno não é alta, contudo, essa variante possui forte encaixamento linguístico com os traços semânticos do antecedente [+animado], [+humano] e [+específico];
- g) Cadeias anafóricas curtas, formadas apenas por uma retomada, favorecerão às formas lexicalizadas: pronome pleno e sintagma nominal anafórico. Seguindo o princípio da informatividade, para que não haja repetição desnecessárias de informações facilmente retomadas no discurso, as cadeias anafóricas longas, formadas por duas ou mais retomadas, favorecerão à anáfora zero;
- h) Estruturas oracionais simples, formadas por V+OD favorecerão à anáfora zero; estruturas complexas (V+OD+ Mini oração)²³; (V+OD+ adjunto ou oração adverbial) e (V+OD+ Predicativo do objeto) favorecerão o pronome pleno;
- i) Nos resultados de Omena (1978), a distância entre o antecedente e sua anáfora não é um fator significativo. Contudo, acreditamos que a maior distância entre o

²³ Nesses casos a sentença apresenta-se da seguinte maneira: Eu não tenho nada para reclamar dela não. Eu acho ela sensacional.” (DUARTE, 1986, p. 23). A mini-oração é aquela em que o objeto e o predicativo formam quase uma outra oração em que o objeto *e/la* funciona como sujeito “eu acho que ela é sensacional”.

antecedente e a sua retomada torna necessário o uso de variantes lexicalizadas para que não haja prejuízo da comunicação. Por esse motivo decidimos testar a variável;

- j) Conforme testado por Malvar (1992) e atestado por Lauar (2015), o paralelismo morfológico atua sobre as variantes de modo que os antecedentes pronominais favorecem a retomada com pronome pleno, antecedentes sintagmáticos favorecem a retomada pelo SN e antecedentes cancelados favorecem a anáfora zero, caracterizando paralelismo morfológico. Esperamos que o comportamento dos nossos dados se assemelhem a esses;
- k) Os resultados obtidos por Duarte (1986) apontam que as formas verbais possuem influência sobre a escolha das variantes. Segundo a autora, verbos no gerúndio e em tempos simples favorecem o pronome pleno enquanto o imperativo favorece a anáfora zero. Codificamos também a variável acreditando que nossos dados confirmarão aqueles de Duarte;
- l) Seguindo os resultados encontrados por Schwenter e Silva (2010), esperamos que antecedentes no singular contável favoreçam o pronome pleno, antecedentes no singular não contável (como grãos, líquidos e nomes de instituições, por exemplo) devem favorecer a retomada por um SN, enquanto antecedentes plurais são o ambiente favorável à anáfora zero;
- m) Baseando-nos em Galves (2001), acreditamos que a função tópico do antecedente será um contexto favorável à anáfora zero devido à natureza desse fator que o constitui como referência para o que vai ser dito à frente na sentença e, por isso, não necessitar de um mediador que o acesse no discurso. Também a função objeto deve favorecer essa variante devido ao paralelismo de função, conforme constatado por Omena (1978).

6.3 VARIÁVEIS ANALISADAS

Nesta seção, descrevemos as variáveis sociais e linguísticas analisadas a fim de refutar ou não as hipóteses levantadas.

6.3.1 Variáveis sociais

Como o próprio nome destaca, a sociolinguística volta seus esforços para compreender a variação e a mudança linguísticas considerando os contextos sociais e de

interação em que estão envolvidos os falantes. Sendo assim, é de suma importância para a teoria e a metodologia labovianas analisar e compreender os fatores sociais que perpassam os fenômenos variáveis estudados. Os estudos sociolinguísticos consideram, então, que influenciam na escolha de uma ou outra forma variante o sexo do falante, sua escolaridade, faixa etária, local onde vive e frequenta, tipo de trabalho que realiza, entre outros aspectos os quais podem ser controlados pelo pesquisador à medida em que ele entende serem condicionantes da variação em tela.

Assim sendo, nossa pesquisa considerou como variáveis sociais aquelas constituem a amostra de fala de Santa Leopoldina: sexo dos falantes (masculino e feminino), três níveis de escolarização (ensino fundamental I, ensino fundamental II, ensino médio²⁴) e quatro faixas etárias (7 a 14 anos, 15 a 25 anos, 26 a 49 anos, mais de 50 anos).

Em suas pesquisas, Duarte (1978) e Malvar (1992) apontam que a escolaridade é um fator importante na escolha das variantes linguísticas, de modo que o aumento da escolaridade dos falantes e o aumento da faixa etária diminuem o uso da categoria considerada erro gramatical. No entanto, para os dois trabalhos, o gênero/sexo dos falantes não demonstra grande influência no processo de variação.

Uma vez que a comunidade de fala de Santa Leopoldina é homogênea e a ruralidade lhe tira a pressão normatizadora exercida pela escola, esperamos que os fatores sociais tenham menor relevância que as comunidades de fala urbana como Vitória, por exemplo, na escolha de uma ou outra variante.

6.3.2 Variáveis linguísticas

As variáveis linguísticas consideradas neste trabalho são de natureza morfológica, sintática, semântica e funcional. Codificamos as mesmas variáveis linguísticas testadas na pesquisa de Vitória (LAUAR, 2015) para que pudéssemos fazer a comparação dos resultados relativos à fala rural x fala urbana no Espírito Santo. Adicionamos, ainda, outra variável que, durante a análise dos dados, pareceu-nos ser significativa: cadeia anafórica curta e cadeia anafórica longa. Abaixo apresentamos detalhadamente cada variável e exemplos de dados em que elas foram encontradas.

Variáveis morfológicas:

²⁴ Ensino Fundamental I: 0 a 5 anos de escolarização; Ensino Fundamental II: 6 a 9 anos de escolarização; Ensino Médio: 10 a 12 anos de escolarização.

As variáveis morfológicas testadas foram: formas verbais, categoria morfológica, número do antecedente.

a) Formas Verbais

Em sua pesquisa, Duarte (1986) testou as formas verbais e constatou que o pronome pleno é favorecido pelo gerúndio e pelas formas simples dos verbos, enquanto a anáfora zero é amplamente utilizada com todas as formas verbais, destacando-se quando objeto de um verbo no imperativo.

Considerando os resultados de Duarte, dividimos nossa variável em tempos simples, tempos compostos (com verbos no particípio), locuções verbais (com verbos no gerúndio e infinitivo), gerúndio, infinitivo.

(19) Tempo simples: “Ah escolhe a mandioca da roça...**raspa [0]** ...aí **leva [0]** pro quitume (...)” (Feminino, Ensino Médio, 15 a 25 anos)

(20) Tempo composto: “eu quero ver sua mãe amanhã na sua escola...ele falou tá tá...num deve **ter avisado a mãe**” (Feminino, Ensino Fundamental II, 7 a 14 anos)

(21) Locução Verbal: “(...) que eu sempre levo mamãe em médico.... e ela sentindo dor... sentindo dor... isso é sem falar na hora que **foram atender [0]** ... cheguei com ela nove horas **foram atender [0]** meio dia (...)” (Feminino, Ensino Médio, mais de 50 anos)

(22) Gerúndio: “(...) cheguei a ir com ela/acho que eu cheguei ir com mamãe umas cinco vezes ainda.. ela com saúde ainda e eu **acompanhando ela** (...)” (Feminino, Ensino Médio, mais de 50 anos)

(23) Infinitivo: “tem aluno que Deus me livre... os professor são um santo de **aguentar [0]** (...)” (Feminino, Ensino Fundamental II, 26 a 49 anos)

b) Categoria morfológica do antecedente

A variável categoria morfológica mostrou-se de extrema importância para os estudos de Malvar (1992) e de Lauer (2015) por isso decidimos testá-la também nos dados de Santa Leopoldina. A variável foi assim dividida: antecedente substantivo, antecedente pronome, antecedente anáfora zero.

Acreditamos que o paralelismo linguístico será evidente na fala dos entrevistados de modo que antecedentes substantivos serão seguidos de um SN, o antecedente pronome por um pronome pleno e antecedentes zero, uma anáfora zero.

(24) Substantivo: “(...) eles perderam meus papel em Santa Leopoldina na enchen::te eles perderam **meus papel** lá:.” (Feminino, Ensino Fundamental II, mais de 50 anos)

(25) Pronome: “(...) porque eu tô ajudando minha menina na faculda::de ... ela faz em Campo Gran::de a faculdade de::la... coisa eu fiz um empréstimo e ajudei **ela**.” (Feminino, Ensino Fundamental II, mais de 50 anos)

(26) Elipse: “*criamo os porco a me::ia ... quando ta gran::de ele vem cá ajudar matar [0] ... Aí a gente **parte [0]** né?” (Feminino, Ensino Fundamental II, mais de 50 anos)*

c) Número do antecedente

A variável número do antecedente foi testada por Schwenter e Silva (2010), tendo seus resultados apontado que o antecedente no singular favorece a anáfora com pronome pleno, enquanto o antecedente plural é o ambiente preferido da anáfora zero. Na pesquisa com base em Vitória (LAUAR, 2015), também foi codificada essa variável, porém, além do antecedente plural e singular contável, foi acrescentado o antecedente singular não-contável.

A hipótese levantada a partir desses dois estudos citados é que os antecedentes plurais tendem a ser mais genéricos e por isso serão retomados por uma anáfora zero, também mais genérica. O singular contável contrapõe-se ao plural, sendo mais específico, fator que favorecerá o pronome pleno, uma vez que apresenta caráter especificador devido à sua função dêitica. O SN, variante intermediária, será favorecido por antecedentes no singular não contável (como grãos, líquidos e nomes de instituições), pois não são tão específicos quanto o singular contável e nem tão genéricos quanto os antecedentes plurais.

(27) Singular contável: “Mas aí eu quebrei o braço ... Vai nós pro infantil...chega lá.. engessar **o braço** (...)” (Masculino, Ensino Fundamental I, 7 a 14 anos)

(28) Singular não-contável: “Não peguei café. Café a gente pega **café**” (Feminino, Ensino Médio, 15 a 25 anos)

(29) Plural: “Botar agrotóxicos nos alimento...Eu acho que antigamente não era muito assim acho que eles faziam mais...preparava [0] em casa mesmo (...)” (Feminino, Ensino Médio, 15 a 25 anos)

Variáveis sintáticas

As seguintes variáveis sintáticas foram analisadas: estrutura do sintagma verbal e função sintática do antecedente

a) Estrutura do sintagma verbal

A estrutura do sintagma verbal em que ocorre o objeto anafórico parece ser um fator importante na escolha das variantes, conforme demonstraram Omena (1978) e Duarte (1986). Na pesquisa de Lauar (2015), esse fator foi dividido da seguinte maneira: estruturas simples, formadas por (V+OD) ou (V+OD+OI) e estruturas complexas (V+OD+predicativo).

Para a pesquisa com os dados de Santa Leopoldina, além das estruturas testadas em Vitória, pareceu-nos importante adicionar as estruturas (V+ OD+ Adjunto adverbial), (V+ OD+ oração final), (V +OD + V), essa última tratada por Omena (1978) e Lauar (2015) como função dupla do pronome, objeto da oração principal e sujeito da mini oração.

(30) V +OD: “(...) a imagem não tem ai muito já foram para nossa igreja por causa disso Eles falaram que não pode **adorar imagem** (...)” (Feminino, Ensino Médio, 26 a 49 anos)

(31) V + OD +OI: “(...) e a cachorra criou esses dia também... mais 7 cachorrinho (...) a gente não sabe ainda o que vai fazer ou a gente **vai dar [0] para os outros**”. (Masculino, Ensino Médio, 15 a 25 anos)

(32) V +OD +mini oração: “Nossa meu professor T. ele é engraçado mas eu **acho ele muito chato**” (Feminino, Ensino Fundamental II, 7 a 14 anos)

(33) V+ OD +adjunto adverbial: “(...) nós faz mingau de mandioca também...pega mandioca **bota [0] no rio** pra amolecer (...)” (Masculino, Ensino Fundamental II, 7 a 14 anos)

(34) V + OD+ Oração final: “os cachorros (...) eu tenho que **levar eles pra dar banho neles no chuveiro.**” (Masculino, Ensino Fundamental II, 15 a 25 anos)

(35) V + OD + V (infinitivo ou gerúndio): “(...) ele foi criado na mamadeira porque quando ele trouxe aí a cachorra tinha criado da outra vez só que ela não **deixou ele mamar** (...)” (Masculino, Ensino Fundamental II, 15 a 25 anos)

b) Função sintática do antecedente

A função sintática do antecedente foi controlada considerando os trabalhos de Omena (1978) e Galves (2001). O trabalho de Omena demonstrou ser esse fator relevante para a variação em análise, uma vez que o paralelismo de função predispõe que o antecedente objeto seja retomado por uma anáfora zero. Já Galves (2001, p. 43), a respeito da preferência pela anáfora zero, afirma que o PB tem se tornado uma língua de estrutura sintática topicalizada, fato que privilegia a realização do objeto direto por outras formas que não o pronome clítico, sendo a principal delas essa variante. Diante desses resultados, adicionamos à nossa análise a variável função sintática do antecedente, a qual foi composta da seguinte maneira: antecedente sujeito, antecedente complemento verbal (objeto direto, objeto indireto), tópico e demais funções sintáticas.

A decisão de agrupar as demais funções sintáticas em um único fator veio após rodadas preliminares que demonstraram não serem elas relevantes para a variação do clítico acusativo.

(36) Antecedente Sujeito: “(...) meus pais era pobre... Eles tinham muita dificuldade sabe... Sete filho trabalhar desde pequenininho... Que mamãe/... Eu era mais velha né... Que papai com muita dificuldade... eu... mamãe também... trabalhando na roça... Não tinha energia não tinha nada então quer dizer foi uma fase meio difícil não teve aquele negócio de brincadeira... aquele negócio... era trabalhar desde pequenininha... **ajudar os pais**”. (Feminino, Ensino Médio, 26 a 49 anos)

(37) Antecedente Complemento verbal: “eu acho que você tem que criar um filho desde pequenininho dando responsabilidade para ele e dando apoio e... porque se você **criar um filho** muito mimado (...)” (Feminino, Ensino Médio, 26 a 49 anos)

(38) Antecedente Tópico: “(...) essa casa fomo nós que **fizemo [0]**” (Feminino, Ensino Médio, mais de 50 anos)

(39) Antecedente exercendo demais funções: “Entrevistador - você teve muito contato com seus avós? Falante - não... pouco... eu **conheci muito pouco eles** né?”

Variáveis semânticas

Nosso trabalho considerou as seguintes variáveis semânticas: traços do antecedente [+animado +humano], [+animado –humano], [-animado –humano] apontados como relevantes nos dados de Omena (1978), Duarte (1986), Malvar (1992) e Schwenter e Silva (2010), e traço [+/- específico], variável abordada por Schwenter e Silva (2010).

A codificação dos traços [+/- animado +/- humano] não gera dúvidas, visto que são intrínsecos aos substantivos, já o traço [+/- específico] é inferível a partir da estrutura sintática da oração em que o substantivo se encontra, pois são os determinantes do substantivo que lhe atribuem o traço [+/- específico], como pode ser observado nos exemplos abaixo:

- (40) Minha escola é moderna.
- (41) Aquela escola é moderna.
- (42) Quero uma escola moderna.
- (43) Todas as escolas são modernas.

Nos exemplos 40 e 41 o item *escola* apresenta traço semântico [+específico], atribuído pelos determinantes *minha* e *aquela*, os quais apontam a qual *escola* o falante se refere. Nos outros dois exemplos, os determinantes *uma* e *todas* generalizam o substantivo *escola*, conferindo a ele, dessa forma, o traço [-específico].

(44) [+Humano; +animado]: “a gente é acostumada com os filho junto... mas jamais num vou **deixar meu filho** conquistar o seu ideal.” (Feminino, Ensino Fundamental II, 26 a 49 anos)

(45) [- Humano; -animado]: “(...) nós tem:: toca o café nosso mesmo é de... boa qualidade demais ... aí nós:: **planta [0]** (...)” (Feminino, Ensino Fundamental II, 26 a 49 anos)

(46) [-Humano; +animado]: “Tinha quatro peixinho... tinha a mãe e tinha outro... só que o outro comeu **os peixinho** (...)” (Feminino, Ensino Fundamental I, 7 a 14 anos)

(47) [+Específico]: “minha vizinha assim.. ela tem.... o marido dela também trabalha muito na prefeitura...não tem como **ajudar muito ela**” (Feminino, Ensino Fundamental I, 7 a 14 anos)

(48) [- Específico]: “eu invento um nome e **dou [0]** pra ele (...) “ (Feminino, Ensino Fundamental I, 7 a 14 anos)

Além dos fatores morfológicos, sintáticos e semânticos, consideramos também fatores classificados como textuais-funcionais: (1) a distância entre o antecedente e a sua retomada, levando em conta o número de orações entre eles, (2) retomada do próprio turno ou retomada do turno do entrevistador, (3) cadeia anafórica curta, somente uma retomada, cadeia anafórica longa, duas ou mais retomadas.

Distância entre o antecedente e a retomada

A distância entre o antecedente e sua retomada foi medida por meio da quantidade de orações que separam os dois termos. Foram definidos, então, cinco fatores para essa variável: uma oração de distância, duas orações, três orações, quatro orações, cinco ou mais orações, conforme pode ser visto abaixo.

(49) Uma oração: “ (...) que meu pai namorou com minha mãe ..ai .é ..meu pai **chamou ela** para morar com ele (...)” (Masculino, Fundamental I, 7 a 14 anos)

(50) Duas orações: “ (...) ganha medo, se você fica longe de seus pais, ou alguma coisa, cê **ganha medo**”. (Masculino, Fundamental I, 7 a 14 anos)

(51) Três orações: “o café agora pode ficar o resto do ano parado, fica lá... é só **molhar [0]**” (Masculino, Fundamental I, 7 a 14 anos)

(52) Quatro orações: Falante - “meu pé foi enfaixado tudo... precisou botar gesso”
Entrevistador - “ah! que quebrou também?” Falante - “não... o pé não quebrou não... só o dedo que foi cortado... aí eles **botaram gesso**”. (Masculino, Fundamental I, 7 a 14 anos)

(53) Mais de 5 orações: “(...) as conhecidas bolachinhas... chamado biscoitinho da roça... é:: já é uma tradição que veio do/DOS AVÓS do meu pai... e:: ele trouxe essa tradição pra nós... toda... Natal pra nós na época que a gente era criança só tinha o significado do Natal por causa que era a única vez no ano que a gente é:: **comia essas bolachinha** (...)” (Masculino, Fundamental I, 26 a 49 anos)

Turno

Nessa variável, leva-se em consideração se a informação retomada pelo Falante está presente em seu próprio turno de fala ou está contida no turno do entrevistador.

(54) Retomada do próprio turno: “eu como tudo menos uma planta chamado rúcula... que eu **odeio aquela planta**”. (Masculino, Fundamental I, 26 a 49 anos)

(55) Retomada do turno do entrevistador: Entrevistador - “o quê que vocês fazem com o lixo, assim...?” Falante - “O carro que passa pra **pegar [0]**” (Masculino, Ensino Fundamental I, 26 a 49 anos)

Tamanho da cadeia anafórica

Por essa variável desejamos observar se o antecedente é retomado uma única vez, formando assim uma cadeia anafórica curta, ou se há várias retomadas de um mesmo antecedente, o que forma uma cadeia anafórica longa.

(56) Cadeia anafórica curta: “(...) ele tirou o revol::ver apontou [0] pra nós” (Masculino, Ensino Fundamental II, 26 a 49 anos)

(57) Cadeia anafórica longa: “o café era jogado pelo ... igual na ponte...na ponte... na pontezinha... tem um negocinho assim... tipo um... não tem toboágua... é um negocinho assim que **jogava o café** ali pra **levar o café** pro rio ... **pra levar [0]** pra outros lugares”. (Feminino, Ensino Médio, 15 a 25 anos)

7 RESULTADOS

Nessa seção apresentamos e discutimos os resultados obtidos a partir da análise das 44 entrevistas da amostra de fala de Santa Leopoldina, considerando o uso das variantes nos contextos linguísticos e sociais analisados pela ferramenta estatística empregada para o processo de codificação e geração de resultados, o programa GoldVarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005), pertencente ao pacote Varburl. Esse programa computacional foi desenvolvido para a pesquisa sociolinguística e permite ao pesquisador obter as frequências relativas de uso das variantes em relação à variável dependente e gera, também, resultados em pesos relativos, baseados em uma análise estatística multivariada.

No tópico a seguir, apresentamos a distribuição de uso de cada uma das variantes em Santa Leopoldina, bem como propomos uma comparação entre essa comunidade e outras anteriormente estudadas, traçando, assim, um paralelo entre elas. Após essa primeira análise, voltamos nossa atenção aos resultados de pesos relativos.

7.1 DISTRIBUIÇÃO DAS VARIANTES

Nas 44 entrevistas analisadas, coletamos o total de 2604 dados de variação na expressão do objeto direto anafórico quando possível a substituição por todas as quatro variantes. Confirmou-se a hipótese levantada de que não haveria ocorrência do uso do pronome clítico na fala rural de Santa Leopoldina, conforme pode ser visto na tabela 8, em que há casos somente das outras três estratégias.

Tabela 8: Distribuição geral das variantes

Variantes	Dados	Frequência
Clítico acusativo	0	0,0%
Pronome pleno	330	12,7 %
Sintagma nominal	695	26,7%
Anáfora zero	1579	60,6%
Total	2604	100,0%

Fonte: Própria

Como esperado, a variante mais utilizada pelos falantes é a anáfora zero 60,6%, menos marcada, não estigmatizada, conforme Duarte (1986), sem material fônico (forma),

contudo facilmente compreendida pelo contexto comunicativo e, por isso, exibe maior frequência de uso.

O sintagma nominal anafórico tem frequência relevante, com 26,7% dos dados. Essa variante também é menos marcada, porém apresenta mais forma e mais informação, acarretando, na maioria das vezes, a repetição do antecedente. Seu uso, por conseguinte, além de tornar o texto redundante, fere o subprincípio funcionalista da quantidade, o qual pressupõe que estruturas mais simples são codificadas com menos forma (FURTADO DA CUNHA, 2009)

O pronome pleno soma 12,7% dos casos, percentual que demonstra ser essa uma estratégia comum nessa e em outras comunidades do Brasil.

A tabela 9 compara os dados rurais de Santa Leopoldina e das comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia (SILVA, 2004) com os resultados urbanos de Vitória (LAUAR 2015), São Paulo (DUARTE, 1986), Rio de Janeiro (SCHWENTER; SILVA, 2010) e João Pessoa (HORA; BALTOR, 2007).

Os dados referentes à fala rural afro-brasileira são provenientes do trabalho de Silva (2004), que estudou quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas em diferentes localidades no interior da Bahia em que houve grande concentração de mão de obra escrava. Na pesquisa, que contou com 36 entrevistas, a escolaridade dos falantes não foi levada em consideração, uma vez que foi possível meramente distinguir falantes que possuíam a habilidade de assinar o nome e ler palavras isoladas daqueles que não a possuíam.

Lauar (2015) analisou a fala de Vitória/ES num *corpus* formado por 46 entrevistas estratificadas por sexo/gênero dos falantes, três níveis de escolaridade (ensino fundamental, médio e superior) e quatro faixas etárias (7 a 14; 15 a 25; 26 a 49; mais de 50 anos).

A pesquisa de Schwenter e Silva (2010) foi realizada com dados retirados do *corpus* do PEUL (Projeto de Estudos sobre o uso da Língua), baseado no Rio de Janeiro. Para a análise, os pesquisadores utilizaram 12 entrevistas gravadas na década de 1980, divididas por gênero/sexo e relativas a falantes do menor estrato socioeconômico da amostra, que possuía falantes de Ensino Fundamental (I e II) e Ensino Médio.

Também da década de 1980 são as entrevistas utilizadas por Duarte em seu estudo a respeito da fala de São Paulo, com 45 falantes paulistanos, divididos por escolaridade (1º, 2º e 3º graus) e faixa etária (22 a 33 anos, 34 a 45 anos, acima de 45 anos), além de 5 falantes com idades entre 15 e 17 anos que estavam cursando a 8ª série do ensino fundamental.

Os dados de João Pessoa fazem parte do Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB). As entrevistas são divididas por escolarização (não escolarizados e universitários), faixa etária (15 a 25, 26 a 49, mais de 50 anos) e gênero/sexo dos falantes.

Tabela 9: comparação dos dados de fala do fenômeno de variação do objeto direto anafórico de terceira pessoa

Cidade	Clítico		Pro. Pleno		SN		Anáfora Zero	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Santa Leopoldina	0	0	12,7	321	26,7	641	60,6	1483
Vitória	0,5	15	13,7	411	30,9	925	54,8	1640
Bahia rural	0	0	12,0	213	16,0	275	72,0	1276
São Paulo	4,9	97	15,4	304	17,1	338	62,9	1253
Rio de Janeiro	0,3	04	12,0	151	15,4	193	72,5	909
João Pessoa	3,5	13	27,8	102	22,3	82	46,3	170

Fonte: Vitória: Lauer (2015), comunidades rurais quilombolas da Bahia: Silva (2004) São Paulo: Duarte (1986), Rio de Janeiro: Schwenter e Silva (2010), João Pessoa: Hora e Baltor (2007).

Pela tabela 9 podemos observar que o comportamento de Santa Leopoldina é próximo ao de Vitória com relação às frequências de uso das variantes. Esse fato nos leva a pensar em dois cenários: o primeiro sugere que há uma influência direta da capital Vitória na fala rural do Estado, tese que será discutida mais adiante; a segunda supõe serem as cidades de Vitória e Santa Leopoldina uma mesma comunidade de fala.

Ademais, chama a atenção que as duas pesquisas com dados de fala rural, compostas por pessoas com baixíssima ou nenhuma escolaridade, não registrarem nenhuma ocorrência do clítico acusativo, além do seu baixo uso em Vitória, Rio de Janeiro e seu parco uso em São Paulo e João Pessoa. Isso demonstra que a mudança que se observava no uso da forma padrão já se concluiu, o clítico não pertence ao vernáculo do brasileiro, sendo aprendido por meio da escolarização e permanecendo na língua por imposição da escrita formal, conforme demonstraram Freire (2005) e Malvar (1992).

O SN tem seus maiores índices de uso em Vitória e em Santa Leopoldina, contudo, à exceção de João Pessoa, em todas as comunidades de fala analisadas essa forma é a segunda mais usada pelos falantes.

O pronome pleno possui 12,7% de ocorrências, percentual próximo ao observado em Vitória, 13,7% (LAUAR, 2015) e muito próximo também aos resultados encontrados na fala rural de afro-brasileiros na Bahia (12%), em São Paulo, na pesquisa de Duarte, 15,4% e no Rio de Janeiro, 12% (SCHWENTER; SILVA, 2010). Essa semelhança parece apontar para uma estabilidade da variante dentro das comunidades de fala, consequência de seu

forte encaixamento linguístico. Além disso, já Antenor Nascentes (1953) apontava como traço de brasileirismo o uso do pronome pleno como acusativo.

A flexão casual, que tanto sofreu na passagem do latim para o português, foi acolher-se nos pronomes como último refúgio e lá mesmo não a deixou em paz a tendência destruidora popular. É um dos brasileirismos mais característicos o uso do pronome em caso reto na função de objeto direto: *vi **ele**, encontrei **ela***. (NASCENTES, 1953, p.120)

Como ponto de partida para a compreensão de fenômenos variáveis dentro das línguas naturais, o percentual de uso das variantes é importante, mas somente ele não permite a sistematização da variação linguística, para isso é necessário que se lance mão de uma análise estatística mais avançada, conforme será exposto no próximo tópico.

7.2 ANÁLISE MULTIVARIADA

Para o tipo de pesquisa a que se propõe o sociolinguista, ater-se exclusivamente aos resultados das frequências de uso das variantes não é o suficiente, pois elas demonstram somente a face dos resultados gerais das variantes mais e menos usadas na comunidade de fala, porém, não são capazes de expor quais interações ocorrem entre as variáveis que influenciam e favorecem a escolha de uma ou outra variante. Essas questões são observadas quando se utiliza o peso relativo como estratégia estatística de análise dos dados e, por isso, o programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) se apresenta como uma excelente opção ao sociolinguista. O trabalho de estudar a língua em determinada comunidade de fala exige que se extraia um grande número de dados das entrevistas realizadas pelo pesquisador. Assim, a observação e o entendimento do funcionamento da língua dentro das sociedades são feitos por meio de uma análise quantitativa.

Segundo Guy e Zilles (2007, p. 20), existem três fases da análise quantitativa: i) coleta de dados; ii) redução e apresentação dos dados; iii) interpretação de explicação dos dados. Nos capítulos anteriores, demonstramos como foi constituída nossa amostra para a coleta de dados, apresentamos, também, exemplos desses dados e escolhemos como apresentá-los, agora passamos para à sua interpretação e explicação. Porém, só é possível lidar e interpretar tão grande número de ocorrências entendendo as relações entre as variáveis e como elas influenciam a escolha do falante. Esse exame, entretanto, não é possível com base unicamente na frequência relativa de uso das variantes, é necessário trabalhar com probabilidades, testes de significância e regras variáveis.

A investigação da variação da expressão do objeto direto anafórico a que nos propusemos foi realizada por meio da análise de regra variável, um teste estatístico que se presta a “separar, quantificar e testar a significância dos efeitos de fatores contextuais em uma variável linguística” (GUY e ZILLES, 2007, p. 34). Esse tipo de verificação é mais precisa, porque, ao computar o efeito de uma variável independente sobre a variante da variável dependente, também controla o efeito de todas as outras variáveis sobre essa mesma variante. Assim, é possível concluir quais fatores favorecem ou desfavorecem a escolha de uma variante em detrimento das outras.

Na análise quantitativa de pesos relativos, então, cada fator recebe um “peso”, um número de 0 a 1 que sinaliza o efeito desse fator sobre a variação analisada de modo que, quanto mais perto de 1, maior é seu efeito sobre a variante quando esse fator está presente. (GUY e ZILLES, 2007, p. 51).

Toda essa pesquisa é feita com a ajuda de programas computacionais estatísticos que demonstram ao pesquisador o caminho a ser percorrido para compreender a variação por ele estudada. Um desses programas de análise multivariada desenvolvido especificamente para o trabalho com dados de variação linguística é o pacote Varbrul, que engloba o programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), utilizado nesta pesquisa.

A investigação a partir do GoldVarb X é multivariada, pois permite observar situações em que a variante é influenciada simultaneamente por diferentes contextos linguísticos e sociais e mede os efeitos das variáveis sobre as variantes e sua significância. Contudo, o programa apresenta uma limitação que impacta nosso trabalho e nos obriga a tomar decisões metodológicas para efetuar a análise. O GoldVarb X aceita somente fenômenos binários, porém, estamos diante de um fenômeno linguístico eneário, composto de quatro variantes. Por esse motivo, ao efetuarmos os testes estatísticos dos dados, decidimos contrapor uma variante contra as demais, as quais foram amalgamadas para que esse processo fosse possível. Realizamos as rodadas com as três variantes que compõem a nossa amostra: pronome pleno contraposto à anáfora zero e sintagma nominal; anáfora zero contraposto ao pronome pleno e sintagma nominal; sintagma nominal contraposto ao pronome pleno e anáfora zero. Dessa forma, o programa executou as análises considerando como aplicação da regra a variante isolada *versus* as variantes amalgamadas.

Embora a interpretação dos dados não dependa meramente da estatística que o programa computacional oferece ao linguista, mas de como o pesquisador compreende

os dados estatísticos com base na teoria linguística, a etapa estatística é valiosa e de suma importância para o desenvolvimento das demais.

A compreensão, portanto, dos dados que traremos nos próximos tópicos são avaliados a partir dos critérios expostos por Guy e Zilles:

[...] deve-se lembrar que os percentuais nos dão as frequências de ocorrência das variantes nos contextos examinados, e que elas resultam de um cálculo univariado (não levam em conta, simultaneamente, a distribuição dos dados em relação a outros grupos de fatores), ao passo que os pesos calculam os efeitos dos fatores de cada grupo em relação ao nível geral de ocorrências das variantes e resultam de uma análise multivariada. O efeito, assim calculado, pode ser neutro (0,50), favorecedor (acima de 0,50) ou desfavorecedor (abaixo de 0,50) em relação à aplicação da regra em estudo. (GUY e ZILLES, 2007, p. 211)

Dessa forma, o linguista, ao fazer uso do programa GoldVarb X para a geração estatística dos seus dados, irá se deparar com aspectos importantes que o ajudarão a sistematizar a variação estudada. Além dos pesos relativos já citados, o *input*, o *log likelihood*, o *range* e a ordem de seleção das variantes são ferramentas do programa que devem ser entendidas e levadas em conta na interpretação dos resultados.

A tabela 10 traz a ordem em que o GoldVarb X selecionou as variáveis independentes estatisticamente significativas para a variação da expressão do objeto direto anafórico. Antes de apresentá-la, no entanto, explicaremos melhor como o programa faz essa seleção.

Para a geração dos dados de pesos relativos, a ferramenta computacional efetua rodadas de *step-up* e *step-down*, as quais testam a significância de cada grupo de fatores, levando em consideração a variante escolhida como aplicação da regra. Para isso, calcula-se um peso relativo para cada um dos fatores, que é medido em relação ao *input*, nível geral de uso de uma variante.

De acordo com Guy e Zilles (2007), na rodada *step-up*, o programa repete esse processo, fazendo diferentes combinações. Primeiramente, os grupos são testados individualmente, depois adiciona-se um a um os demais grupos e seleciona-se a variável mais significativa em cada uma das rodadas. Ao final, quando todos os grupos foram inseridos na rodada, é apontado o *setp-up*, a melhor rodada, aquela formada unicamente pelos grupos de fatores significativamente relevantes para a aplicação da regra.

A ordem em que a seleção desses fatores acontece é importante para a compreensão dos condicionamentos da variação em pauta. Por esse motivo é que incluímos a tabela 10, a qual exhibe essa ordenação, apresentando quais contextos linguísticos e sociais são mais propícios ao uso de cada variante dentro da variação do preenchimento do objeto direto anafórico em ordem de relevância estatística.

A tabela obedece à ordem de seleção do pronome pleno, simplesmente por ser essa a primeira variante na disposição das tabelas.

Tabela 10: Ordem de seleção das variáveis independentes. Dados Santa Leopoldina

	Pronome Pleno	SN Anafórico	Anáfora Zero
Condicionadores			
[+/-animado; +/- humano]	1º fator	3º fator	2º fator
Categoria Morfológica	2º fator	1º fator	1º fator
Especificidade	3º fator	não selecionado	8º fator
Estrutura do sintagma verbal	4º fator	2º fator	4º fator
Número	5º fator	não selecionado	6º fator
Faixa etária	6º fator	6º fator	10º fator
Distância da retomada	não selecionado	4º fator	3º fator
Tamanho da cadeia anafórica	não selecionado	5º fator	5º fator
Turno	não selecionado	não selecionado	7º fator
Função sintática	não selecionado	9º fator	9º fator
Sexo	não selecionado	8º fator	não selecionado
Escolaridade	não selecionado	7º fator	não selecionado

Fonte: Própria

Feitas todas essas ponderações, passemos a apresentação dos nossos resultados.

7.3 RESULTADOS ANÁLISE MULTIVARIADA

Esta sessão se incumbe de apresentar os resultados encontrados para a variação do objeto direto anafórico em Santa Leopoldina a partir das variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes pelo GoldVarb X em sua análise de pesos relativos. As tabelas apresentam, respectivamente, as frequências absolutas, frequências relativas e pesos relativos para cada variante em cada variável selecionada. A última coluna de cada tabela é preenchida com o total absoluto e relativo de uso das variantes.

7.3.1 Variáveis Sociais

Por ser a comunidade de fala e homogênea nos usos e costumes e também quanto aos locais que moradores frequentam e a seu estilo de vida, supusemos que não haveria favorecimento das formas em variação por nenhum fator social. Entretanto, todas as

variáveis sociais são relevantes a escolha do SN, além disso, a variável faixa etária mostrou-se relevante para todas as variantes.

Assim, ainda que a influência dos fatores sociais se mostre menor do que a dos fatores linguísticos, pois possuem baixo *range*, entre 7 e 15, não se pode desprezar sua importância para o entendimento das escolhas linguísticas da comunidade de Santa Leopoldina.

Ao observarmos os dados de Vitória/ES, em comparação a outras capitais brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, percebemos que a frequência de uso dos SNs anafóricos na capital capixaba é maior e mais expressiva, 30,9% dos casos. Esse dado sempre nos intrigou, pois não foi possível em nossa pesquisa sobre a capital responder o porquê de seu comportamento diferenciado. Fato é que o SN é uma forma produtiva em Vitória e, ao que parece, é também uma forma importante para os falantes rurais de Santa Leopoldina e, talvez, seu uso possa ser aumentado pelo contato com falantes urbanos da capital. A análise das variáveis sociais parece ser uma forma de entender esse comportamento em Santa Leopoldina e, portanto, discutimos cada uma delas separadamente nos tópicos a seguir.

7.3.1.1 Escolaridade do falante

O papel da escola, no Brasil, ainda parece ser o de guardiã e propagadora da norma padrão da língua portuguesa. A julgar pelos conteúdos dos livros didáticos que norteiam os trabalhos dos professores, como será discutido no capítulo 9, as “aulas de português” seguem um conteúdo programático que privilegia o ensino das regras gramaticais por meio de análises transfrásticas, de regras do bom uso da língua, guias de “use isso”, “evite aquilo”, sem que se leve em conta a variação e as situações comunicativas.

Nesse processo, são marginalizados, ou totalmente excluídos, para o entendimento dos usos gramaticais, a textualidade, o contexto de produção dos textos e os usuários da língua. Assim, a escola impõe ao aluno a aprendizagem por meio da fixação de regras frias e vazias, da repetição, da análise de orações bem construídas e criadas para esse fim e que se distanciam por muitas vezes da realidade do uso cotidiano da língua por parte da população.

Esse é o caso do ensino do clítico acusativo de terceira pessoa nas salas de aula do Brasil. De acordo com diversas pesquisas aqui já apresentadas, essa forma encontra-se em extinção na fala dos brasileiros, mesmo dos mais escolarizados e de classes mais altas e isso vem se refletindo também na escrita, conforme demonstram Freire (2005) e

Zanellato (2021), entre outros. É o caráter padronizador e altamente conservador da escola que garante a não extinção dessa forma na escrita, visto que na fala a mudança já é completa, tendo sido o clítico substituído pelas outras três variantes. Seu índice de uso é baixíssimo e atrelado a maiores níveis de escolaridade do falante e formalidade do contexto comunicativo.

Contudo, conforme aponta Bortoni-Ricardo (2005, p. 23), há um grande contingente da população brasileira “cuja economia linguística é predominantemente oral e que, portanto, não tem acesso à força padronizadora da língua escrita”, não estando, portanto, debaixo da padronização da cultura letrada. As dificuldades na obtenção da instrução escolar fazem com que essas comunidades não tenham menos acesso à língua padrão, logo, não sofrem a pressão exercida pela escola.

Este parece ser o cenário da comunidade que estamos estudando. Por ser parte de uma comunidade rural de um pequeno município do interior do Espírito Santo, a escola não desempenha o papel de pressionar os alunos a abandonar ou diminuir o uso da forma não padrão, o pronome pleno, ou de adotar o clítico acusativo na fala cotidiana. Prova disso é que nossa hipótese foi confirmada: não há clíticos acusativos na fala dos leopoldinenses da zona rural.

Diferentemente do que se observou em outras pesquisas, o aumento da escolaridade do falante diminuiu, mesmo que de forma leve, a frequência de uso da anáfora zero, mas aumentou o uso dos sintagmas nominais anafóricos.

Destarte, os fatores sociais analisados em uma pesquisa sociolinguística não podem ser vistos de forma fria ou padronizada, sem que se leve em consideração como a comunidade em questão se organiza. A variável escolaridade, por exemplo, para o estudo realizado na cidade de Vitória, é de extrema importância no que diz respeito ao uso ou à rejeição do pronome pleno, uma vez que essa forma é considerada erro gramatical e possui certo estigma em determinados contextos, como pode ser observado na tabela 11.

Tabela 11: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à escolaridade dos Falantes. Dados de Vitória.

	Escolaridade do Falante										
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
Fund.	271	17,0%	0.58	479	30%	[0.50]	827	51,8%	0.47	1598	52,7%
Médio	97	12,9%	0.48	239	31,9%	[0.52]	398	53,1%	0.49	750	24,7%
Superior	43	6,3%	0.34	208	30,4%	[0.49]	415	60,7%	0.57	684	22,6%
Total	411	13,8%		929	31,1 %		1640	54,1%		2977	100%
Input			0.053			0.288			0.555		
Range			24						10		

Fonte: Lauar (2015)

Assim, em Vitória, a frequência de uso do pronome pleno é inversamente proporcional ao grau de escolaridade do falante. Aqueles com apenas ensino fundamental têm 17,0% de uso dessa forma, os que possuem o ensino médio baixam o índice para 12,9%, enquanto os falantes com nível superior utilizam a forma em 6,3% dos casos. Da mesma forma, os pesos relativos demonstram que o ensino fundamental favorece o uso do pronome pleno, enquanto o ensino superior o desfavorece.

Uma hipótese para o comportamento da cidade de Vitória em relação à escolaridade é que, por ser essa comunidade fortemente influenciada pela escolarização, pela cultura letrada, pelas relações de poder que se constroem por meio da linguagem, pode haver um maior cuidado, por parte dos falantes, em deixar de usar formas que fogem ao que é tido como parâmetro, como padrão.

Ao contrário, a comunidade rural de Santa Leopoldina pauta-se por outras relações que não aquelas consideradas para o meio urbano. Pode-se perceber, tanto pelos dados obtidos para o fenômeno, quanto pelas entrevistas e o modo como as pessoas se referiram à escola e às questões relacionadas à escolaridade, quanto pelo modo de vida da localidade, que a escola e o fato de “terminar os estudos” ou continuar estudando não possuem o mesmo prestígio observado na zona urbana, como pode ser observado nos trechos das entrevistas apresentados a seguir:

“**Falante externo**²⁵ 2 – eu falei quando ele saiu da esco::La ...

Falante externo 1 – saiu da parte de noite e de manhã...

²⁵ Falante denominado ‘externo’ é aquele que acompanha a entrevista realizada entre o entrevistador e entrevistado e, em determinado momento, interrompe o turno participando do diálogo, porém, ele não é o foco da entrevista.

Falante externo 2 – ele estuda:: a noite mas não quis voltar ...

Falante externo 1 – estudar a noite ... não não quis é opção dele ... porque as coisa.. cada vez que a gente vai as coisa vai modificando ... (ininit) arrumar um emprego tem que ter estudo falei C. se você quiser cê pode ir:: vai estudar:: “mãe ... não quero não “ não é ... é coisa que bota na cabeça dele ... foi opção dele “meu filho você vai ficar aqui na roça” inventamos de trabalhar lá fo::Ra ... vai ter que ter o estudo ... aí:: ele não quer ... “não vou ficar aqui mesmo com o papai” ... quer ficar aqui:: não quer estudar:: porque ó nós nós paremos eu e parei na na quinta série ... eu não tinha esse estudo que nós tinha não ... nós andava a pé daqui:: cê não conhece (inint) não? ...”

(Fala da mãe do Falante, Masculino, 15 a 25 anos, Ensino Fundamental II)

De certa forma, os discursos dos entrevistados demonstram que a escola, no que concerne ao modo de vida na área rural, não é importante ou não faz diferença na vida das pessoas. O trabalho no campo não necessita das letras e, por isso, muitos abandonam a escola muito cedo, pois não veem nela um objetivo específico para suas vidas.

“Entrevistador – você sempre trabalhou desde

Falante – sempre... desde que eu parei de estudar... até antes um pouco já

Entrevistador – e você gostaria de ter estudado mais ou por vontade própria mesmo você

Falante – não... por vontade própria mesmo eu parei... eles queria até que eu tivesse continuado... eu não queria... odiava estudar... nossa senhora!

Entrevistador - é? mas por quê?

Falante – não gostava... sei lá... não gostava de estudar... gostava de ficar na roça junto com eles... não me arrependi não

Entrevistador – não né? você prefere

Falante – é... porque a pessoa estudar tem que ir pra cidade né? não adianta ficar... estudar pra ficar na roça... não compensa

Entrevistador – e você acha que não é necessário... não é importante estudar fazendo o trabalho que você faz... que você tem?

Falante – é... importante não é não... era bom se tivesse estudado... se um dia precisar.... mas:: não estudei... não me arrependo não... tá bom”

(Masculino, 15 a 25 anos, Fundamental I)

“Falante – sim... com certeza... eu aprendi bem... eu tive interesse e:: sempre gostei muito de leitura... até hoje eu leio MUlto... gosto muito de ler... e graças a Deus até hoje assim pro meu gasto... pra roça tá bom”

(Feminino, 26 a 49 anos, Ensino Fundamental I)

Contudo, outros dizem que gostariam de ter a oportunidade de estudar mais para poderem “sair da roça”. Aqui o entendimento é de que, para mudar de vida, para se ter oportunidades na zona urbana, é necessário ter estudo. Ou seja, a escolaridade parece estar intimamente ligada, no imaginário dessa comunidade, ao fato de permanecer ou não na zona rural. Conseqüentemente, para a vivência dessa população, enquanto as pessoas permanecem e se relacionam exclusivamente dentro da comunidade rural, a escola não tem influência no que concerne à escolha das variantes, uma vez que não há pressão social por parte dela, nem o papel de padronizar a fala, como se vê nas cidades.

“Falante – a trabalhar na roça cê encara muita dificulda::de ... muitas vezes ta choven::do cê não pode trabalhar:: cê depende daquele serviço e cê não pode fazer:: né? ...

Entrevistador – hu hum... mais o que? ... você acha que é um trabalho pesa::do que é difícil? ...

Falante – pesado ...

Entrevistador – se você pudesse você faria alguma outra coi::sa? ...

Falante – faria ...

Entrevistador – o que? ... que você gostaria de fazer? ...

Falante – eu me arrepende de não ter estuda::do ((risos)) ...

Entrevistador – é? [mas ainda dá tem::pó...

Falante - [hoje eu me arrependo ...

Entrevistador – e o que que você gostaria de fazer? ...

Falante – rapaz:: ... profissã::o? ...

Entrevistador – é...

Falante – se eu tivesse chance eu queria ser um engenho::iro ... profissão bo::a ...

Entrevistador - e você acha porque você parou de estudar? ... hum? ...

Falante – pra ajudar meu pai...”

(Masculino, 26 a 49 anos, Ensino Fundamental II)

“Entrevistador – e... se você pudesse ter estudado você gostaria assim de... ter feito assim o que?

Falante – medicina... medicina... se eu tivesse estudado queria ser medicina porque eu sempre gostei... aquela coisa de... ser médico...de trabalhar de/dentro do hospital... eu sempre gostei de hospital... as vezes as pessoas falam assim comigo... mas que coisa esquisita você gostar de hospital!... mas assim porque ninguém gosta né? mas eu sempre gostei de hospital ... aí se eu tivesse estudado... feito uma faculdade... eu ia fazer medicina”

(Feminino, 26 a 49 anos, Ensino Fundamental I)

Diante desse cenário, nossa primeira hipótese para a escolaridade foi confirmada: não há clíticos acusativos na fala rural de Santa Leopoldina, mesmo entre os falantes com maior grau de escolaridade. Podemos assim afirmar que essa forma não faz parte do vernáculo da comunidade, sendo, de maneira geral, aprendida via escolarização e contato com a cultura letrada, própria de contextos mais formais de uso, mais produtiva na língua escrita, e, ainda assim, restrita a determinados ambientes, como verbos no infinitivo impessoal. Tudo isso, aliado aos poucos dados dessa variante em vários estudos pelo Brasil demonstrados anteriormente (Omena, 1978; Duarte, 1986; Malvar, 1992) também podemos afirmar que essa forma não pertence mais ao vernáculo do brasileiro de um modo geral.

Com relação às demais variantes, esperávamos que a variável escolaridade não fosse relevante para a escolha de nenhuma delas. No entanto, nesse aspecto, nossa hipótese não se confirmou. Embora a escolaridade realmente não seja significativa para o pronome pleno e para a anáfora zero, duas variantes que, de modo geral, têm comportamento oposto com relação a esse fator, ainda que tenha sido selecionada por último, favorece o sintagma nominal.

Tabela 12: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à escolaridade dos Falantes. Dados de Santa Leopoldina

	Escolaridade do Falante										
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
Fund. I	151	14,5%	{0.50}	246	23,6%	0.47	646	61,9%	[0.52]	1043	40,1%
Fund. II	107	10%	[0.50]	305	28,6%	0.50	656	61,4%	[0.50]	1068	41%
Ens. Médio	72	14,6%	[0.48]	144	29,2%	0.57	277	56,2%	[0.46]	493	18,9%
Total	330	12,7%		695	26,7%		1579	60,6		2604	100%
Input			0.054			0.232			0.627		
Range						10					

Fonte: Própria

Os dados demonstram que o ensino médio, a maior escolaridade dos falantes de Santa Leopoldina incluídos em nossa pesquisa, favorece o uso do SN. Os falantes que possuem somente o ensino fundamental I desfavorecem, mesmo que levemente, essa forma, enquanto aqueles com fundamental II não a favorecem nem a desfavorecem.

7.3.1.2 Faixa Etária

A análise da variável faixa etária nos estudos sociolinguísticos é imprescindível para que se perceba, a partir do estudo sincrônico, em que estágio se encontra a variação em tela, se estável ou se mudança em progresso. Com relação ao clítico acusativo, sua total ausência nos permite concluir que essa forma não pertence ao vernáculo de Santa Leopoldina, nem da cidade de Vitória e, podemos também concluir, por nossos resultados e por outros aqui expostos, que não pertence ao PB em geral, tendo, portanto, havido mudança no uso desse pronome.

Quanto às demais variantes, a variável faixa etária é relevante estatisticamente para todas elas, tendo sido o sexto fator selecionado para o SN e para o pronome pleno, e o décimo fator para a anáfora zero.

A tabela 13 mostra que a atuação da faixa etária sobre o SN e a anáfora zero é oposta. As duas primeiras faixas de idade desfavorecem o SN e, por outro lado, favorecem o uso da anáfora zero. Quando às duas últimas faixas, favorecem o SN e desfavorecem a anáfora zero. O pronome pleno, assim como a anáfora zero, é favorecido levemente pelas duas primeiras faixas etárias, é neutro na terceira e desfavorecido pela última faixa de idade.

Tabela 13: Frequência relativa e pesos relativos quanto à faixa etária dos falantes. Dados de Santa Leopoldina

	Faixa etária do Falante											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total		
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%	
7 a 14	107	13,2%	0.53	187	23,1%	0.48	514	63,6%	0.53	808	31%	
15 a 25	70	12,6%	0.55	126	22,7%	0.42	359	64,7%	0.53	555	21,3%	
26 a 49	94	13,9%	0.51	198	29,2%	0.53	385	56,9%	0.46	677	26%	
Mais de 50	59	10,5%	0.40	184	32,6%	0.57	321	55,6%	0.48	564	21,7%	
Total	330	12,7%		695	26,7%		1579	60,6%		2604	100%	
Input	0.056			0.232			0.626					
Range	15			15			7					

Fonte: Própria

Se comparados com Vitória, os dados de Santa Leopoldina parecem divergir dos encontrados na capital, contudo, é interessante atentar-se para o comportamento dos sintagmas nominais, favorecidos nas duas comunidades pelas faixas etárias mais velhas, conforme pode ser observado na tabela 14:

Tabela 14: Frequência relativa e pesos relativos quanto à faixa etária dos Falantes. Dados de Vitória.

	Faixa etária do Falante											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total		
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%	
7 a 14	67	14,3%	0.50	157	33,4%	0.53	239	50,9%	0.48	470	15,5%	
15 a 25	148	14,8%	0.57	246	24,7%	0.42	582	58,4%	0.55	997	32,9%	
26 a 49	131	16,2%	0.54	271	33,6%	0.55	389	48,2%	0.44	807	26,6%	
Mais 50	65	8,6%	0.36	252	33,2%	0.52	430	56,7%	0.51	758	25,0%	
Total	411	13,8%		929	31,1 %		1640	54,1%		2977	100%	
Input	0.053			0.289			0.555					
Range	21			13			11					

Fonte: Lauer (2015)

A esse respeito, a pesquisa de Lauer, realizada em 2015, na comunidade de fala de Vitória, trouxe um dado importante: 30,9% das ocorrências de objeto direito anafórico eram preenchidas por um SN. Comparada a outras cidades, a capital capixaba se destaca quanto ao uso dessa variante, conforme visto na tabela 9.

Esse fato nos deixou inquietos, pois não conseguimos, à época, compreender o porquê desse comportamento linguístico por parte dos capixabas. Passados já 7 anos,

nos deparamos mais uma vez com o favorecimento do SN, mas agora pela comunidade rural de Santa Leopoldina, interior do estado do Espírito Santo.

Como pode ser observado na tabela 9, também nessa comunidade a frequência de uso do SN é alta, 26,2%, próxima a de Vitória. Para além disso, é extremamente interessante o fato de somente essa variante ser favorecida por todas as variáveis sociais, o que nos levou a conjecturar qual relação as duas comunidades teriam para que esse cenário fosse assim construído.

A partir do estudo dos efeitos da variável, pareceu-nos prudente entender o favorecimento do SN pelas faixas etárias mais velhas como um caso de gradação etária relacionada ao mercado ocupacional (linguistic marketplace). Sankoff e Laberge (*apud* MEYERHOFF, 2006, p. 146) baseiam-se na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu, segundo o qual a linguagem tem um poder simbólico que permite a seus falantes exercerem ou não funções prestigiosas na sociedade. Como exemplo, observa-se a figura do banqueiro, e afirma-se que só é possível alguém se tornar um banqueiro se falar como um banqueiro. Consequentemente, só é possível falar como um banqueiro se essa pessoa tiver crescido em uma comunidade composta por banqueiros ou pessoas do mesmo *status* social.

Portanto, para Bordieu, a linguagem tem um capital, de modo que certas formas de falar valem mais do que outras. Assim, a variedade linguística das classes mais altas e prestigiosas da sociedade tem maior valor social do que a variedade das classes mais baixas, logo, são elas que devem ser implementadas à fala daqueles que desejam ter melhor colocação no mercado de trabalho.

Para Sankoff e Laberge, próximas aos vinte anos, as pessoas começam a ampliar seu repertório linguístico devido ao ingresso no mercado de trabalho, pois espera-se que o falante seja capaz de usar formas padrão e mais formais quando exigidas. Segundo as autoras:

A influência do mercado no idioma padrão será notada mesmo entre as pessoas cujos empregos não valorizem tanto o seu uso. Isso ocorre porque, durante nossos anos de trabalho, somos mais propensos a entrar em contato com pessoas que estão totalmente integradas a ele, mesmo que nós mesmos não estejamos. Portanto, um aumento no uso das formas padrão entre falantes no final da adolescência ou início dos vinte anos podem resultar de falantes com maior envolvimento nos domínios em que essa linguagem é (a) esperada e (b) recompensada mais diretamente. Esta explicação pode então ser estendida à diminuição subsequente do uso das formas padrão quando os falantes ficam mais velhos. Como o envolvimento íntimo das pessoas com essa linguagem torna-se atenuado, elas podem reverter para o não padrão. (SANKOFF E LABERGE *apud* MEYERHOFF, 2006, p. 148 tradução nossa)

No caso do fenômeno da substituição do clítico acusativo em posição de objeto direto anafórico, a forma padrão não é utilizada e a forma não-padrão é levemente favorecida pelas duas primeiras faixas de idade. Diante das duas variantes não marcadas e não prescritas, qual seria a justificativa para pensarmos na questão do mercado de trabalho? A resposta é que o SN anafórico parece ser a forma de fora da comunidade, mais próxima à fala urbana, tese corroborada pelos dados de Vitória.

O que se pode interpretar a partir dos dados das duas variantes, portanto, é que os falantes que se encontram na faixa etária de maior inserção no mercado de trabalho ampliam suas relações sociais e se relacionam também com pessoas e instituições externas à comunidade rural. Observando a estrutura social da comunidade de Santa Leopoldina, parece-nos que são as pessoas que possuem entre 26 e 49 anos, que já estão oficialmente no mercado de trabalho, que são responsáveis economicamente por seus lares, as que mais saem do local onde moram. Também aqueles que fazem parte da faixa etária 4, acima de 50 anos, viveram ou ainda vivem essa realidade.

As demandas sociais, familiares e econômicas lançadas sobre os falantes que se encaixam nessas duas faixas de idade os levam a dirigir-se ao centro da cidade de Santa Leopoldina com mais frequência do que os demais para fazer compras, ir ao banco, a instituições governamentais, comercializar seus produtos em feiras e pequenos estabelecimentos comerciais. Além disso, por ser uma comunidade essencialmente agrícola, composta de pequenas propriedades que produzem principalmente hortaliças, verduras e frutas, muitas pessoas, principalmente os homens, vão até a Ceasa (Centrais de Abastecimento do Espírito Santo), localizada no município de Cariacica, que faz parte da Grande Vitória, comercializar seus produtos. Esse seria o motivo do favorecimento da forma vinda da fala urbana, aprendida pelo contato maior com essa outra realidade social por parte dos falantes de maior faixa etária.

Tal explicação nos pareceu satisfatória, porém, desencadeou um questionamento a respeito do comportamento do SN. Não haveria, então, uma correlação entre faixa etária e sexo dos falantes, uma vez que são os homens que têm maior contato com a cultura linguística de fora da comunidade?

Para esclarecer essa dúvida, fizemos uma tabulação cruzada entre faixa etária e sexo dos falantes. Os resultados encontram-se na tabela 15.

Tabela 15: Tabulação cruzada entre a faixa etária e o sexo dos falantes.

Tabulação cruzada: Faixa etária X sexo dos falantes							
		Feminino		Masculino		Total	
7 a 14 anos	Pronome Pleno	72	17%	35	9%	107	13%
	SN anafórico	79	19%	108	27%	187	23%
	Anáfora zero	262	63%	252	64%	514	64%
	Total	413		395		808	
15 a 25 anos	Pronome Pleno	43	13%	27	12%	70	13%
	SN anafórico	71	22%	55	24%	126	23%
	Anáfora zero	210	65%	149	65%	359	65%
	Total	324		231		555	
26 a 49 anos	Pronome Pleno	71	18%	23	8%	94	14%
	SN anafórico	102	26%	96	34%	198	29%
	Anáfora zero	221	56%	164	58%	385	57%
	Total	394		283		677	
Mais de 50 anos	Pronome Pleno	46	14%	13	6%	59	10%
	SN anafórico	99	29%	85	37%	184	33%
	Anáfora zero	191	57%	130	57%	321	57%
	Total	336		69		564	
Total	Pronome Pleno	232	16%	98	9%	330	13%
	SN anafórico	351	24%	344	30%	695	27%
	Anáfora zero	884	60%	695	61%	1579	61%
	Total	1467		1137		2604	

Fonte: Própria

A tabulação cruzada dos fatores faixa etária e sexo confirmou nossa hipótese no tocante ao papel social dos homens e das mulheres dentro da comunidade estudada e o favorecimento do SN. De acordo com o que se observa, em todas as faixas etárias os homens utilizam mais o SN do que as mulheres, em especial nas maiores faixas, 26 a 49 e maiores de 50 anos, em que a diferença é de 8 pontos percentuais. As mulheres, por

sua vez, apresentam frequência de uso mais alta para o pronome pleno em todas as idades.

Os dados demonstram, portanto, que não somente a inserção no mercado de trabalho e, por conseguinte, a ampliação das redes sociais influenciam a escolha da variante SN, mas também o fato de esse falante ser um homem. Isso é explicado pela organização social da comunidade de fala, já que, nas comunidades rurais, a função das mulheres é mais voltada ao lar, à criação dos filhos e ao trabalho nas lavouras dentro da própria propriedade, sem que haja necessidade de contato com o meio urbano. Já os homens, conforme Silva (2004), a fim de prover o lar, suas propriedades e plantações, saem da comunidade com mais frequência e entram em contato com variedades distintas, entre elas a urbana e, no caso de Santa Leopoldina, entram em contato também com a variedade da capital Vitória.

A fim de corroborar a explanação até aqui apresentada trataremos a seguir da variável sexo.

7.3.1.3 Sexo

Acreditávamos que a variável sexo não exibiria grande diferença nas frequências de uso das variantes, e isso se confirma para a anáfora zero, no entanto, as mulheres usam com mais frequência o pronome pleno (15,8%) em detrimento dos homens (8,6%); com relação ao sintagma nominal anafórico, o comportamento se inverte, a frequência de uso por parte dos homens é maior (30,3% e 23,9%), conforme observado na tabela 16.

A variável sexo/gênero do falante é, segundo Labov (2010), um poderoso fator de diferenciação nos fenômenos de estratificação social estável e na mudança em progresso, isso porque, embora as relações sociais entre homens e mulheres mudem dentro de uma comunidade de fala, o sexo do falante não é determinado por essas mudanças, assim como a etnia não o é.

Labov ainda pontua que a linguagem não é afetada pelo sexo biológico das pessoas, e sim pelo papel social que exercem na sociedade. Ainda assim, apesar das grandes mudanças socioeconômicas por que passaram as mulheres nas sociedades ocidentais, por exemplo, elas ainda são as principais cuidadoras das crianças e possuem um *status* social secundário. Portanto, embora o gênero na sociedade atual não seja mais definido pelo sexo biológico das pessoas, uma vez que a noção de gênero se desvinculou da binariedade feminino X masculino e passou a definir-se a partir de questões sociais, a pesquisa de campo ainda registra o sexo/gênero do falante como um fator social dado e

óbvio, sem se aprofundar no quesito sexualidade do falante, a menos que esse seja o objetivo da pesquisa. Isso se dá porque, de modo geral, nossas sociedades continuam reproduzindo os valores e comportamentos definidos para homens e mulheres.

Acerca do fenômeno aqui discutido, o fator favorece o uso apenas do sintagma nominal e seu comportamento parece divergir das pesquisas segundo as quais as mulheres possuem maior sensibilidade linguística e prestam mais atenção à sua forma de falar e por isso tendem a usar as formas de prestígio. A tabela abaixo evidencia que são os homens aqueles que mais favorecem o uso dos SNs, enquanto as mulheres o desfavorecem.

Fato é que a variável é o oitavo fator a ser escolhido como significativo e possui range baixo, 6. No entanto, ter sido apontada pelo programa estatístico como relevante para a variação da expressão do objeto direto anafórico em substituição ao clítico acusativo demonstra que a ela se deve dar atenção.

Tabela 16: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao sexo dos Falantes. Dados de Santa Leopoldina

Sexo do falante											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
Feminino	232	15,8%	[0.52]	351	23,9%	0.47	884	60,3%	[0.51]	1467	56,3%
Masculino	98	8,6%	[0.48]	344	30,3%	0.53	695	61,1%	[0.48]	1137	43,7%
Total	330	12,7%		695	26,7%		1579	60,6%		2604	100%
Input			0.054			0.232			0.627		
Range						6					

Fonte: Própria

Considerados os dados expostos, não apenas para a variável em questão, mas também os que tratam da faixa etária e da escolaridade, podemos pressupor que a forma de prestígio dentro da comunidade de Santa Leopoldina é o SN, já que os mais escolarizados, de maior faixa etária o favorecem. Contudo, essa afirmação e o comportamento das variantes diante da variável sexo contrastam com as teorias de Labov (2010) com respeito ao paradoxo do gênero e de Yacovenço e Scherre (2012) sobre a marcação.

Labov (2010) busca explicar as diferenças do comportamento linguístico dos gêneros/sexo feminino e masculino através do Paradoxo do Gênero e do Paradoxo da Conformidade, ambas visões que se relacionam à questão do prestígio das variantes.

Primeiramente, o Paradoxo do Gênero, proposto por Wolfram e Schilling-Estes (1998, p. 187 *apud* LABOV, 2010, p. 365, tradução nossa), considera que os fenômenos linguísticos apresentam uma aparente contradição quanto ao comportamento das mulheres: “As mulheres aparentam ser mais conservadoras do que os homens na medida em que usam mais as variantes padrão. Ao mesmo tempo, elas parecem ser mais progressistas porque adotam novas variantes mais rapidamente”

Labov, então, discute essa contradição desdobrando o Paradoxo do gênero em Paradoxo da Conformidade. Segundo o autor, “as mulheres desviam menos das normas linguísticas quando esses desvios são proibidos, mas desviam mais quando não o são” (LABOV, 2010, p. 367, tradução nossa). Nesse âmbito, o autor entende que, quando se está diante de uma variação estável, em que não ocorre mudança, as mulheres utilizam mais as formas de prestígio do que os homens, pois seguem as normas estabelecidas, apresentando comportamento conservador e conformista. Se o fenômeno aponta para mudança externa, com consciência social, as mulheres buscam as formas de prestígio e apresentam comportamento inovador e conformista, porque seguem as regras já existentes. Em um contexto de mudança interna, sem consciência social, as mulheres tenderão a utilizar mais as formas inovadoras. Aqui não se trata mais de formas de prestígio, e, sim, do uso das formas novas que rompem com as anteriormente existentes. Nesse contexto, elas apresentam comportamento inovador e não conformista.

Yacovenco e Scherre (2012), entretanto, entendem o papel do gênero a partir da noção de Marcação, de Givón (1995). Para as autoras, “as mulheres se guiam pelo menos marcado, ou seja, tendem a favorecer formas ou variantes linguísticas mais gerais e mais frequentes e/ou menos sujeitas a estigma social” (YACOVENCO; SCHERRE, 2012, p. 174). Portanto, em contextos menos marcados, mas não necessariamente mais prestigiados, as mulheres se põem à frente na variação ou na mudança. Por outro lado, em contextos mais marcados, mas não necessariamente menos prestigiados, os homens estão à frente do processo.

Nossos dados corroboram essas hipóteses à medida que consideramos o SN como a forma mais marcada, externa à comunidade e que é mais usada quando se tem contato com a capital sendo, portanto, favorecido pelos homens. Por outro lado, esperava-se que o sexo feminino favorecesse a anáfora zero, porém, a variável não é selecionada como relevante para a escolha dessa forma.

Contribui também para explicar nossos resultados a afirmação de Paiva (2003, p.35) segundo a qual a análise que se faz entre gênero/sexo na variação linguística deve, indispensavelmente, “fazer referência não só ao prestígio atribuído pela comunidade às

variantes linguísticas, como também à forma de organização social de uma comunidade de fala”. Sendo assim, é preciso considerar que, conforme já visto em Labov (2010), o que determina o comportamento linguístico dos falantes não será seu gênero/sexo biológico, e sim o papel social que esses gêneros desempenham dentro da sociedade em que estão inseridos.

Olhando para a zona rural de Santa Leopoldina, sua estrutura social segue o que se vê de modo geral nas comunidades mais tradicionais do país. As mulheres cuidam da casa, dos filhos e da família, mas também têm papel importante no trabalho do campo, ajudando na plantação, no cuidado com a lavoura e na colheita. Os homens, por outro lado, não se envolvem nos trabalhos domésticos. O serviço mais pesado na lavoura a eles é destinado, bem como o comércio daquilo que produzem, a ida à Ceasa e à sede do município, as relações comerciais, tudo isso cabe aos homens, que possuem, então, maior contato fora da comunidade e, por conseguinte, alargamento das suas redes sociais de interação.

Conseqüentemente, a organização social da comunidade de fala de Santa Leopoldina corrobora para que os homens tomem a dianteira no uso da forma mais marcada, aquela que parece vir de fora da comunidade e demonstra um maior contato com o meio urbano.

Tabela 17: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao sexo dos falantes. Dados de Vitória

	Sexo do falante										
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
Feminino	231	13,5%	[0.48]	475	27,8%	0.47	980	57,3%	0.53	1710	56,4
Masculino	180	13,8%	[0.53]	451	34,2%	0.54	660	49,9%	0.46	1322	43,6
Total	411	13,8%		929	31,1%		1640	54,1%		2977	100%
Input			0.052			0.289			0.555		
Range						7				7	

Fonte: Lauar (2015)

Pela tabela 17, observamos que os falantes de Santa Leopoldina seguem a tendência daqueles provindos da capital: os homens favorecem mais o SN. As mulheres, por sua vez, seguem o que foi postulado por Yacovenco e Scherre (2012) a respeito da marcação, desfavorecem o SN e favorecem a forma menos marcada, a anáfora zero.

Portanto, a comparação dos resultados obtidos para Santa Leopoldina e em Vitória demonstram que são os homens aqueles que estão à frente no uso dessa forma que é produtiva nas duas comunidades, fato que as aproxima.

7.3.2 Variáveis Linguísticas

Observados os fatores sociais que condicionam a variação aqui estudada, passaremos à análise e discussão dos contextos linguísticos que favorecem e proporcionam o encaixamento das variantes no sistema linguístico. As variáveis linguísticas foram ordenadas de maneira decrescente de acordo com o *range*, ou seja, a distância do maior peso relativo para o menor peso observados nas rodadas.

7.3.2.1 Traços semânticos do antecedente [+/- animado; +/- humano]

Os estudos abordados na revisão bibliográfica desse trabalho (Omena 1978, Duarte 1986, Malvar 1992, Lauar 2015) apontam o fator animacidade do antecedente como o principal fator condicionante para a não aplicação da regra do objeto nulo ou, por outro lado, a escolha da variante pronome lexical para preencher a função de objeto direto anafórico. A pesquisa de Lauar (2015) sobre a comunidade de fala de Vitória chegou também a essa constatação. No entanto, nesse mesmo estudo, foi observado que o traço [+/- humano] apresentava interação com a variável animacidade. Recorreu-se, então, à tabulação cruzada que confirmou a confluência dos fatores, que foram recodificados e transformados em um único.

Seguindo o caminho traçado na pesquisa realizada na comunidade de Vitória, os dados de Santa Leopoldina foram codificados já no sistema de uma única variável que abarcasse os dois traços semânticos do antecedente, conforme já demonstrado anteriormente com as frequências relativas de uso das variantes.

A correlação existente entre os traços semânticos pode ser explicada pelo gênero gramatical. Conforme Mattoso Câmara Jr. (1977), “gênero gramatical” é uma categoria mórfica de classificação dos nomes (substantivos, adjetivos e outras palavras nominais). Nas línguas indo-europeias, os nomes se distribuem em duas ou três classes mórficas, associando-se àquilo que pode ser interpretado como “sexo biológico”, a classificação gramatical faz referência ao sexo do ser nomeado, sendo binária (masculino e feminino) ou tripartida (masculino, feminino e neutro).

Segundo Menuzzi e Creus (2006), a divisão tripartida é oriunda das antigas línguas clássicas, em que o latim está inserido, e seria resultante da divisão semântica entre “gênero animado” (seres *ativos*) e “gênero inanimado” (seres *inertes*). Os seres inertes ou “gênero inanimado” correspondem ao atual gênero gramatical neutro, enquanto o “gênero animado” foi posteriormente subdividido em feminino e masculino, resultando na divisão existente hoje:

Gênero inanimado, ou traço [- animado] = gênero neutro.

Gênero animado, ou traço [+animado] [+ masculino] = gênero masculino.

Gênero animado, ou traço [+animado] [- masculino] = gênero feminino.

A divisão tripartida é encontrada ainda hoje nas línguas eslavas e germânicas, enquanto a bipartida compreende as línguas românicas derivadas do latim, entre elas o português (MENUZZI E CREUS, 2006).

Omena (1978) também faz essa correlação entre os traços semânticos animacidade, humanicidade e gênero gramatical neutro. Segundo a autora, há línguas que possuem pronomes diferentes para designar diferenças de gênero (ou sexo), como o inglês, com três formas do singular: para masculino de pessoa, *he*; para feminino de pessoa, *she*; e, para outros casos, *it*. Como o português possui divisão bipartida do gênero gramatical, os falantes tendem, mesmo que de forma variável, a fazer a seguinte correlação:

ele _____ [+ animado + humano + masculino]

ela _____ [+ animado + humano - masculino]

[] _____ [- animado - humano +/- masculino]

Seguindo essa lógica, a falta de um item lexical que representa seres [- animado - humano +/- masculino] leva o falante a deixar vazio esse lugar.

Além da questão do gênero, a escala de referencialidade de Cyrino (2006) nos ajuda a entender por que esse fator é tão importante para a escolha do pronome pleno e para a restrição da anáfora zero.

Antes de irmos a ela, faz-se necessário compreender os conceitos de referência, expressão e antecedente. Com essa finalidade, Cyrino (2006) expõe que a referência é a relação de uma expressão e aquilo que ela designa no mundo. Já o antecedente constitui-se de um objeto, coisa ou pessoa que é designado por uma expressão ou por uma palavra dentro do texto. O exemplo abaixo nos ajuda a compreender melhor todos esses conceitos:

(58) “Aqui tem coelho [riso]... tem uma criação de coelho que ele tá começando agora né? aí... eu adoro... todo dia eu vou lá ver eles.” (Feminino, Ensino Fundamental I, 15 a 25 anos)

Nas orações, as expressões “coelho”, “criação de coelho” e “eles” remetem o ouvinte à figura de um animal, ou de alguns animais de pequeno porte, peludos, de olhos vermelhos (o antecedente), a relação existente entre a expressão e o antecedente configura-se como a referência.

Partindo desses conceitos, Cyrino propõe, baseada na obra de Cyrino, Duarte e Kato (2000), que a referencialidade, atrelada aos traços [+/-humano] e [+/- específico] do antecedente, constitui-se fator importantíssimo para o preenchimento ou não da posição do sujeito pronominal e do objeto direto anafórico. Sendo assim, quanto mais [humano, específico e referencial] for o antecedente, mais se preencherá o sujeito e o objeto direto com uma forma pronominal.

Essa alegação segue a escala de referencialidade para nomes e pronomes - sujeitos e objetos - proposta pelas três autoras anteriormente citadas e retomada por Cyrino (2006, p. 287), conforme exposto logo abaixo:

I. Hierarquia Referencial

não-argumento	proposição/predicado	[-humano]	[+humano]
3 p.	3 p.	3 ^a p.	3 ^a ., 2 ^a ., 1 ^a p.
[-espec]			[+espec]
[-ref]	----->		[+ref.]

Conforme a escala de referencialidade, a posição mais alta na hierarquia é preenchida pela 1^a, 2^a e 3^a pessoas do discurso com os traços [+referencial], [+específico] e [+humano]. Ao contrário, o não-argumento, composto pelos traços [-referencial], [-específico], encontra-se na posição mais baixa. Entre esses dois extremos tem-se a 3^a pessoa que possui o traço [-humano] e a 3^a pessoa que retoma uma proposição/predicado. À medida que o pronome ou o nome ocupam um lugar mais elevado na escala de referencialidade, aumentam-se seus traços de humanidade e especificidade.

A partir dessa análise, as autoras propuseram a Hipótese do Mapeamento Implicacional, segundo a qual, quanto mais referencial, ou seja, [+humano], [+específico] for o antecedente, maior a possibilidade de ocorrência de um pronome lexical, não-nulo. Na ordem inversa, quando o antecedente se encontra numa posição muito baixa na

hierarquia referencial, com traços [-humano], [-animado] e [-específico], ocorre o objeto nulo. Esse comportamento é exatamente o que se observa nas tabelas abaixo a respeito dos traços [+/-animado, +/-humano]; [+/- específico] do antecedente.

Tabela 18: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao traço semântico do antecedente. Dados de Santa Leopoldina

Traço Semântico do Antecedente											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
[+An +Hu]	220	39,6%	0.89	98	17,1%	0.37	238	42,8%	0.36	556	21,4%
[+An -Hu]	55	30,4%	0.82	39	21,5%	0.51	87	48,1%	0.37	181	7%
[-An -Hu]	55	2,9%	0.32	558	29,9%	0.54	1254	67,2%	0.55	1867	71,1%
Total	330	12,7%		695	26,7%		1579	60,6%		2604	100%
Input			0.056			0.232			0.626		
Range			57			17			19		

Fonte: Própria

Alguns pontos ratificam o fato de ser esse o fator linguístico mais importante para a variação da expressão do objeto direto anafórico em substituição ao clítico acusativo. Esse é o primeiro fator selecionado para o pronome pleno e o segundo para a anáfora zero e terceiro para o SN, o que indica seu papel fundamental na escolha ou na restrição de uma e outra forma. Para o pronome pleno o valor do peso relativo é alto (0.89) quando se está diante dos traços [+humano] e [+animado]. Além disso, apresenta elevado valor de *Range*, o que atesta a extensa diferença entre o contexto que favorece e o que desfavorece a variante pronome pleno. Logo, a variável apresenta-se como responsável pelo forte encaixamento linguístico da forma pronominal.

Mais especificamente, os pesos relativos confirmam as hipóteses a respeito da escala de referencialidade e do gênero gramatical do antecedente, de modo que, quando se está de frente a um antecedente com traços [-humano] [-animado], a tendência é haver uma anáfora zero, uma vez que ele se encontra na posição mais baixa da escala de referencialidade e poderia representar o gênero neutro. Por sua forte restrição ao pronome pleno, conjectura-se que esse teria sido o primeiro ambiente em que se instalou a anáfora zero no PB.

Em contrapartida, o antecedente [+humano] [+animado], conforme afirmaram Cyrino, Duarte e Kato (2000, *apud* Cyrino 2006), favorece grandemente o preenchimento por um pronome pleno, uma vez que esses traços se encontram na parte mais elevada da

tabela de referencialidade e marcam os gêneros gramaticais feminino e masculino. Além disso, eles restringem o uso das outras variantes.

O SN é desfavorecido pelos traços que mais favorecem o pronome pleno, porém, é praticamente neutro nas outras duas categorias, o que nos leva a concluir que, em Santa Leopoldina, os traços semânticos do antecedente não se mostram tão importantes para a seleção do SN, mas, sim, para sua restrição de uso.

Essa variável deixa perceptível a sistematicidade da variação da expressão do objeto direto anafórico no que diz respeito aos contextos linguísticos. Para a variável, os pesos relativos de Santa Leopoldina seguem o mesmo padrão que os de Vitória, com grande favorecimento do pronome pleno no ambiente em que o antecedente é [+ animado, + humano] e forte restrição do pronome com antecedente [-animado, -humano]. Também a restrição de uso dos SNs e das anáforas zero segue o mesmo padrão.

Tabela 19: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao traço semântico do antecedente. Dados de Vitória²⁶

Traço Semântico do Antecedente							
	Pronome Pleno		Sintagma Nominal		Anáfora Zero		Total
	%	PR	%	PR	%	PR	%
[+An +Hu]	44,3%	0.91	18,1%	0.41	35,8%	0.31	23,2%
[+An -Hu]	20,0%	0.73	23,8%	0.47	55,7%	0.48	7,0%
[-An -Hu]	2,8%	0.29	35,7%	0.53	59,6%	0.57	69,8%
Input		0.052		0.289		0.555	
Range		62		12		26	

Fonte: Lauar (2015)

7.3.2.2 Estrutura do sintagma verbal

Observar a estrutura do sintagma verbal em que ocorre o objeto direto anafórico é muito importante para a compreensão do fenômeno. As estruturas das orações por nós analisadas foram definidas a partir de outros trabalhos já realizados, mas, também, em conformidade com nossa percepção a respeito dos dados no momento da codificação. A variável foi o segundo grupo de fatores selecionado para o SN, quarto para o pronome

²⁶ A tabela com os dados de Vitória apresenta somente as frequências relativas já que naquela pesquisa os traços [+/- humano] [+/- animado] foram codificados separadamente e amalgamados após primeira análise dos resultados.

pleno e quinto para a anáfora zero. Seu comportamento é interessante e, talvez, um tanto controverso.

Em seu pioneiro estudo, Omena (1978) testou a variável estrutura do sintagma verbal distinguindo estruturas simples, que exercem somente uma função, das mais complexas, em que há acúmulo de funções, isto é, em que “uma forma que é objeto de uma oração dominante e o sujeito de uma oração encaixada” (OMENA, 1978 p. 99). O que ela pôde constatar foi a preferência pela regra do apagamento diante das estruturas simples e, ao contrário, a retenção pronominal em estruturas complexas. A justificativa para esse panorama veio da necessidade de clareza na comunicação que impediria o cancelamento de uma forma que exerce duas funções dentro de uma estrutura, uma vez que, ao optar pela regra de apagamento, o falante imporia ao ouvinte um maior esforço para a compreensão do enunciado.

Diferentemente, Duarte (1986, p.25) julgou a questão por um prisma mais sintático e menos funcional. Para a autora, na seguinte oração: “Eu não tenho nada para reclamar dela não. Eu acho ela sensacional.” (DUARTE, 1986, p. 23), o objeto e o predicativo formam quase uma outra oração em que o objeto *ela* funciona como sujeito “eu acho que ela é sensacional”, esse seria o motivo pelo qual há a tendência de preenchimento com o pronome lexical, e não a clareza das ideias, uma vez que ele funciona, na verdade, não como um objeto, mas sim como um pronome sujeito.

Ao codificar nossos dados, preferimos não seguir a análise e a divisão de Omena, separando as estruturas em simples e complexas, mas analisar os diferentes tipos de estruturas do sintagma verbal em que encontramos um objeto direto anafórico para, assim, termos uma visão mais ampla a respeito de quais contextos favorecem e desfavorecem as variantes. Além da estrutura com predicativo apontada por Duarte, dividimos a variável em outros cinco diferentes fatores:

- 1) Verbo + objeto direto;
- 2) Verbo + objeto direto + objeto indireto;
- 3) verbo + objeto direto + predicativo (mini oração);
- 4) verbo + objeto direto + adjunto adverbial;
- 5) verbo + objeto direto + oração final;
- 6) verbo + objeto + verbo

As estruturas 1 e 2 são as mais simples e básicas do PB, por isso não poderiam ficar de fora dessa análise, as estruturas 4 e 5 foram adicionadas a partir da observação

de nossos dados. Ao codificarmos, chamaram-nos a atenção sintagmas em que o objeto era seguido de um adjunto adverbial e de uma oração final. Para nós, naquele momento, elas seriam favorecedoras do pronome pleno, hipótese parcialmente confirmada.

Analisando a tabela 20, pode-se perceber a discrepância nas frequências de uso do pronome pleno. Enquanto a estrutura com verbo transitivo direto e indireto e seus dois complementos não possui nem 10% de preenchimento com o pronome, a estrutura mais complexa, em que se tem um verbo + objeto que é também o sujeito de uma minioração, possui índice de uso de 58,8% de pronome pleno. Em contrapartida, esse mesmo contexto soma não mais que 7,8% de emprego do sintagma nominal, sendo sua maior porcentagem observada em estruturas com predicativo (32,7%).

Tabela 20: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à estrutura do sintagma verbal. Dados de Santa Leopoldina

Estrutura do sintagma verbal											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
V+OD	245	11,5%	0.48	611	28,7%	0.53	1271	59,8%	0.49	2127	81,7%
V+OD+OI	7	9,3%	0.51	16	21,3%	0.42	52	69,3%	0.55	75	2,9%
V+OD+Pred	9	17,3%	0.64	17	32,7%	0.59	26	50%	0.38	52	2,0%
V+OD+A A	36	12,7%	0.51	44	15,5%	0.35	203	71,7%	0.62	283	10,9%
V+OD+final	3	18,8%	0.59	3	18,8%	0.45	10	62,5%	0.52	16	0,6%
V+OD+V	30	58,8%	0.86	4	7,8%	0.23	17	33,3%	0.30	51	2,0%
Total	330	12,7%		695	26,7%		1579	60,6%		2604	100%
Input			0.056			0.232			0.626		
Range			38			36			32		

Fonte: Própria

Com respeito à anáfora zero, dois ambientes são muito favoráveis à sua presença, aqueles formados por verbos que necessitam de dois objetos e que tenham adjuntos adverbiais, índice de uso de 69,3% e 71,7%, respectivamente. Assim como o sintagma, a estrutura em que a anáfora zero é menos frequente é aquela em que o pronome demonstra sua maior porcentagem de uso.

O sintagma verbal em que o objeto é seguido de um adjunto adverbial é neutro para o pronome pleno, contrariando nossas expectativas, por outro lado, favorece a anáfora zero (0.61) e desfavorece o SN (0.35). Quando, após o objeto, encontra-se uma oração final, o pronome lexical é favorecido (0.59), comprovando nossa hipótese, também a

anáfora zero é levemente favorecida nesse contexto (0.52), o SN, assim como nas orações com adjunto, é desfavorecido (0.45).

As estruturas simples, compostas por verbo + objeto direto, desfavorecem o pronome pleno, o contexto verbo + OD + OI é neutro para a variante, a primeira estrutura favorece levemente o SN e é neutra também para a anáfora zero, enquanto a segunda desfavorece o SN e favorece a anáfora zero.

Já as estruturas 3 e 6, denominadas complexas por Omena (1978), foram codificadas conforme a definição de Duarte (1986). As orações abaixo as exemplificam, a primeira possui predicativo do objeto e a segunda é formada por oração infinitiva:

(59) “a menina que Coitada tomou um tiro ... mas ela não vai andar... eu vi ela domingo... nossa achei **ela** bem caidinha” (Feminino, Ensino Médio II, 26 a 49 anos)

(60) “dei estudo aos meus filho sempre levei pra escola. (...) Eu sempre, meu marido e eu sempre apoiamos **eles** estudar...” (Feminino, Fundamental I, 26 a 49 anos)

A análise sintática da oração com predicativo do objeto “*Achei ela bem caidinha*” é composta, conforme aponta Duarte, por duas orações, a oração principal - *Achei* - e uma mini-oração - *ela bem caidinha* -. Quando juntas forma-se a seguinte: *Achei que ela está bem caidinha*, composta por uma oração principal seguida de outra subordinada objetiva direta. Verifica-se que nessa estrutura o verbo *achar* atribui caso acusativo ao pronome *ela*, no entanto, o elemento não se configura como um objeto, e sim como sujeito da mini-oração *ela está bem caidinha*. Esse seria o motivo pelo qual há a preferência pelo pronome lexical, o fato de ele ser um pronome sujeito.

Nos dados de Santa Leopoldina, esse ambiente favorece o pronome pleno com peso relativo de 0.64 e desfavorece a anáfora zero, 0.39. Ainda assim, esse não é o fator mais importante para o uso do pronome pleno, as estruturas do tipo V +OD +V, as quais Omena (1978) denomina estruturas com dupla função, apresentam peso 0.87 para a variante, enquanto esse cenário configura-se como “o lugar do pronome pleno”, e, também, de restrição de uso das outras formas, tendo o SN peso 0.24 e a anáfora zero 0.30.

O porquê disso é análogo ao que foi exposto a respeito da estrutura com predicativo. Em: “Não vou deixar ele trabalhar”, o verbo *deixar* seleciona como complemento a oração *ele trabalhar* de modo que o verbo da oração principal atribui caso acusativo ao sujeito da oração subordinada substantiva objetiva direta, ou seja, o pronome

funciona como objeto, contudo, sua função é a de sujeito da subordinada. Mais uma vez, esse tipo de estrutura favorece o pronome pleno devido à sua função de sujeito.

Esse acúmulo de funções do pronome ou essa atribuição de uma falsa função de objeto direto a ele pode nos levar a olhar os dados de duas formas distintas. Segundo Labov (1975b, p. 223), em muitas regras variáveis há um ambiente que tão fortemente favorece uma variante que, quando presente, será usada em quase todos ou em todos os casos. Segundo o autor, o fato de as regras tenderem a ser categóricas nos ambientes mais favoráveis enquanto ainda há variação em outros ambientes é um aspecto importante da mudança linguística.

Dessa forma, podemos entender que, principalmente as orações formadas pelas chamadas estruturas complexas, nos termos de Omena (1978), principalmente aquela em que o pronome é seguido por um verbo no infinitivo, são ambientes tão propícios ao uso do pronome pleno que, diante deles, essa forma será sempre a preferida.

Outro modo de compreender o cenário é considerar que, quando se tem uma das duas estruturas, não se está diante de um caso de variação do objeto direto anafórico e, portanto, exclui-las das análises. Nós fizemos o teste e rodamos os nossos dados sem esses contextos a fim de observarmos se o fator seria da mesma forma selecionado como significativo. O que ocorreu foi que, para o pronome pleno, a variável não foi selecionada, uma vez que retiramos os contextos que mais favorecem a variante. Contudo, com as outras variantes não houve mudança, houve a seleção da variável que apresentou pesos relativos praticamente idênticos ao da rodada com as estruturas complexas e se mantiveram os demais fatores apontados como relevantes para a variação.

Destarte, concluímos ser a explicação de Labov (1975b) a mais coerente para essa variável. Quando a estrutura sintagmática possui um pronome que exerce dupla função na oração, objeto da oração principal e sujeito da oração encaixada, estamos diante de um contexto extremamente favorecedor do pronome pleno e, por isso, a tendência é de que ele seja usado em quase todas as vezes.

De modo diverso da codificação seguida para a variável em Santa Leopoldina, na pesquisa realizada em Vitória (2015) os dados foram codificados a partir da perspectiva do trabalho de Omena, com a divisão da variável em estruturas simples e complexas. Por esse motivo não é possível traçar uma linha comparativa perfeita entre as duas pesquisas. No entanto, o que transparece nos dois casos é que o contexto da estrutura complexa (V +OD +V) é o ambiente favorável ao pronome pleno, aquele que mais o favorece.

Tabela 21: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à estrutura do sintagma verbal. Dados de Vitória

Estrutura do sintagma verbal											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
Simples	364	12,6%	0.48	903	31,3%	0.51	1566	54,3%	[0.50]	2883	95,1%
Complexa	47	31,5%	0.77	23	15,4%	0.33	74	49,7%	[0.47]	149	4,9%
Total	411	13,8%		929	31,1 %		1640	54,1%		2977	100%
Input			0.052			0.289			0.555		
Range			29			18					

Fonte: Lauar (2015)

7.3.2.3 Categoria morfológica do antecedente

Diferentemente das demais variáveis, o processo de análise da categoria morfológica é feito considerando o antecedente imediato da anáfora e não a primeira menção do termo retomado. No exemplo 61, o primeiro termo mencionado é “*minha menina*”, o qual é retomado algumas vezes por meio dos pronomes *ela* e *dela*: “ela faz em Campo Grande”, “a faculdade dela”, “ajudei ela”. Analisando, então, o caso do objeto direto anafórico “*ajudei ela*”, observa-se que o pronome pleno faz referência ao termo “*minha menina*”, todavia aquele que está anteriormente a ele mencionado e que também se refere à “*minha menina*” é o outro pronome: “dela”. Portanto, nesse caso, o antecedente imediato do objeto direto anafórico é “*dela*”, é ele que será considerado no momento da codificação dos dados e não o termo “*minha menina*”.

(61) “(...) porque eu to ajudando *minha menina* na faculda::de ... ela faz em Campo Gran::de a faculdade de::la... coisa eu fiz um empréstimo e ajudei **ela**.”

(Feminino, Ensino Fundamental II, mais de 50 anos).

O paralelismo tem forte influência sobre essa variável, conforme será discutido ao se apresentarem os pesos relativos, entretanto, já se pode perceber sua ação nas frequências de uso das variantes: os pronomes plenos apresentam porcentagem maior quando seu antecedente é outro pronome (54,8%), da mesma forma os sintagmas, 35,1% dos casos quando o antecedente é um nome, e a anáfora zero exibe frequência altíssima quando seu antecedente é um zero, 80,9% dos casos.

A análise de Malvar (1992), revisada nesta pesquisa, constatou ter a categoria morfológica do antecedente extrema relevância no favorecimento de uma ou outra variante

na variação do objeto direto anafórico. Os dados da autora demonstraram que um antecedente vazio tende a ser seguido por uma categoria vazia, um antecedente SN pleno tende a ser seguido por outro SN pleno e um antecedente pronominal tende a ser seguido por um pronome lexical. Da mesma forma, LAUAR (2015), ao analisar o fenômeno na fala de Vitória, comprova ser essa uma das variáveis mais importantes para variação do fenômeno, sendo seu comportamento análogo aos obtidos por Malvar (1992), porém, com a peculiaridade de não haver retomadas feitas por meio de um SN quando o antecedente era uma anáfora zero.

Os resultados de Santa Leopoldina confirmam os de Malvar (1992) e Lauer (2015). Mais uma vez, a categoria morfológica coloca-se como um fator chave para a seleção das variantes, de modo que é apontado pelo programa computacional como o fator mais relevante para a escolha do SN e da anáfora zero e como segundo fator para o pronome pleno. Essa grande relevância também pode ser percebida pelos valores do *range* próximos e altos em todas as variantes, 36 nos casos de pronome pleno, 34 nos de SN, 35 nos de anáfora zero, conforme pode ser visto na tabela 22.

Tabela 22: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à categoria morfológica do antecedente. Dados de Santa Leopoldina

	Categoria morfológica do antecedente										
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
Substantivo	148	8,9%	0.48	584	35,1%	0.62	931	56%	0.42	1663	63,9%
Pronome	137	54,8%	0.78	24	9,6%	0.30	89	35,6%	0.37	250	9,6%
Elipse	45	6,5%	0.42	87	12,6%	0.28	559	80,9%	0.72	691	26,5%
Total	330	12,7%		695	26,7%		1579	60,6%		2604	100%
Input			0.056			0.232			0.626		
Range			36			34			35		

Fonte: Própria

Os efeitos da variável em todos os estudos aqui descritos revelam nitidamente a ação do paralelismo morfológico sobre as formas em variação. Antecedentes pronomes favorecem fortemente (0.78) a retomada pelo pronome pleno e desfavorecem significativamente as demais formas. Antecedentes substantivos favorecem a retomada pelo sintagma nominal e desfavorecem o pronome pleno e a anáfora zero. Por sua vez, antecedentes elípticos favorecem a anáfora zero, mas desfavorecem as outras variantes.

Assim, o paralelismo na codificação do discurso por parte do falante leva a uma repetição de marcas quando estas forem explícitas, mas também de zeros. Scherre (1998) considera que a variável deve ser entendida como uma “tendência geral de formas gramaticais particulares ocorrerem juntas”, estratégia que propicia harmonia e coesão ao discurso (SCHERRE, 1998, p.42).

Buscando interpretar a origem ou compreender o porquê o paralelismo ser tão produtivo nos fenômenos variáveis no PB, Scherre o atribui ao Princípio da Iconicidade proposto por Givón (1995), o qual se divide em outros princípios, sendo o da proximidade aquele que parece melhor fundamentar o paralelismo linguístico. Segundo o princípio da proximidade:

- Entidades mais próximas funcional, conceptual ou cognitivamente serão colocadas mais próximas (espacial ou temporalmente) no nível da codificação;
- Operadores funcionais serão colocados mais próximos (espacial ou temporalmente) da unidade conceptual para a qual forem mais relevantes, no nível da codificação;
- Base cognitiva: é, em geral, cognitivamente transparente e reflete exigências de memória associativa, ativação difundida e priming. (SCHERRE, 1998, p. 48)

No entanto, é preciso ter em mente que o paralelismo não é meramente uma repetição mecânica, o repetir por repetir, mas apresenta, de acordo com a autora, uma função primária cognitiva: a capacidade de aproximar coisas, fatos e significados linguísticos em função de suas semelhanças. Dessa forma, o paralelismo linguístico propicia ao falante a junção de informações em blocos e a ativação como retomada do antecedente já acionado no discurso.

Na codificação dos dados da pesquisa de Vitória, Lauer (2015) considerou como antecedente a primeira menção no discurso do item retomado anaforicamente e, por isso, os resultados de frequência dos dois estudos divergem grandemente, principalmente no que concerne ao antecedente elíptico. Contudo, ainda assim os efeitos da variável estão alinhados: antecedentes pronominais favorecem o pronome pleno, antecedentes substantivos favorecem a retomada por um SN e antecedentes elípticos favorecem a anáfora zero.

Tabela 23: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à categoria morfológica do antecedente. Dados de Vitória

	Categoria morfológica do antecedente										
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
Substantivo	264	9,6	0.49	911	33,2	0.53	1522	55,5	0.50	2740	90,4
Pronome	145	54,5	0.66	15	5,6	0.19	96	36,1	0.48	266	8,8
Elipse	2	7,7	0.19	0	0	—	22	84,6	0.92	26	0,9
Total	411	13,8%		929	31,1 %		1640	54,1%		2977	100%
Input			0.052			0.289			0.555		
Range			47			34			44		

Fonte: Lauar (2015)

7.3.2.4 Especificidade do antecedente

Assim como nos dados de Vitória, essa variável não é relevante estatisticamente para o SN, todavia, contrapõe a variante não-padrão, aquela que é considerada erro gramatical pelos normativistas, e a variante não marcada. Ela é a terceira variável selecionada como estatisticamente significativa para o pronome pleno e a sétima para a anáfora zero. Essa diferença de relevância entre as variantes pode ser percebida pelo *range*, que compreende a distância do maior peso relativo para o menor peso. Assim, o valor demonstra que a força exercida pela variável especificidade do antecedente é maior sobre a variante pronome pleno (*range* 27) do que sobre a variante anáfora zero (*range* 11).

Diferentemente da animacidade e da humanidade, que são traços intrínsecos ao item lexical (CASAGRANDE, 2007, p. 52), a especificidade é uma característica pragmática estabelecida em um contexto sintático e semântico específico, conforme anteriormente apontado. Por exemplo, ao item lexical “criança” se atribuem os traços [+humano] e [+animado], mesmo que este esteja fora de uma estrutura oracional. O mesmo não pode ser feito com o traço [+/-específico], pois ele não se relaciona *a priori* ao léxico e sim depende à estrutura sentencial em que está inserido. Essa relação pode ser vista nos exemplos que se seguem.

(62) “tinha um cara que morava Aqui na Holanda ... numa noite de chuva .Muita chuva de noite enchenteEle chamava pelo capeta O tempo todo esse cara E nessa noite ele sumiu e até hoje nunca mais ninguém ouviu falar que desse homem

... nunca mais ninguém viu o homem” (Feminino, Ensino Médio, 26 a 49 anos)

(63) “nossa assim eu tenho um carinho por qualquer criança... **trato [0]** bem,” (Feminino, Fundamental I, 26 a 49 anos)

No exemplo 62, o objeto direto anafórico “homem” possui o traço [+ específico] devido aos determinantes pronome demonstrativo *esse*, *desse* e artigo definido *o* que o acompanham e acompanham os seus antecedentes, especificando-os. Já no exemplo 63 a palavra *criança* apresenta o traço [-específico], pois o determinante pronome indefinido *qualquer* deixa claro que se trata de uma generalização.

Tabela 24: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à especificidade do antecedente. Dados de Santa Leopoldina

Especificidade do Antecedente											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
[+ esp.]	314	13,4%	0.53	627	26,7%	[0.50]	1410	60,0%	0.49	2341	90,3%
[- esp.]	16	6,3%	0.26	68	26,9%	[0.50]	169	66,8%	0.58	253	9,7%
Total	330	12,7%		695	26,7%		1579	60,6%		2604	100%
Input			0.056			0.231			0.626		
Range			27						9		

Fonte: Própria

Na tabela 24 os pesos relativos demonstram que o contexto com antecedente [+ específico] é mais atuante sobre o pronome pleno, ao passo que o traço [-específico] atua mais sobre a anáfora zero, agindo de forma oposta sobre essas duas variantes. Além disso, a restrição ao uso dessa forma em contexto de antecedente [- específico] é muito significativa. Se observarmos novamente a escala de referencialidade de Cyrino (2006), podemos perceber que o preenchimento do objeto direto por uma forma pronominal acontecerá, majoritariamente, quando o seu antecedente estiver em uma posição mais elevada na tabela, apresentando traços [+humano, +animado, +específico]. Contrariamente, quando se está diante do traço [-específico] do antecedente, haverá restrição de uso do pronome pleno, sendo o que se percebe nos resultados aqui expostos. Esse seria, então, o ambiente propício para a instalação da forma nula, ou anáfora zero, o que também se confirma nos resultados de Santa Leopoldina e de Vitória (2015).

Tabela 25: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos à especificidade do antecedente.
Dados de Vitória

Especificidade do Antecedente											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
[+ esp.]	69	9,3	0.56	240	32,3	[0.49]	419	56,3	0.48	744	24,5
[- esp.]	342	14,9	0.33	686	30,0	[0.52]	1221	53,4	0.54	2288	75,5
Total	411	13,8%		929	31,1 %		1640	54,1%		2977	100%
Input			0.052			0.289			0.555		
Range			23						6		

Fonte: Lauer (2015)

7.3.2.5 Distância entre o antecedente e a retomada

De acordo com a teoria textual, a elisão de uma informação nos textos orais e escritos é possível porque o receptor possui a capacidade de retomar a informação anteriormente mencionada e, dessa forma, compreender o enunciado como um todo, mesmo estando diante de uma anáfora zero. Da mesma forma, a teoria funcional explica a possibilidade do uso da anáfora zero na construção dos enunciados a partir do subprincípio da informatividade, já discutido em nosso capítulo teórico, que salienta o fato de que uma informação dada pode ser retomada por um zero, uma vez que o locutário consegue ativá-la facilmente na memória.

Diante desses princípios, temos por hipótese, quanto à variável distância do antecedente e da retomada, que, quanto menor a distância entre eles, maior seria a possibilidade de uso da anáfora zero, haja vista que a recuperação da informação dada por parte do receptor é mais fácil por estar mais próxima. Por outro lado, a maior distância entre antecedente e retomada aumenta as chances de uso de estratégias lexicalizadas, a fim de se obter clareza na comunicação e não haver mal-entendidos

Tabela 26: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à distância entre o antecedente e a retomada. Dados de Santa Leopoldina

Distância entre o antecedente e a retomada											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
1 oração	43	7,9%	[0.46]	166	30,3%	0.42	338	61,8%	0.59	547	21%
2 orações	29	6,7%	[0.41]	121	28,1%	0.43	281	65,2%	0.58	431	16,6%
3 orações	41	13,8%	[0.58]	68	22,9%	0.43	188	63,3%	0.53	297	11,4%
4 orações	26	13,5%	[0.59]	51	26,6%	0.51	115	59,9%	0.45	192	7,4%
5 ou mais	191	16,8%	[0.52]	289	25,4%	0.58	657	57,8%	0.43	1137	43,7%
Total	330	12,7%		695	26,7%		1579	60,6%		2604	100%
Input			0.054			0.232			0.626		
Range						16			16		

Fonte: Própria

Os resultados apresentados na tabela 26 de frequência e pesos relativos corroboram nossa hipótese. A anáfora zero é a forma preferida quando há até três orações de distância entre o antecedente e a retomada, no entanto, à medida que esses termos se afastam, a variante vai perdendo sua força, sendo desfavorecida a partir da quarta oração. O SN apresenta comportamento oposto a esse, seu peso relativo aumenta proporcionalmente à distância, saindo de 0.42 quando se tem 1 oração entre o antecedente e a retomada até 0.58 quando há 5 ou mais orações entre eles. A variável não foi selecionada para o pronome pleno.

Confirma-se, portanto, que a anáfora zero é mais usada quando mais próxima do antecedente porque a informação dada é de fácil acesso na memória do falante, mas, à proporção que a anáfora se afasta do antecedente, faz-se necessário o uso de formas lexicalizadas, a preferida em distâncias maiores entre os termos e o SN, por ser a variante que não deixa dúvidas sobre quem/o que se está falando, ela retoma integralmente o antecedente, a informação dada, e por isso é favorecida quando se tem 5 ou mais orações de distância.

Para essa variável não exporemos a tabela referente aos dados de Vitória uma vez que a codificação dos dados das duas amostras foi distinto. Em Vitória a distância entre o antecedente e a retomada foi medida por intervalos de elementos, 1 a 5 elementos, 6 a 10, 11 a 20, 20 a 30 e mais de 30. Tal distinção inviabilizou a comparação entre as duas pesquisas.

7.3.2.6 Função sintática do antecedente

Com relação à função sintática do antecedente, percebe-se que o antecedente sujeito é o contexto com o qual mais se usa o pronome pleno (26,7%) enquanto a porcentagem de uso dessa variante é mais baixa com antecedente objeto (9,2%).

O sintagma nominal, por sua vez, é mais usado (33,2%) quando o antecedente possui outras funções na oração que não a de sujeito, objeto ou não é um tópico, sendo esse último o ambiente em que menos se encontra o sintagma nominal (20,5%).

Por outro lado, a anáfora zero é mais usada com antecedentes na função de tópico (67,6%), fato que já reportado na literatura por Galves (2001). Esta variável é a última selecionada para o uso do SN e a penúltima para a anáfora zero. De acordo com os pesos relativos, o antecedente topicalizado é o ambiente que favorece a anáfora zero, 0.58, o antecedente objeto é neutro para a variante, enquanto o antecedente que exerce qualquer outra função sintática que não tópico ou objeto e antecedente sujeito desfavorecem o uso dessa forma 0.46, conforme demonstra a tabela 27:

Tabela 27: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à função sintática do antecedente. Dados de Santa Leopoldina

	Função Sintática do antecedente											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total		
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%	
Sujeito	113	26,7%	[0.55]	90	21,3%	0.48	220	52%	0.48	423	16,2%	
Objeto	135	9,2%	[0.49]	410	28,1%	0.51	916	62,7%	0.49	1461	56,1%	
Tópico	41	11,8%	[0.49]	71	20,5%	0.42	234	67,6%	0.58	346	13,3%	
Demais	41	11%	[0.50]	124	33,2%	0.55	209	55,9%	0.46	374	14,4%	
Total	330	12,7%		695	26,7%		1579	60,6%		2604	100%	
Input			0.054			0.232			0.626			
Range						13			12			

Fonte: Própria

Esse resultado não corrobora a análise de Omena (1978), segundo a qual a regra do apagamento do objeto direto anafórico possui maior probabilidade de ocorrência quando “o pronome objeto constitui cópia de um item com função idêntica na outra oração” (OMENA, 1978, p. 99), ou seja, a anáfora zero será mais usada quando o seu antecedente for um objeto devido ao paralelismo de função com termo copiado, o que eliminaria a possibilidade de ambiguidade estrutural. Contudo, nem os dados de Santa Leopoldina nem

os de Vitória ratificam essa hipótese, o antecedente objeto é neutro para a anáfora zero em ambas as pesquisas.

Por outro lado, de acordo com Galves (2001), o PB possui construções muito frequentes na língua falada que se aproximam mais das línguas de organização predominantemente tópico-comentário do que das línguas de organização sujeito – predicado (GALVES, 2001, p. 43). Essa seria, por exemplo, uma das explicações para o fato de em PB o pronome pleno poder exercer tanto a função de sujeito como a de objeto direto, uma vez que nas línguas de tópico não há restrições quanto à função desse pronome.

Além do pronome pleno em função de objeto direto, conforme Galves (2001, p. 45), no PB são muito comuns frases em que o objeto direto ocorre por meio de um objeto nulo (por nós denominado de anáfora zero). Embora em alguns casos o objeto direto se encontre no início da oração, há outras construções muito frequentes tanto na fala quando na escrita em que o antecedente do objeto nulo encontra-se na oração anterior, exercendo alguma função sintática, como observado no exemplo 64. Nessas estruturas o clítico acusativo é obrigatório nas línguas românicas, entre elas a variedade do português, o PE, que se organizam em torno do sujeito-predicado, uma vez que possuem restrição forte quanto ao uso do objeto nulo, anáfora zero. Galves (2001, p. 52) afirma que nesses contextos “são os traços pronominais do pronome clítico que permitem recuperar um antecedente”. Os dois exemplos abaixo apresentados pela autora (GALVES, p. 2001, p. 52) ilustram esse cenário:

(64) “A Belina o Hélio levou para a oficina.”

(65) “Ouvi várias vezes esse disco antes de comprar.”

No primeiro caso, o objeto direto anafórico possui antecedente topicalizado *A Belina*, o segundo caso tem por antecedente um objeto direto *esse disco*. Seguindo o pensamento de Galves (2001, p.52), no PE, devido à restrição para o uso da anáfora zero, tanto no exemplo 64 quanto no 65, é obrigatório o uso do clítico acusativo de terceira pessoa na posição de objeto direto anafórico para que a oração seja considerada gramatical. No PB, entretanto, a ligação que ocorre entre o objeto direto e o tópico da sentença é direta, por ser ele sempre acessível no discurso, não há necessidade da mediação do clítico para a compreensão do enunciado (GALVES, 2001, p.52). Essa seria, então, a razão para, nos dados de Santa Leopoldina e também de Vitória, o antecedente

tópico apresentar-se como único favorecedor da anáfora zero, com peso relativo 0,58 e 0.59, respectivamente.

Tabela 28: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto à função sintática do antecedente. Dados de Vitória

	Função Sintática do antecedente											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total		
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%	
Sujeito	212	37,0%	0.61	97	16,9%	0.41	254	44,3%	0.50	573	18,9%	
Objeto	135	7,1%	0.45	655	34,3%	0.53	1093	57,2%	0.50	1911	63,0%	
Tópico	33	12,3%	0.57	58	21,6%	0.39	168	62,5%	0.59	269	8,9%	
Demais	31	11,1%	0.54	116	41,6%	0.61	125	44,8%	0.40	279	9,2%	
Total	411	13,8%		929	31,1 %		1640	54,1%		2977	100%	
Input			0.052			0.289			0.555			
Range			16			22			19			

Fonte: Lauar (2015)

Com relação ao SN, contrapondo-se à anáfora zero, quando o antecedente possui função sintática diversa da de objeto, sujeito e tópico, o SN é favorecido (0.61), também o antecedente objeto direto, favorece levemente o uso dessa forma, diferentemente do que Omena (1978) havia proposto. O antecedente tópico é o que mais desfavorece a variante (0.39), embora o antecedente sujeito também o faça (0.41).

Ao se analisar as duas tabelas acima com dados de Santa Leopoldina e Vitória, percebe-se a sistematicidade dessa variável. O comportamento das variantes frente aos contextos antecedentes é semelhante, à exclusão do pronome pleno, já que a variável não é selecionada como relevante para essa variante.

7.3.2.7 Número do antecedente

A hipótese formulada para a variável número do antecedente, baseada nos resultados de Schwenter e Silva (2010), estabelecia que antecedentes no singular contável favoreceriam o pronome pleno, enquanto antecedentes no singular não contável (como grãos, líquidos e nomes de instituições, por exemplo) iriam favorecer a retomada por um SN, e antecedentes plurais seriam um ambiente favorável à anáfora zero.

Conquanto tivemos dificuldades em definir claramente o que seria o singular contável e o não-contável e, talvez por isso, obtivemos um número reduzido de dados do singular não-contável, a fim de que não incorrêssemos no erro de classificar como não

contável algo que pode, em alguma esfera, ser sim contável, retiramos essa divisão e analisamos a variável em antecedentes no singular e antecedentes no plural.

A variável em questão mostra-se relevante para o pronome pleno e para a anáfora zero e os contrapõe. O pronome pleno é desfavorecido quando diante de um antecedente plural (0.40), o qual favorece a anáfora zero (0.56). Já os antecedentes que estão no singular favorecem levemente o pronome pleno e desfavorecem, também levemente, a anáfora zero, conforme a tabela abaixo.

Tabela 29: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao número do antecedente.

Dados de Santa Leopoldina											
Número do Antecedente											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
Singular	257	12,5%	0.53	571	27,8%	[0.50]	1227	59,7%	0.48	2055	78,9%
Plural	73	13,3%	0.40	124	22,6%	[0.48]	352	64,1%	0.56	549	21,1%
Total	330	12,7%		695	26,7%		1579	60,6%		2604	100%
Input			0.056			0.232			0.626		
Range			13						8		

Fonte: Própria

Por ser o antecedente singular, em comparação ao plural, mais específico enquanto este demonstra ser mais genérico, justifica-se a preferência pelo pronome pleno por estes contextos. Por outro lado, nos ambientes em que o antecedente é plural, a anáfora zero será favorecida por ser também uma forma mais genérica.

7.3.2.8 Tamanho da cadeia anafórica

A variável em questão foi testada porque nos pareceu ser significativo o tamanho da cadeia anafórica para a escolha das variantes, sendo nossa hipótese de que cadeias maiores favoreceriam maior utilização da anáfora zero, e foi exatamente isso que encontramos, conforme demonstrado na tabela abaixo. A frequência de uso do zero é de 64,7% quando ele se encontra em cadeias anafóricas maiores. O sintagma nominal é mais usado quando há somente uma anáfora, configurando o que denominamos de cadeia anafórica curta (34,4%).

Essa variável foi adicionada à pesquisa, pois, ao codificar os dados, parecia-nos que, quando o antecedente era retomado uma única vez, a anáfora era realizada mais frequentemente por meio de uma forma lexicalizada. Em contrapartida, quando se estava

diante de uma cadeia anafórica longa, em que havia muitas retomadas, a anáfora zero se fazia mais abundante.

Tabela 30: Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao tamanho da cadeia anafórica. Dados de Santa Leopoldina

Tamanho da cadeia anafórica											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
Curta	114	12,9%	[0.49]	305	34,4%	0.56	467	52,7%	0.44	886	34%
Longa	216	12,6%	[0.51]	390	22,7%	0.47	1112	64,7%	0.53	1718	66%
Total	330	12,7%		695	26,7%		1579	60,6%		2604	100%
Input			0.054			0.232			0.626		
Range						9			9		

Fonte: Própria

Embora a variável não seja estatisticamente relevante para o pronome pleno, o que se vê em relação às outras duas variantes é a confirmação de nossa hipótese: cadeias anafóricas curtas, com apenas uma retomada, favorecem o sintagma nominal, enquanto as cadeias maiores favorecem o uso da anáfora zero.

Essa variável não foi analisada na pesquisa com dados de Vitória.

7.3.2.9 Turno

A variável turno é selecionada unicamente para o uso da anáfora zero e apresenta *range* baixo, o que pode fazê-la parecer uma variável sem muita importância. Contudo, os resultados abaixo nos permitem algumas conclusões.

Tabela 31 Frequência absoluta, frequência relativa e pesos relativos quanto ao turno. Dados de Santa Leopoldina

Turno											
	Pronome Pleno			Sintagma Nominal			Anáfora Zero			Total	
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%
Próprio	276	12,7%	[0.50]	604	27,8%	[0.51]	1294	59,5%	0.49	2174	83,5%
Alternância	54	12,6%	[0.49]	91	21,2%	[0.45]	285	66,3%	0.56	430	16,5%
Total	330	12,7%		695	26,7%		1579	60,6%		2604	100%
Input			0.054			0.232			0.626		
Range										7	

Fonte: Própria

A manutenção do turno é praticamente neutra quanto ao uso da anáfora zero e, realmente, não se mostra relevante para a escolha de nenhuma das variantes, são outros fatores, e não a continuação de sua própria fala, que influenciam o preenchimento do objeto direto anafórico com uma ou outra forma. Porém, é preciso observar que a coleta dos nossos dados foi realizada por meio de entrevistas, gênero em que o locutor conduz a interação por meio de perguntas, as quais levam o entrevistado a narrar uma história vivida, a opinar sobre algum tópico ou descrever uma receita culinária, etc.

Diante desse cenário, quando o entrevistador sugeria um tópico em uma pergunta ao entrevistado, esse, preferivelmente, a respondia sem mencionar novamente o tópico, ou a informação dita pelo entrevistador. Tal comportamento pode ser explicado, mais uma vez, pela elisão e pelo subprincípio da informatividade: informações dadas necessitam de menos formas para serem retomadas. Por esse motivo, quando há mudança de turno, de modo que o entrevistado responde a uma pergunta feita pelo entrevistador, quando o turno é passado do entrevistador para o entrevistado, há uma leve preferência pela anáfora zero.

7.4 CONCLUSÃO

Feitas as análises estatísticas dos dados e interpretados os seus resultados, chegamos ao panorama da variação da expressão do objeto direto anafórico na comunidade de fala rural de Santa Leopoldina – ES.

Conforme havíamos previsto nas hipóteses deste trabalho, não há clíticos acusativos de terceira pessoa na fala da comunidade, uma vez que essa forma já não pertence ao vernáculo do brasileiro de um modo geral, permanecendo na oralidade daqueles que possuem maior escolaridade quando em contextos interacionais mais formais.

A variante pronome pleno não é condicionada pelas variáveis sociais escolaridade e sexo do falante, somente a faixa etária mostrou-se relevante estatisticamente para essa forma, de modo que as duas primeiras faixas de idade a favorecem enquanto a última faixa, mais de 50 anos, a desfavorece. O encaixamento linguístico do pronome pleno é observado, primeiramente, com antecedentes que tenham traço semântico [+animado +humano +específico], em estruturas constituídas por V +OD+ pred (mini oração); V +OD +V e V +OD +oração final, com antecedente pronominal e no singular.

As três variáveis sociais que compõem nossa análise foram selecionadas para a variante sintagma nominal anafórico. Essa forma é mais utilizada na fala das pessoas em idade produtiva, faixa de 25 a 49 anos, e mais velhas, com mais de 50, também os homens

e pessoas com maior escolaridade são aquelas que mais favorecem essa forma. Ademais, favorecem o SN os contextos em que o antecedente apresenta traço [- animado; - humano], estruturas sintagmáticas formadas por V+OD; V+OD+Predicativo (mini oração), antecedente substantivo e que possua função sintática que não a de sujeito, objeto e tópico, cadeia anafórica pequena e maiores distâncias entre o antecedente e a retomada.

A anáfora zero é a forma mais produtiva em Santa Leopoldina, em Vitória e no Brasil de um modo geral. Ela é a forma mais simples, menos marcada e, nos dados dessa pesquisa, não apresenta forte condicionamento social. Contudo, o condicionamento linguístico da anáfora zero é significativo e contrapõe essa variante ao pronome pleno: traços [-animado, -humano, -específico], estruturas oracionais como V+OD+OI; V +OD+adj. Adv.; V+OD+oração final, antecedente elíptico, antecedente no plural, cadeia anafórica longa, antecedente tópico e pequenas distâncias entre o antecedente e a retomada anafórica.

Em nossas considerações finais pontuamos outros aspectos importantes considerados e analisados no capítulo que se encerra.

8 A VARIAÇÃO NA EXPRESSÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA SALA DE AULA

O Brasil é um país marcado por uma profunda desigualdade social que afeta, entre tantos aspectos da sociedade, o acesso à educação. De acordo com dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), em 2019 cerca de 1,1 milhão de crianças com idade entre 4 e 17 anos, estavam fora da escola. Os principais motivos do abandono escolar apontados pela pesquisa do PNAD foram a necessidade de trabalhar, falta de vagas ou falta de escolas, gravidez precoce, falta de interesse nos estudos e a obrigação com afazeres domésticos ou com o cuidado de outra pessoa.

Além disso, mesmo aqueles em idade escolar que se encontram em sala de aula enfrentam dificuldades de cunho social que se refletem no desempenho escolar dentro das escolas públicas, como a insegurança alimentar, abandono parental, problemas relacionados à moradia, entre tantos outros fatores que envolvem o chão da escola e que são entraves para o desenvolvimento acadêmico dos alunos.

Vencidas todas essas barreiras, professores de língua materna e alunos das escolas públicas do Brasil veem a frente um outro desafio, a grande distância entre a norma padrão, que é cobrada pelos planos de ensino, e que deve ser ensinada em sala de aula, e a variedade linguística do estudante. Esse espaço, muitas vezes grande, entre a norma que o aluno conhece e utiliza e aquela que é o alvo do ensino escolar básico torna desafiador para o professor ensinar a variedade padrão e muito mais para o estudante aprendê-la, de modo que o processo de ensino e aprendizagem não acontece de forma bem-sucedida.

Um dos fatores que fazem aumentar essa distância é o fato de os livros didáticos e aulas de língua materna não abordarem ou não partirem da variedade dos alunos para que eles possam aprender a variedade de prestígio. Muitas vezes, a variação linguística não é abordada de maneira satisfatória na sala de aula no momento em que se apresenta o conteúdo morfo-sintático-semântico, de modo que a ela, algumas vezes, é destinado tão somente um dos capítulos do livro didático, ou uma única aula cujo conteúdo é abordado de forma genérica, em que se discute unicamente fenômenos lexicais.

Assim, observa-se em relação ao conteúdo de pronomes pessoais, mais especificamente aos pronomes oblíquos, uma dificuldade em sua compreensão e aplicação nos contextos que lhes cabem, especialmente no que concerne ao uso dos pronomes clíticos de terceira pessoa.

Para entender como esses conteúdos são trabalhados em sala de aula, analisamos três livros didáticos adotados na rede pública do Estado de Espírito Santo, cujas edições

datam de 2010, 2016 e 2021. Nossa análise focaliza o conteúdo de pronomes pessoais e descreve como as obras abordam tal conteúdo, se o fazem apenas reproduzindo as regras prescritas ou se consideram a variação dos usos dos pronomes nos textos orais e escritos; e se justifica uma vez que os professores usam os livros didáticos para nortear suas aulas e a forma como os livros abordam o conteúdo acaba sendo, em muitos casos, a que o professor também o aborda ou como o aluno tem acesso a ele quando estuda sozinho.

A obra *Português: leitura, gramática e produção de texto*, de Leila Lauer Sarmento e Douglas Tufano, publicada em 2010 e destinada ao Ensino Médio, segue em sua totalidade a prescrição das gramáticas normativas a respeito do uso dos pronomes em português. Os autores, no capítulo dedicado ao tema, apresentam a tabela dos pronomes pessoais retos e oblíquos e, logo após, apresentam o conceito dos pronomes e esmiuçam seu emprego. Nada é dito sobre a variação do uso dos pronomes, há unicamente recomendações de bom uso das formas, alertas de atenção às contrações e uso de preposição juntamente aos pronomes. As atividades também se mostram extremamente tradicionais, objetivam que o aluno encontre, classifique e utilize a forma gramaticalmente correta os pronomes.

Tabela 32: Pronomes pessoais retos e oblíquos

Pronomes pessoais	Pessoa	Retos			Oblíquos	
				Átonos	Tônicos	
Singular	1 ^a	Eu		Me	Mim, comigo,	
	2 ^a	Tu		Te	Te, ti, contigo	
	3 ^a	Ele/ela		O/a, lhe, se	Se, si, consigo, ele, ela	
Plural	1 ^a	Nós		Nos	Nós, conosco	
	2 ^a	Vós		Vos	Vós, convosco	
	3 ^a	Eles/ elas		Os, as, lhes, se	Si, consigo, eles, elas	

Fonte: Sarmento; Tufano (2010, p. 295)

Demonstrando ter um pouco mais de preocupação em abranger de alguma forma a variação linguística, Cereja, Dias Viana e Damien (2016) apresentam uma tabela dos pronomes pessoais retirada da gramática de A. Castilho (2010), a qual aponta os pronomes que são usados no português formal, correspondentes às gramáticas normativas, e os que são usados no português informal, conforme se vê na tabela 33:

Tabela 33: Pronomes pessoais do Português Brasileiro formal e do Português Brasileiro informal.

	Pessoa	Português Brasileiro formal		Português Brasileiro informal	
		Sujeito	Complemento	Sujeito	Complemento
Singular	1 ^o	Eu	Me, mim, comigo	Eu, a gente	Eu, me, mim, prep.+eu, mim
	2 ^o	Tu, você, o senhor, a senhora.	Te, ti, contigo, prep. + o senhor, com a senhora	Você/ ocê/ tu	Você/ Ocê/ cê, te, ti, prep.+ você./ ocê (=docê, cocê)
	3 ^o	Ele, ela	o,a, lhe, se, si, consigo	Ele, ei, ela	Ele, ela, lhe, prep.+ele, ela.
Plural	1 ^o	Nós	Nos, conosco	A gente	A gente, prep.+ a gente
	2 ^o	Vós , os senhores, as senhoras	Vos, convosco, prep.+os senhores, as senhoras	Vocês/ ocês/ cês	Vocês/ ocês/ cês, prep.+vocês/ ocês.
	3 ^o	Eles, elas	Os, as, lhes, se, si, consigo	Eles, eis, elas	Eles, eis, elas prep.+ eles, eis, elas

Fonte: Ataliba Castilho (2010, p. 471). In: Cereja, Dias Viana e Damien (2016, p. 138)

Embora a inserção dessas informações seja um passo importante para que se apresente a variação linguística em sala de aula, não há explanação ou discussão a respeito das diferenças entre o português formal e informal e as formas em uso em cada uma dessas variedades, o que dificulta ainda o entendimento da variação por parte dos alunos e, até mesmo, daqueles professores que não possuem formação sociolinguística. Além disso, as atividades não abordam a variação, seguem o modelo tradicional de análise das pessoas do discurso, adaptação do pronome ao contexto, classificação pronominal, sempre seguindo as regras do português padrão.

Com a implementação do novo Ensino Médio a partir do ano de 2022 em todo o Brasil, acendeu-se a esperança de que o currículo da disciplina de língua portuguesa passaria por uma reformulação, bem como a forma de abordagem dos conteúdos, abrangendo, assim, de forma mais direta e profunda as diversas variedades linguísticas que compõem o português falado no Brasil. Esperava-se, também, que as aulas de língua materna deixariam de ser aulas que exigem dos alunos a competência de encontrar e classificar as estruturas que compõem as orações, distanciando-se do estudo maçante das normas prescritas nas gramáticas tradicionais e focalizando o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos.

Ao se observar o livro didático escolhido para a implementação do novo ensino médio nas escolas públicas da Grande Vitória, no Estado do Espírito Santo, observa-se que a cultura do estudo gramatical por si mesmo permanece forte, mas vem cedendo espaço às novas possibilidades dentro do escopo do componente curricular língua portuguesa, principalmente no que diz respeito ao trabalho interdisciplinar na área de

linguagens, mas também em relação ao tratamento dos conteúdos gramaticais. Ainda que à norma padrão se dê maior visibilidade, a variação e a adequação linguísticas encontram-se presentes de forma um pouco mais elaborada que em outros momentos da história da educação básica.

A obra específica de português da coleção *Se liga nas linguagens* (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020) apresenta, no capítulo de pronomes, primeiramente, o quadro tradicional de pronomes pessoais retos, oblíquos átonos e oblíquos tônicos e demonstra como utilizar esses pronomes de forma correta, de acordo com a variedade padrão. Ao lado da norma de uso, os autores trazem um quadro intitulado *Dica de professor*, transcrito abaixo:

Como agir quando a norma-padrão indica uma determinada regra, mas gramáticas de uso (aquelas que registram a língua efetivamente usada pelos falantes com maior letramento) validam outra? Nesses casos, lembre-se sempre da noção de adequação linguística: quando a situação comunicativa é formal e exige linguagem muito monitorada, prefira seguir a norma-padrão. Nos demais casos, use as construções que predominam no dia a dia dos falantes envolvidos na situação comunicativa. (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020, p. 220)

Percebe-se aqui a preocupação em apresentar a adequação linguística ao contexto comunicativo mesmo que de forma superficial. Os autores também cometem o equívoco com relação às gramáticas de uso, ao considerarem que se baseiam exclusivamente na fala dos mais letrados.

A discussão mais elaborada a respeito da variação linguística no uso dos pronomes pessoais aparece na atividade proposta que reproduz uma conversa informal em uma rede social de troca de mensagens em que os interlocutores usam o pronome reto em lugar de um oblíquo na função de objeto direto anafórico: “O Vitor acabou de voltar pra casa. Conseguiram resgatar ele”. A respeito desse trecho são propostas 4 questões, das quais é interessante analisar duas:

1d) Transcreva o período em que se emprega um pronome em discordância com a norma padrão e apresente a forma esperada em uma situação que exija linguagem com maior monitoramento.

1e) Esse uso do pronome pode ser considerado inadequado? Por quê?
(ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020, p. 223)

A formulação dessas perguntas deixa claro que o fenômeno variável não é abordado de forma satisfatória pelo livro didático, que apresenta a variante pronome pleno em função acusativa apenas como uma forma usada por falantes em contextos menos formais, evidenciando o fato de ser uma forma não-padrão, inadequada em falas mais monitoradas. Contudo, não discute o seu uso já instaurado na língua há bastante tempo,

nem se postula nada a respeito das outras variantes, o SN e a anáfora zero. Sendo assim, o foco dado à variação diz respeito ao que é adequado à fala monitorada e à fala causal, considerando-se tão-somente os aspectos relacionados à variação estilística.

Entretanto, mesmo que a obra não trate o fenômeno variável em sua totalidade, ela abrange aspectos importantes que podem nortear o trabalho do professor e levá-lo a expandir a visão dos alunos a respeito do tema. Além dos fatos já apresentados, os autores explicam, ao fim da página de exercícios, em uma caixa intitulada *A língua nas ruas*, que a norma padrão diz ser correto, na fala monitorada, a construção “eu o recebi” enquanto é incorreto “eu recebi ele”. Após essa exposição, questionam se em entrevistas e palestras, situações comunicativas mais formais e, portanto, que demandam uma fala mais monitorada, os falantes utilizam os pronomes **ele**, **ela** no lugar dos oblíquos átonos. Para responder a essa pergunta, os autores propõem uma atividade de análise de entrevistas e palestras disponíveis na internet para que os alunos cheguem às suas conclusões. Essa atividade, além de levar os estudantes a desenvolverem uma pequena pesquisa científica, busca fazer com que entendam como funciona, na prática, a variação entre os pronomes retos e oblíquos de terceira pessoa em caso acusativo, o que é um grande ganho no tratamento desse conteúdo nos livros didáticos.

Portanto, a análise dos três livros didáticos de diferentes períodos nos permitiu constatar uma evolução no tratamento da variação do preenchimento da posição de um objeto direto anafórico nas obras e espera-se que sua aplicação em sala de aula siga essa mesma tendência.

Observada a sistematicidade da variação do objeto direto anafórico na fala de Santa Leopoldina, de Vitória e do Brasil como um todo; discutido, também, o papel da escola no uso da variante padrão, uma questão foi posta em xeque: as gramáticas normativas e, por conseguinte, os livros didáticos e as escolas ensinam e cobram o uso do pronome clítico acusativo de terceira pessoa como forma de preenchimento de um objeto direto, mas essa aprendizagem acontece de fato? A variante é aprendida, mas seria encontrada unicamente na escrita, por ser essa uma modalidade mais planejada da língua?

A fim de responder a esses questionamentos, foi desenvolvido um experimento com alguns alunos do segundo ano do ensino médio de uma escola pública da cidade de Vitória. Conquanto esta tese tenha se desenvolvido com dados de fala rural da comunidade de Santa Leopoldina, o esperado seria que os testes na escola fossem realizados também nessa localidade, contudo, alguns percalços nos impediram de executar tal tarefa. Primeiramente, deparamo-nos com a dificuldade de acessar as escolas da zona rural de Santa Leopoldina devido à sua distância. Somou-se a isso o fato de que

a coleta de dados em sala de aula deveria ser realizada no mês de junho de 2021, quando o Brasil ainda vivia uma fase difícil da pandemia de coronavírus, havia uma preocupação com a circulação do vírus e por isso a entrada em locais públicos acontecia de forma monitorada.

Em decorrência desse cenário caótico na saúde pública, a frequência dos alunos nas escolas do Espírito Santo se dava em sistema de rodízio, dessa forma as turmas eram divididas em três grupos. Assim, a cada dia um grupo de, em média, 10 alunos, assistia às aulas presenciais, enquanto os demais ficavam em sistema remoto. Havia também alguns alunos que, por apresentarem algum tipo de laudo médico, participavam exclusivamente das atividades remotas, situação que dificultava ainda mais a coleta dos textos e a ministração da aula em Santa Leopoldina.

Assim sendo, decidimos realizar a atividade em uma escola localizada na cidade de Vitória, já que tínhamos dados referentes à fala dessa comunidade, os quais foram discutidos ao longo dessa pesquisa e poderiam complementar os resultados que encontraríamos na escrita dos alunos.

A escola em que se desenvolveu o experimento foi a Escola Estadual de Ensino Médio Colégio Estadual do Espírito Santo, na qual eu leciono já há 9 anos. O Colégio Estadual é a maior e mais tradicional escola de Ensino Médio do Estado, localiza-se em uma área central da cidade. Por ser uma escola de passagem, recebe alunos de bairros próximos bem como aqueles advindos de cidades da Grande Vitória, como Cariacica, Viana e Serra, muitos destes estudam em um turno no colégio e no outro turno fazem estágio ou trabalham em pontos próximos à escola. Por sua estrutura e história, o colégio possui, em cada turno, cerca de 900 alunos. No ano de 2021, em que se desenvolveu o teste que aqui será apresentado, havia 8 turmas de segundos anos, e duas professoras de português dividiam a regência dessas turmas.

O experimento proposto, então, objetivava examinar se os estudantes compreendiam o processo de referenciação dos pronomes de um modo geral e, especialmente, dos clíticos acusativos de terceira pessoa. Tencionava-se, também, verificar, na escrita escolar, produzida antes e após a aula expositiva a respeito dos pronomes pessoais retos e oblíquos, quais seriam as formas usadas para o preenchimento do objeto direto anafórico.

A primeira atividade proposta aos alunos foi o teste de referenciação, que tinha por objetivo verificar se os alunos conseguiam distinguir o termo antecedente dos pronomes usados na construção do texto. Esse teste foi desenvolvido a fim de comprovar a hipótese de que os alunos não usam o clítico na fala e, também na escrita, porque não

compreendem a quem o pronome se refere no decorrer do texto. Sendo, portanto, uma forma incompreendida, não faz sentido para os alunos a sua utilização.

O desenvolvimento da primeira atividade, então, se deu da seguinte forma: foi entregue a cada aluno uma cópia do texto “Por causa do elevador”, de Stanislaw Ponte Preta, em que se encontravam sublinhados todos os pronomes. Os alunos deveriam ler o texto e, a cada pronome sublinhado, apontar, no espaço à frente, qual era o seu antecedente, conforme pode ser observado no exemplo a seguir: “O marido se _____ folgou e a ponderada senhora agarrou o abajur e o _____ lançou nas fuças do cônjuge”. Esperava-se que os alunos completassem os espaços em branco com “o marido” e “o abajur”, fazendo, assim, a correta referência.

Contrariando a hipótese de que os alunos não dominam de forma satisfatória a referência pronominal, principalmente quando se está diante de clíticos acusativos de terceira pessoa, nos 30 textos recolhidos, das 24 ocorrências de pronomes, houve um percentual de 75% de acertos. Em relação aos 4 clíticos acusativos de terceira pessoa presentes no texto, a frequência de acertos foi também de 75%, 3 antecedentes corretos dos 4 casos apontados.

Esses resultados contradizem a hipótese levantada e demonstram que os alunos possuem conhecimento a respeito da função dêitica dos pronomes como um todo, e, ainda, entendem o uso do pronome clítico acusativo de terceira pessoa, logrando êxito ao localizar o seu antecedente.

Diante desses resultados, naturalmente emergiu um segundo questionamento: o conhecimento a respeito do processo de referenciação pronominal é colocado em prática na construção dos textos escritos, quando os autores são os alunos? Se sim, embora o clítico não seja usado na fala da comunidade de Vitória, ele aparecerá nos textos? A escola e seu caráter normativizador é capaz de fazer com que uma forma que não faz parte do vernáculo da comunidade seja inserida no repertório dos alunos quando em contextos de escrita formal?

A busca por essas respostas surgiu a partir da hipótese de que os alunos, por não possuírem o clítico acusativo em seu vernáculo, não o utilizam nos textos escritos. Para comprová-la é que foi aplicada a próxima atividade. Durante a aula de língua portuguesa, os alunos, conjuntamente com a professora, leram o conto “Passeio noturno”, de Rubem Fonseca. Após a leitura, houve o direcionamento para que eles escrevessem um conto que se configuraria como a continuação do texto de Rubem Fonseca. A escolha do gênero conto deu-se por ser este composto, majoritariamente, pelo tipo textual narrativo o qual, devido às suas características, favorece a utilização de um número relevante de objetos

diretos anafóricos. A primeira produção aconteceu sem nenhuma intervenção da professora e contou com 20 textos no total. O número baixo de textos coletados deve-se, como dito anteriormente, ao rodízio dos alunos devido a pandemia de COVID 19. Essa conjuntura reduziu a quantidade de textos que conseguimos utilizar para montar o *corpus*, mas não impossibilitou nossa pesquisa.

Recolhidos os textos, passou-se ao segundo momento da pesquisa, a aula expositiva a respeito dos pronomes pessoais retos e oblíquos. Em duas aulas, foram apresentadas as regras de uso dos pronomes conforme a norma padrão contida nas gramáticas normativas e no livro didático adotado pela escola, mas também foi abordada a variação linguística observada na fala, tanto em relação aos pronomes de primeira e segunda pessoas, quanto aos de terceira. Conquanto o foco do estudo era esse último pronome, uma maior atenção foi dedicada a ele, expondo as quatro formas variantes, os contextos preferidos de uso de cada uma delas, o *status* que cada uma delas possui, entre outras informações.

A aula seguinte às expositivas serviu para que se comparassem os textos e para que fosse observada qual a influência do ensino da norma padrão, mesmo que a ele esteja vinculado o ensino também da variação linguística, na apropriação por parte dos alunos do clítico acusativo na escrita monitorada, uma vez que esta variante não aparece na fala da comunidade. Foi pedido para que, com base no mesmo conto de Rubem Fonseca, os alunos produzissem uma notícia de jornal. Mais uma vez o gênero textual foi escolhido por ser formado, em grande parte, pelo tipo textual narrativo. Essa segunda produção contou com 18 textos.

Na comparação da primeira produção, o conto, com a da segunda, a notícia, os resultados alcançados se mostraram interessantes e podem ser observados na tabela 34:

Tabela 34: Distribuição das variantes nos textos escritos por alunos

Variantes	1ª Produção – Conto		2ª Produção – Notícia	
Clítico acusativo	10	25,6%	9	29%
Pronome pleno	15	38,5%	4	12,9%
Sintagma nominal	10	25,6%	17	54,8%
Anáfora zero	4	10,3%	1	3,2%
Total	39	100,0%	31	100,0%

Fonte: Própria

Contrariando a hipótese de que os alunos, uma vez que não possuem o clítico acusativo em seu vernáculo, não o utilizariam também nos textos escritos, tanto a primeira

produção quanto a segunda apresentaram índices relevantes para a variante padrão, 25,6% e 29% respectivamente, o uso do pronome pleno diminui consideravelmente, passando de 38,5% para 12,9%, esse movimento faz com que aumente as ocorrências do SN, de 25,6% para 54,8%. A anáfora zero continua sendo a variante menos utilizada.

Há duas teorias que podem elucidar os resultados obtidos para esse pequeno teste, a primeira baseia-se no estudo de Poplack (2015). A respeito dos índices de uso do clítico acusativo de terceira pessoa, esperava-se que houvesse um aumento de seu uso após a aula expositiva, todavia, seu índice praticamente se mantém. Isso parece ocorrer porque, de acordo com Poplack, a influência da norma padrão e do ensino formal na escrita dos alunos não é zero. No entanto, o menor impacto que essa influência tem sobre a língua falada e sobre a escrita escolar está relacionada ao poderoso efeito da norma da comunidade sobre a escolha das variantes por parte dos alunos. Para a autora, (POPLACK, 2015), não se deve esperar que um padrão prescritivo seja aprendido e aplicado categoricamente quando a norma da comunidade for variável, especialmente se a variante padrão desapareceu do vernáculo e, portanto, não faz parte do repertório linguístico do falante.

Sendo assim, o ensino baseado somente nas normas relativas à variedade padrão não se mostra eficaz para um aumento significativo do uso dessa forma nos textos escritos pelos alunos, porquanto ainda preferem outras variantes no preenchimento da posição do objeto direto anafórico na escrita, enquanto na fala a forma padrão não é utilizada.

No entanto, se por um lado o ensino prescritivo da regra do pronome clítico de terceira pessoa, por si só, não demonstrou ter surtido efeito para que se elevasse o uso da variante padrão, a máxima de “evite o erro”, “evite o pronome pleno” aparenta ter sido mais efetiva. Os resultados para a variante parecem apontar que os alunos, ao entenderem o caráter mais formal da escrita, diminuíram o uso do pronome pleno: na primeira produção essa forma é responsável por 38,5% das ocorrências e na segunda produção 12,9% dos dados são de pronomes plenos.

Por conseguinte, há o aumento do uso do sintagma nominal anafórico, forma escolhida para preencher o objeto direto e que foge ao erro gramatical. Assim, essa forma, que no conto teve 25,6% de ocorrências, passa a 54,8% na notícia. Diferentemente da fala, modalidade na qual há a preferência pela anáfora zero, o sintagma nominal é a forma mais usada na escrita dos alunos, pois proporciona maior coesão textual. Retomar o referente por meio de SN parece, ao escritor do texto, auxiliar na compreensão do leitor, que vai saber, de maneira clara, quem está sendo resgatado. Além disso, é uma forma de não-uso do clítico acusativo, que por vezes soa estranho aos alunos.

Dessa forma, considerando os índices de uso nas duas produções textuais, parece-nos que o ensino escolar atinge seu objetivo de inserir o clítico acusativo de terceira pessoa na escrita dos alunos, embora essa forma não pertença à língua falada de sua comunidade (LAUAR, 2015). Entretanto, há a preferência pelo SN, por ser essa forma mais facilmente utilizada na construção textual, que foge ao erro e à norma padrão ao mesmo tempo.

Essa seria, então a primeira hipótese para os resultados deste experimento. A segunda hipótese que se pôde levantar diz respeito aos gêneros textuais produzidos. Uma vez que o teste foi realizado no meio de um ano letivo atípico, em que a quantidade de aulas foi reduzida pela terça parte devido aos revezamentos ocasionados pela pandemia de COVID 19, tivemos de seguir de forma mais acelerada com os conteúdos programáticos, por isso, nas aulas de redação, utilizadas para a produção dos textos aqui analisados, foi preciso diversificar os gêneros textuais sugeridos aos discentes para que assim fosse possível atender as demandas do currículo escolar do ano de 2021. Desse modo, não nos coube solicitar a produção de dois contos, cenário ideal para a tabulação de resultados, pois era necessário iniciar o trabalho com outro gênero textual em sala de aula. Assim, dentro das possibilidades existentes, escolhemos o gênero notícia para compor a segunda produção de nosso experimento, uma vez que ele é constituído em grande parte, assim como o conto, pelo tipo textual narrativo.

Contudo, tal aspecto metodológico pode ter, também, contribuído para o menor uso dos pronomes plenos e aumentos dos SNs na segunda produção, isso porque cada gênero textual, de acordo com Marchusci (2008) possui um propósito comunicativo, de modo que seus autores e receptores compartilham de interesses e expectativas mais ou menos previsíveis. Ou seja, o leitor de uma notícia, previamente, espera informar-se de algo ao ler tal gênero, já o leitor de um conto tem por objetivo, geralmente, entreter-se com a leitura que fará. Isso se dá porque, conforme Marchusci (2008, p. 150) “cada gênero textual tem um propósito bastante claro que o determina e lhe dá uma esfera de circulação. (...) todos os gêneros têm uma forma e uma função, bem como um estilo e um conteúdo.” Dessa forma, por terem uma identidade própria, na produção de certo gênero textual, o autor acaba sendo condicionado a escolhas que não são totalmente livres, seja no ponto de vista do léxico, do grau de formalidade ou do conteúdo abordado, já que é preciso seguir uma estrutura previamente esperada pelo leitor (MARCHUSCI, 2008, p. 156).

O gênero notícia, por exemplo, tem por função informar o leitor sobre algum acontecimento, segue uma estrutura fixa formada pelo *lead* que constitui geralmente o primeiro parágrafo e traz as informações principais do fato noticiado, no corpo do texto as

informações são destrinchadas. A linguagem é formal, uma vez que esse é um gênero da esfera jornalística, e objetiva, contudo, no corpo do texto pode haver a inserção da fala de envolvidos, de testemunhas, de autoridades, nesses casos é possível uma quebra da formalidade e da objetividade.

O gênero conto pertence a esfera literária, tem por função entreter o leitor, ou fazê-lo refletir a respeito de algum tema. Sua linguagem é mais livre, pode ter diversos graus de formalidade, é, em geral, subjetiva e não se preocupa com fatos. Entre tantas diferenças, as semelhanças percebidas nos gêneros escolhidos surgem, principalmente, em dois pontos que foram cruciais para a sua escolha no momento de propor o teste aos alunos: as marcas de autoria e, como dito anteriormente, a presença do tipo narrativo.

Tanto o conto quanto a notícia são textos que possuem um caráter de autoria pelos traços de estilo que apresentam (MARCHUSCI, 2008, p.160), embora na notícia esses traços sejam menos salientes que no conto. Além disso, a forte presença do tipo narrativo nos dois gêneros levou-nos a crer que estes poderiam ser comparados.

Para, então, que essa comparação fosse ainda mais bem sucedida, foi pedido aos alunos, no comando da produção textual, que no corpo da notícia fosse desenvolvido um trecho narrativo em que uma testemunha contasse como ocorreu o acidente que estava sendo noticiado. Esse procedimento garantiu que todos os textos produzidos apresentassem longos trechos narrativos, fazendo com que nossa análise fosse possível.

Não obstante, ainda que controlados esses fatores, a diferença da estrutura linguística que constituiu cada gênero pode ter desencadeado os resultados distintos percebidos nos dois momentos de produção, de modo que a notícia, por seu caráter mais informativo e objetivo, pode ter levado os autores a preferirem o uso de SNs para que não houvesse dúvidas a respeito das informações fornecidas. Sendo assim, não haveria uma influência tão grande da aula ministrada entre as duas produções na escolha pelos alunos de uma ou outra variante.

Apesar disso, ainda é possível afirmar, conforme observou Poplack (2015) que, mesmo em uma comunidade de fala que não possui o clítico acusativo em sua variedade linguística, a escola é capaz de fazer com que os usuários da língua utilizem tal forma nos textos escritos, pois sua influência não é zero, os alunos, mesmo que prefiram outras formas não prescritas, ainda assim fazem uso daquela que aprenderam por meio das aulas de língua materna.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho desenvolveu-se a partir de três objetivos: analisar e sistematizar a variação do objeto direto anafórico na comunidade de fala rural de Santa Leopoldina – ES; observar se o fenômeno difere variedades rurais e urbanas e discutir a influência do ensino escolar no uso da forma padrão e da não padrão. Podemos afirmar que tais objetivos foram alcançados por meio da realização das análises quantitativas e qualitativas referentes à comunidade rural de Santa Leopoldina, da comparação dos resultados com os de Vitória, cidade 100% urbana e capital do Estado, e do desenvolvimento do trabalho com os alunos de uma escola pública da cidade de Vitória, os quais terão seus resultados retomados e discutidos brevemente logo abaixo.

Primeiramente, é preciso destacar que a pesquisa sociolinguística, além de qualitativa, se faz também de forma quantitativa, de modo que a compreensão e a sistematização dos fenômenos linguísticos em variação perpassam o trabalho com dados e resultados estatísticos. Os números contêm informações valiosas que são por nós decodificadas. Porém, na pesquisa com a comunidade de fala da zona rural de Santa Leopoldina, uma das informações mais importantes nos foi dada não por frequências ou pesos relativos, mas sim pela ausência de uma das variantes, pois não há clíticos acusativos nessa comunidade. Os pronomes clíticos acusativos de terceira pessoa não fazem parte do vernáculo da zona rural de Santa Leopoldina, como não fazem parte do vernáculo das comunidades quilombolas da Bahia (SILVA, 2004), como praticamente não existem em Vitória (LAUAR, 2015) e em tantas outras comunidades urbanas já estudadas.

Desde o século XIX o clítico acusativo de terceira pessoa vem perdendo espaço para outras formas em variação: o pronome pleno, a anáfora zero e o sintagma nominal anafórico. Muitos autores (Cyrino, 1996; Nunes, 1992; Tarallo, 1996) analisaram a fase inicial dessa variação, como ela se desencadeou, como evoluiu ao longo dos anos, e agora, os trabalhos sociolinguísticos sincrônicos descrevem o final desse ciclo, a conclusão do processo de mudança observada no PB: o clítico acusativo de terceira pessoa não mais ocorre na língua falada no Brasil.

Por outro lado, verifica-se que essa forma ainda sobrevive nos textos escritos (ZANELATO, 2021), embora não hegemonicamente, o que demonstra ser esta variante própria da modalidade escrita, de gêneros e contextos mais formais da língua, fato que foi comprovado por nós na escrita dos alunos de Ensino Médio de uma escola pública de Vitória. Enquanto na fala dessa comunidade quase não há casos de clítico, 0,5% dos dados (LAUAR, 2015), na escrita monitorada dos alunos a forma padrão aparece em 29% dos casos. Contudo, conforme apontaram Freire (2005), e Lauar (2015), os clíticos

acusativos de terceira pessoa não são aprendidos na infância, no contato com a variedade familiar dos indivíduos, mas são adquiridos via escolarização, após, pelo menos, 5 anos de estudo formal. É a escola a principal responsável pela manutenção dessa forma na língua escrita e nos seus poucos usos na língua falada do Brasil, de modo que o aumento da escolaridade dos falantes faz aumentar o uso do clítico acusativo de terceira pessoa.

Conquanto a amostra da fala rural de Santa Leopoldina abranja três graus de escolaridade, Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio, o estilo de vida da comunidade, a importância dada à escolarização, as relações interpessoais, comerciais e religiosas não exigem dos falantes que abandonem sua variedade e absorvam aquela ensinada pela escola. Em outras palavras, não há pressão normativizadora, não há estímulo por parte da instituição ou motivos sociais para que os alunos troquem as formas próprias do vernáculo por outra aprendida formalmente. Dessa maneira, o clítico não entra na comunidade, pois não pertence a ela.

Nessa mesma lógica, o pronome pleno não sofre nenhum tipo de estigma nem de repressão de seu uso. Todos os falantes o utilizam quase que na mesma proporção e, entre os contextos sociais abordados nesta pesquisa, apenas a faixa etária dos falantes é destacada como relevante para a variação. Observa-se, dessa forma, o quanto se faz necessário, conforme demonstrado ao longo de todo o trabalho, para análise sociolinguística minuciosa, a compreensão da organização social da comunidade de fala que se pretende estudar, uma vez que meramente os números frios dos dados estatísticos não são capazes de explicar o comportamento de variáveis extralinguísticas. Percebidas as nuances dos moradores da comunidade de fala, como se relacionam entre si, com as instituições que os cercam, com o local, com a história do lugar em que vivem, o pesquisador passa a ter propriedade para, assim, conjecturar a respeito dos resultados numéricos relativos aos fatores sociais alcançados em sua pesquisa.

Sendo a comunidade por nós estudada uma comunidade rural de uma pequena cidade do interior do Estado do Espírito Santo, sabendo das dificuldades encontradas pelos moradores de chegarem até as escolas e de permanecerem nelas devido aos afazeres nas lavouras, às grandes distâncias entre as casas e os locais de ensino, ao desinteresse por continuar os estudos, supomos que a escolaridade não seria um fator relevante para a escolha de uma ou outra forma variante. Além disso, imaginamos que também a faixa etária e o sexo dos falantes não seriam fatores condicionantes da variação do objeto direto anafórico, uma vez que as pessoas nessa comunidade possuem estilos de vida muito semelhantes. Dessa maneira, em nossas hipóteses iniciais apontamos que

as variáveis sociais não teriam forte relevância estatística para a variação em tela, entretanto, nossa hipótese não se confirmou.

Ao contrário de todas as pesquisas analisadas e aqui revisadas a respeito do tema, em Santa Leopoldina as variáveis sociais em sua totalidade são relevantes tão-somente para a variante Sintagma Nominal Anafórico. Esse comportamento parece mostrar que a forma é valorizada por essa sociedade e, também, que ela surge de fora da comunidade, da zona urbana, principalmente da capital. Isso porque a maior escolaridade dos falantes, as últimas faixas etárias, aquelas em que as pessoas se deslocam mais e estão inseridas no mercado de trabalho, bem como o sexo masculino favorecem esta variante.

Esse resultado reflete a organização social da comunidade estudada, em que os homens, principalmente da faixa etária de 25 a 49 anos, mas também da quarta faixa de idade, mais de 50 anos, alargam suas redes de relacionamento ao irem à zona urbana para trabalharem, venderem seus produtos, comprar o necessário para suprir as necessidades de suas famílias e propriedades. Sendo assim, o contato com pessoas da cidade, tanto de Santa Leopoldina, mas também da grande Vitória faz com que esses indivíduos privilegiem a forma SN. Por outro lado, as mulheres, que se ocupam dos serviços domésticos, do cuidado dos filhos e que saem menos da comunidade rural, desfavorecem a forma SN.

Essa variante aproxima a comunidade rural de Santa Leopoldina e a comunidade de Vitória, uma vez que também na capital os homens favorecem o SN e as mulheres o desfavorecem. A partir dessa informação, pode-se vislumbrar a sistematização da variação do objeto direto anafórico, a qual fica mais evidente na comparação das variáveis linguísticas.

Tal sistematicidade é afirmada na medida em que os contextos linguísticos que favorecem uma ou outra forma são repetidos em pesquisas com diferentes comunidades de fala. Embora os fatores extralinguísticos conduzam a variação de acordo com a organização social das comunidades, os fatores linguísticos demonstram que dentro do sistema há um padrão que é seguido, independente da comunidade que está em foco.

Entre os contextos linguísticos, tanto nos dados do Rio de Janeiro (OMENA, 1978), São Paulo (DUARTE, 1989), Brasília (MALVAR, 1992), Vitória (LAUAR, 2015) quanto nos da zona rural da Bahia (SILVA, 2004) e da zona rural de Santa Leopoldina, o principal fator condicionante da variação em tela que leva o falante a favorecer a escolha da variante pronominal e restringe a anáfora zero é o traço semântico [+animado] do antecedente, que pode ou não estar combinado ao traço [+humano].

A segunda variável destacada como relevante para nosso estudo foi a estrutura do sintagma verbal, a seu respeito Omena (1978), com dados do Rio de Janeiro, demonstrou que as chamadas estruturas complexas, em que uma forma é objeto de uma oração principal e sujeito de uma oração encaixada, tinham por preferência a retenção pronominal enquanto as estruturas simples, ao contrário, preferiam a regra do apagamento. Duarte (1986), Malvar (1992) e Silva (2004) chegaram a essa mesma conclusão, de que tal estrutura oracional seria um dos fatores mais importante para o condicionamento da variação.

De forma sistemática, o trabalho de Lauer (2015), que codificou separadamente estruturas simples e complexas, como fez Omena (1978), atestou que as estruturas complexas favorecem fortemente o pronome pleno, porém não houve favorecimento da anáfora zero pelas simples. Já em nossa pesquisa em Santa Leopoldina codificamos as estruturas do sintagma verbal V+OD; V+OD+OI; V+OD+Adj.Adv.; V+OD+oração final; V+OD+Predicativo; V+OD+V, as duas últimas são aquelas consideradas complexas por Omena e Duarte, as demais seriam as simples. Mais uma vez, a análise quantitativa vislumbrou serem as estruturas complexas ou V+OD+Predicativo; V+OD+V o ambiente do pronome pleno, sendo ele muito favorecido nesses contextos.

A variável categoria morfológica do antecedente destaca a ação do paralelismo discursivo nos dados de Santa Leopoldina, mas também nos de Vitória (LAUAR, 2015) e nos do Sul da Bahia (SILVA, 2004). Dessa forma, os três estudos indicam que antecedentes substantivos favorecem a forma SN, antecedentes pronomes tendem a favorecer a retomada pelo pronome pleno e antecedentes elípticos são mais facilmente retomados por uma anáfora zero.

Outro fator semântico que se provou importante para a variação do objeto direto anafórico foi a especificidade do antecedente. Testada por Silva (2004) e por Lauer em Vitória (2015) e em Santa Leopoldina, os dados revelam que o traço [+específico] do antecedente é um ambiente propício ao uso do pronome pleno, contrapondo-o mais uma vez à forma anáfora zero, favorecida pelo traço [-específico].

A variável distância entre o antecedente e a retomada é uma das poucas que não se repete em outros trabalhos. Para Omena (1978), a variável não foi considerada relevante, em Lauer (2015) a metodologia empregada para a codificação inviabilizou a comparação com os dados de Santa Leopoldina. No entanto, no presente trabalho, a variável indicou uma regularidade interessantíssima, a qual foi vista também em Silva (2004). A análise do fator revelou que quanto mais próxima está a retomada do seu antecedente, mais favorecida é a anáfora zero e menos favorecido se torna o sintagma

nominal, isso porque em contextos em que a retomada está mais próxima o ouvinte consegue acessar facilmente a informação, não havendo necessidade da repetição do termo do qual se está falando. Por outro lado, ao se afastar a retomada do antecedente evidencia-se uma maior necessidade de lexicalização da informação, para que assim ela não se perca no discurso, por isso, nesse contexto em Santa Leopoldina, há a tendência de menor uso da anáfora zero a maior uso do SN. No Sul da Bahia, a estratégia favorecida nesses casos é o pronome pleno.

Os resultados da variável função sintática do antecedente em Vitória e em Santa Leopoldina mais uma vez indicam a sistematicidade da variação dentro do sistema linguístico do português do Brasil. O antecedente topicalizado, nas duas comunidades de fala, favorece a anáfora zero e desfavorece o SN, já quando o antecedente exerce alguma função que não a de sujeito, objeto ou tópico há o favorecimento do SN e desfavorecimento da anáfora zero.

Da mesma forma, os resultados da variável número do antecedente convergem nos dois estudos por nós realizados, de modo que o antecedente plural mostra-se como o contexto favorecedor da anáfora zero. Por outro lado, esse mesmo contexto restringe o uso do pronome pleno em Vitória e em Santa Leopoldina.

Além das variáveis discutidas, que assinalam a sistematização da variação do objeto direto anafórico em diversos estudos, testamos outras duas variáveis: tamanho da cadeia anafórica e turno. A primeira delas confirmou a hipótese de que quando o antecedente é retomado uma única vez a anáfora é realizada preferencialmente por uma forma lexicalizada, ao ser retomado mais de uma vez, há o favorecimento do uso da anáfora zero. A segunda variável atesta que quando a fala em que se encontra a variação é fruto de uma alternância de turnos entre o entrevistador e o entrevistado há preferência pela anáfora zero.

Assim sendo, os resultados obtidos nesta pesquisa permitiram concluir que as três variantes do objeto direto anafórico se encontram estabilizadas na língua de forma sistemática. Igualmente, podemos depreender que, no que diz respeito ao contínuo fala rural e fala urbana de Bortoni-Ricardo (2005), a variação do objeto direto anafórico apresenta sua maior divergência no uso do pronome pleno, embora este apresente índices de uso bem próximos nas duas variedades, a variante é evitada por falantes mais escolarizados na fala urbana e utilizado indistintamente pelos falantes da variedade rural. No entanto, ao que diz respeito ao encaixamento linguístico, há uma regularidade entre as variedades que possuem os mesmos contextos linguísticos favorecedores e desfavorecedores para a variante. Logo, nas variedades linguísticas analisadas, a

variação do objeto direto anafórico não diferencia a falar rural da fala urbana dentro do contínuo proposto por Bortoni-Ricardo (2005).

Esses resultados demonstram, portanto, a importância de se alargar o universo das pesquisas com comunidades de fala, abrangendo de forma mais efetiva as comunidades rurais do país que são muitas e revelam uma face muitas vezes desconhecida da nossa língua e do nosso povo. Sendo assim, ao finalizarmos este trabalho, desejamos que ele possa contribuir para a compreensão do Português Brasileiro como um todo, bem como para a compreensão da variação do objeto direto anafórico, mas, acima de tudo, para a valorização e reconhecimento do falar rural no Estado do Espírito Santo e no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Graça. **Canaã**. São Paulo: Martin Claret, 2005

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 20/07/2021.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução João Ferreira de Almeida. 2, ed. Barueri, SP: Ed. Revista e Atualizada, 1993.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística & educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CASAGRANDE, Sabrina. **A aquisição do objeto direto anafórico no português brasileiro**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2007.

CASTILHO, Ataliba. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CEREJA, W. R.; DIAS VIANNA, C. A.; DAMIEN, C. C. **Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso**, vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2016.

COELHO, I.L. *et al.* **Sociolinguística**. Florianópolis : LLV/CCE/UFSC, 2012.

CYRINO, Sônia. M. L. **Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos**. In: KATO, Mary Aizawa; ROBERTS, Ian (Orgs). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo**. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. **O objeto nulo no Português do Brasil: Uma mudança paramétrica?** Unicamp, MS., Campinas, 1990. *Apud* NUNES, Jairo M. Direção de clitização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: KATO, Mary Aizawa; ROBERTS, Ian (Orgs). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo**. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. **Algumas questões sobre a elipse de VP e objeto nulo em PB e PE**. In Guedes, M; Berlinck, R. de A.; Murakawa, C. de A.A. (Orgs.) **Teoria e análise linguísticas: novas trilhas**. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP, SP, Cultura Acadêmica, p. 53-79. 2006.

CUNHA, C.; LINDLEY, C. **A nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUARTE, Maria Eugênia L. *Varição e Sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1986.

DUARTE, M. E. L.; FREIRE, G. C. **Como a escrita padrão recupera formas em extinção e implementa formas inovadoras**. In: PAIVA, M. da C.; GOMES, C. A. (Orgs.) *Dinâmica da variação e mudança na fala e na escrita*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo, SP: Parábola, 2008.

FREIRE, G. C. **A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana**. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Acusativo e dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana**. *Revista da Abralin*, v.10, n.1, p. 11-32, jan./jun. 2011

FOEGER, Camila C. **A primeira pessoa do plural em Santa Leopoldina/ES**. Dissertação (Mestrado em Estudos linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

FURTADO DA CUNHA, A. **Funcionalismo**. In: *Manual de Linguística*. MARTELOTTA, M. E. (Org.) São Paulo: Contexto, 2009.

GALVES, Charlotte. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GUY, G. R. **A identidade Linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões de variação lingüística**. *Organon, Revista do Instituto de Letras UFRGS*, Porto Alegre, 2000, v. 28 e 29. p. 17-32.

GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística Quantitativa**. São Paulo: Parábola, 2007.

HORA, D. da; BALTOR, C. da S. **Estudo variacionista do objeto direto anafórico no falar pessoense**. In: CASTILHO, Ataliba T. de; MORAIS, M. A. T; LOPES, Ruth E. V; CYRINO, S. M. L. (Orgs.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Pontes Editora, 2007.

ILARI, Rodolfo. **O Português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2009, 2ed.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21/07/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): **Cidades – Santa Leopoldina-ES**. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=320450#>. Acesso em: 25/08/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): **Educação**
<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-urbana.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,brasileiros%20vivem%20em%20%C3%A1reas%20rurais>. Acesso em 26/07/2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Mapas. Disponível em:
<http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/> Acesso em: 20/07/2021.

KATO, M. **Sujeito e objeto no português brasileiro: aspectos histórico-comparativos**. Conference held at Blaubeuren, Blaubeuerne Brasilentage. 2000. *Apud* CYRINO, S. M. L. **Algumas questões sobre a elipse de VP e objeto nulo em PB e PE**. In Guedes, M; Berlinck, R. de A.; Murakawa, C. de A.A. (orgs.) Teoria e análise lingüísticas: novas trilhas. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP,SP, Cultura Acadêmica, p. 53-79. 2006.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo, Contexto, 1997. *Apud*. BENTES, A. C. **Linguística Textual**. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) Introdução à Linguística: domínios e fronteiras v.1. São Paulo: Cortez, 2008.

LABOV, W. **What is a linguistic fact?** Lisse: Peter de Ridder Press, 1975

_____. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008[1972].

_____. **Principles of Linguistic Change: Social Factors**. Oxford, Blackwell, 2010.

LAUAR, Aline B. T. F. **Não o vejo mais em Vitória: a substituição do clítico acusativo de terceira pessoa na fala capixaba**. 2015. 110f. Dissertação (Mestrado em Estudos linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

LOPES, L. O. J. **“As história são boa. As pessoas, maravilhosa”**: análise da variação da concordância verbal e nominal na zona rural de Santa Leopoldina/ES. 2020. 380f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

MALVAR, Elizabete da S. **A realização do objeto direto de terceira pessoa em cadeia anafórica no Português do Brasil**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 1992.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOSO CÂMARA, Joaquim. **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____. **Dicionário de Linguística e Gramática**. Petropolis: Vozes, 1977.

MEYERHOFF, M. **Introducing Sociolinguistics**. New York: Routledge, 2006.

MENUZZI, S.; CREUS, S. **O papel do gênero na alternância entre objeto nulo e pronome pleno em português brasileiro**. Anais do 6º Encontro CelSul – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro, Simões, 1953.

NEVES, Maria H. de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NUNES, Jairo M. **Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro**. In: KATO, Mary Aizawa; ROBERTS, Ian (Orgs). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: UNICAMP, 1996.

OLIVEIRA E SILVA, G. M. **Coleta de dados**. In: Molica, M. C; BRAGA, M. L. (Orgs) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, M. R. **Linguística Textual**. In: Manual de Linguística. MARTELOTTA, M. E. (Org.) São Paulo: Contexto, 2009.

OMENA, Nelize P. de. **Pronome pessoal de terceira pessoa. Suas formas variantes em função acusativa**. Dissertação de Mestrado, PUC, Rio de Janeiro, 1978.

ORMUNDO, W.; SINISCALCHI, C. **Se liga nas linguagens: português**. São Paulo: Moderna, 2020.

PAGOTTO, E. G. **Clíticos, mudança e seleção natural**. In: KATO, Mary Aizawa; ROBERTS, Ian (Orgs). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: UNICAMP, 1996.

PAIVA, M. da C. de. **A variável gênero/sexo**. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 33-42.

PEZATTI, E. G. **O funcionalismo em Linguística**. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras v.3*. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTE PRETA, S. **O melhor de Stanislaw Ponte Preta**. In: Cavalcanti, Valdemar (Org). Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

POPLACK, S. **Norme prescriptive, norme communautaire et variation diaphasique**. In: LINDSCHOUW, J.; KRAGH, K. (orgs.). *Variations diasystémiques et leur sinterdépendances dans les langues romanes*. Copenhague: TraLiRo - Sociolinguistique, dialectologie, variation, 2015. p. 293-319.

Programa de assistência técnica e extensão rural PROATER 2011-2013. Santa Leopoldina. Planejamento e programação de ações (2011). Disponível em: http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Centro_cerrano/Santa_Leopoldina.p df. Acesso em 15/08/2021.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Índice de desenvolvimento humano: municipal, 1991 e 2000 – todos os municípios do Brasil. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDHM%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\). htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDHM%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000). htm). Acesso em 27/08/2021.

Programa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019. Informativo Educação 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 15/09/2022.

SANTA LEOPOLDINA. **História do Município**. Disponível em: <http://www.santaleopoldina.es.gov.br/>. Acesso em 20/07/2021.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. Goldvarb X: variable rule application for Macintosh and Windows. Toronto: University of Toronto, 2005.

SANKOFF, D.; LABERGE, S. (1978) **The linguistic market and the statistical explanation of variability**. In David Sankoff (ed.) *Linguistic Variation: Models and Methods*. New York: Academic Press, 239–250. *Apud* MEYERHOFF, M. **Introducing Sociolinguistics**. New York: Routledge, 2006

SARMENTO, L. L.; TUFANO, D. **Português: leitura, gramática e produção de texto**. São Paulo: Moderna, 2010.

SCHERRE, Maria Marta P. **Paralelismo Linguístico**. *Revista Estudos Linguísticos.*, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.29-59, jul./dez. 1998.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. **Sobre a concordância de número no português falado do Brasil**. In Ruffino, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509- 523, 1998.

SCHWARZ, F. O município de Santa Leopoldina. Vitória: [s.n.], 1992

SCHWENTER, S.; SILVA, G. **Variation in Anaphoric Direct Object Expression Across Portuguese Dialects**. NWAV 39 - San Antonio, November 5, 2010.

SILVA, M. C. V. de F. **O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro**. Dissertação de Mestrado. – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

TAGLIAMONTE, Sali A. **Analysing Sociolinguistic Variation**. New York: Cambridge University Press, 2006.

TARALLO, Fernando. **Diagnosticando uma Gramática Brasileira: O português d'além-mar ao final do século XIX**. In: KATO, Mary Aizawa; ROBERTS, Ian (Orgs). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: UNICAMP, 1996.

TRUDGILL, Patrick. **The Speech Community**. In: CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTE, N. *The Handbook of Language Variation and Change*. Blackwell Publishing, 2006, p. 573 - 597.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2009[1968].

WOLFRAM, W.; SCHILLING-ESTES, Natalie. **American English**. Oxford: Blackwell, 1998. *Apud* LABOV, William. *Principles of Linguistic Change: Social Factors*. Oxford, Blackwell, 2010.

YACOVENCO, L. C.; SCHERRE, M. M. P. **A variação linguística, o gênero do falante e o princípio de marcação linguística e social**. In: CARMELINO, A. C; MEIRELES, A. R; YACOVENCO, L. C. (Orgs). *Questões Linguísticas: Diferentes abordagens teóricas*. Vitória: PPGEL/UFES, 2012.

ZANELATO, C. A. **Já vejo ele nos quadrinhos: uma análise em tempo real da variação do objeto direto anafórico de terceira pessoa em revistas da turma da Mônica**. Dissertação (Mestrado em Estudos linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

ANEXO A – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG nº _____, estou sendo convidado(a) a participar de um estudo sobre o município de Santa Leopoldina, Espírito Santo.

A minha participação no referido estudo será no sentido de conceder uma entrevista. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer dado que possa, de alguma forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado(a) que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. A pesquisa será realizada pelas alunas-pesquisadoras Camila Candeias Foeger, RG nº XXXXXX, sob a orientação da professora Dra. Lilian Coutinho Yacovenco, e Lays de Oliveira Joel Lopes, RG nº XXXXX, sob a orientação da professora Dra. Maria Marta Pereira Scherre, filiadas à da Universidade Federal do Espírito Santo.

Estou ciente de que as informações prestadas por mim serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa e manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Santa Leopoldina, _____ de _____ de 20____.

(Assinatura)

Obs.: _____

Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato com Camila Candeias Foeger. Telefones: XXXXXXXX. E- mail milafoeger@gmail.com.

ANEXO B - DETALHAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DOS FALANTES

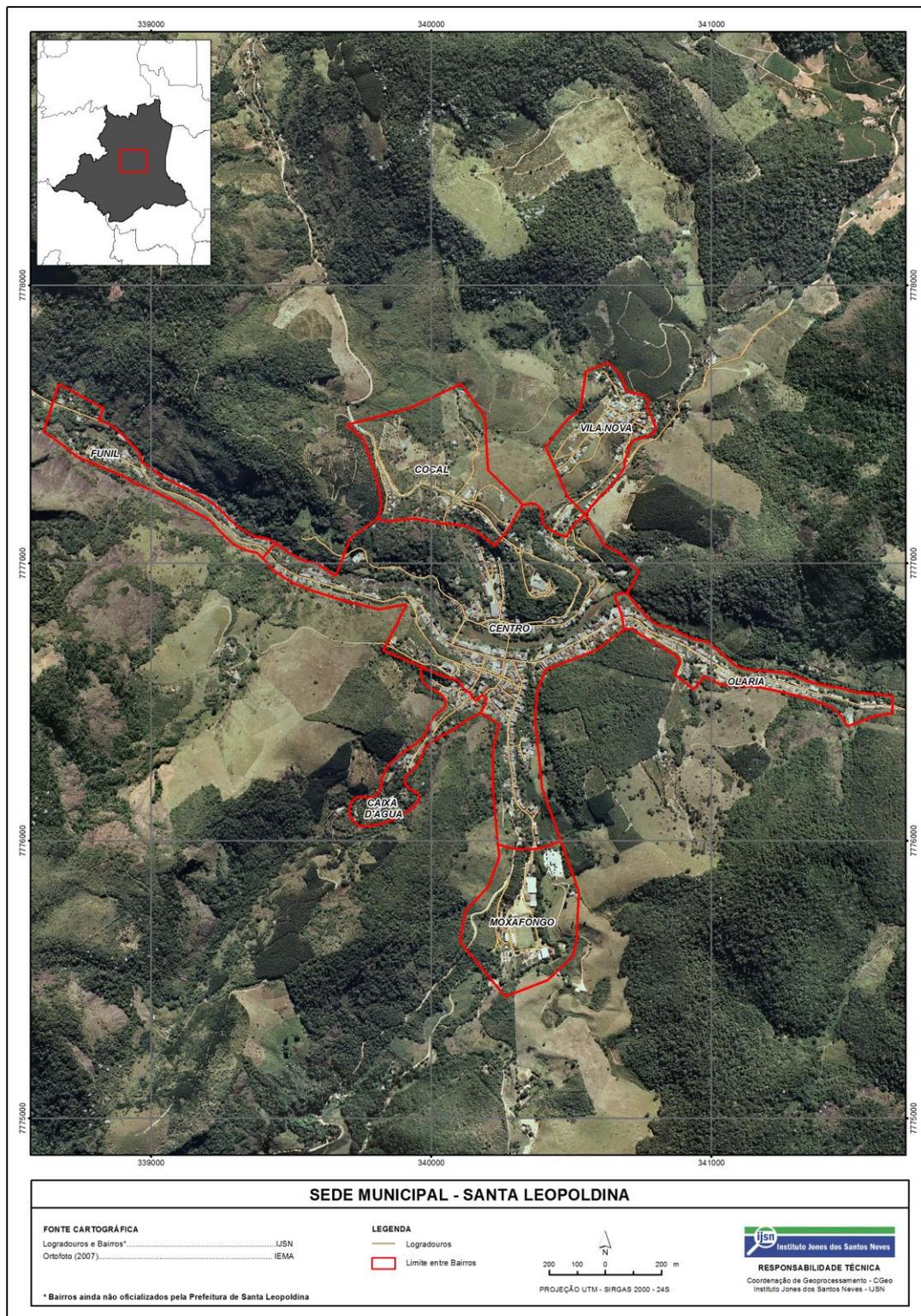
Quadro de falantes para a formação de banco de dados da fala na área rural de Santa Leopoldina/ES

Célula	Faixa Etária	Gênero	Escolaridade	Localidade
1	07-14	Feminino	Ens. Fundam. I	Luxemburgo
2	07-14	Feminino	Ens. Fundam. I	Santo Antônio
3	07-14	Feminino	Ens. Fundam. I	Santo Antônio
4	07-14	Feminino	Ens. Fundam. II	Fumaça
5	07-14	Feminino	Ens. Fundam. II	Meia Léguas
6	07-14	Feminino	Ens. Fundam. II	Meia Léguas
7	07-14	Masculino	Ens. Fundam. I	Ribeirão dos Pardos
8	07-14	Masculino	Ens. Fundam. I	Santo Antônio
9	07-14	Masculino	Ens. Fundam. I	
10	07-14	Masculino	Ens. Fundam. II	Ribeirão dos Pardos
11	07-14	Masculino	Ens. Fundam. II	Retiro
12	07-14	Masculino	Ens. Fundam. II	Meia Léguas
13	15-25	Feminino	Ens. Fundam. I	Luxemburgo
14	15-25	Feminino	Ens. Fundam. I	Cabeceira de Santa Lúcia
15	15-25	Feminino	Ens. Fundam. II	Retiro
16	15-25	Feminino	Ens. Fundam. II	Fumaça
17	15-25	Feminino	Ens. Médio	Retiro
18	15-25	Feminino	Ens. Médio	
19	15-25	Masculino	Ens. Fundam. I	Luxemburgo
20	15-25	Masculino	Ens. Fundam. I	Ribeirão dos Pardos
21	15-25	Masculino	Ens. Fundam. II	Rio do Meio
22	15-25	Masculino	Ens. Fundam. II	Rio do Meio
23	15-25	Masculino	Ens. Médio	
24	15-25	Masculino	Ens. Médio	Ribeirão dos Pardos
25	26-49	Feminino	Ens. Fundam. I	Ribeirão dos Pardos
26	26-49	Feminino	Ens. Fundam. I	Suíça
27	26-49	Feminino	Ens. Fundam. II	Santo Antônio
28	26-49	Feminino	Ens. Fundam. II	Fumaça
29	26-49	Feminino	Ens. Médio	Holanda
30	26-49	Feminino	Ens. Médio	Holanda
31	26-49	Masculino	Ens. Fundam. I	Ribeirão dos Pardos
32	26-49	Masculino	Ens. Fundam. I	Suíça
33	26-49	Masculino	Ens. Fundam. II	Suíça
34	26-49	Masculino	Ens. Fundam. II	Ribeirão dos Pardos
35	26-49	Masculino	Ens. Médio	Santo Antônio
36	26-49	Masculino	Ens. Médio	Meia Léguas
37	50...	Feminino	Ens. Fundam. I	Ribeirão dos Pardos
38	50...	Feminino	Ens. Fundam. I	Suíça
39	50...	Feminino	Ens. Fundam. II	Holandinha
40	50...	Feminino	Ens. Fundam. II	

41	50...	Feminino	Ens. Médio	Barra de Mangaraí
43	50...	Masculino	Ens. Fundam. I	Suíça
44	50...	Masculino	Ens. Fundam. I	Suíça
45	50...	Masculino	Ens. Fundam. II	Ribeirão dos Pardos
46	50...	Masculino	Ens. Fundam. II	Meia Légua

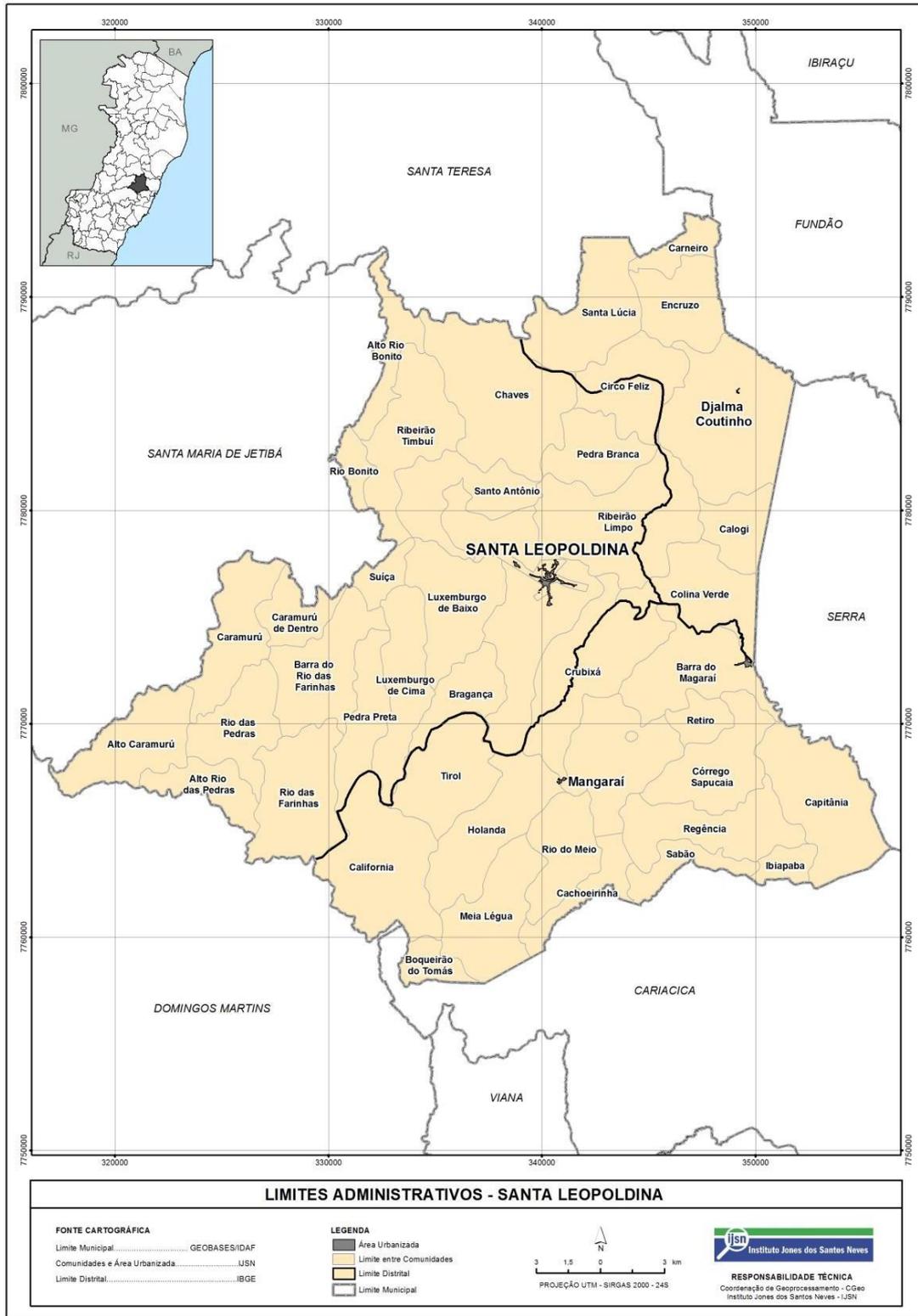
Obs.: Ens. Fundam. I = 0 a 5 anos de escolarização; Ens. Fundam. II = 6 a 9 anos de escolarização; Ens. Médio = 10 a 12 anos de escolarização.

ANEXO C – MAPA PANORÂMICO DO CENTRO DA CIDADE DE SANTA LEOPOLDINA/ES.



Fonte: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/custom/mapas/municipios/listamapas.php?id=62&nome=Santa+Leopoldina&catid=205>

ANEXO D – MAPA DA DIVISÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA/ES



Fonte:

<http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/custom/mapas/municipios/listamapas.php?id=62&nome=Santa+Leopoldina&catid=205>

ANEXO E – ATIVIDADE DE REFERENCIAÇÃO DESENVOLVIDA COM ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE VITÓRIA – ES.

Por causa do elevador

A notícia saiu pequenininha num desses jornais impressos com plasma sanguíneo. O cara chegou no hospital com as calotas empenadas e necessitando serviço de lanternagem na carroceria. Tinha brigado com a mulher e **essa** _____ deu-**lhe** _____ uma bonita surra de abajur. Pelo menos foi o que **ele** _____ contou: tinha sido vítima de um abajurcídio.

Provavelmente o abajur tinha se transformado em objeto inútil, como de resto acontece com todos os lares capixabas desde que a Escelsa resolveu acabar com esse luxo de acender luz de noite. O marido **se** _____ folgou e a ponderada senhora agarrou o abajur e **o** _____ lançou nas fuças do cônjuge.

O senhor Barros – **este** _____ é o nome da vítima – declarou que foi atacado em metade da cara por **sua** _____ cara-metade e, por isso, as autoridades acharam uma boa ideia bater um papinho com a agressora

Conversa vai, conversa vem, **ela** _____ disse ao delegado que o marido, depois que a luz apagou, ficou um pouco cínico:

Imagine doutor, declarou **ela** _____, que o Mário chega todo dia em casa de madrugada e quando **eu** _____ pergunto por que, o miserável diz que ficou preso dentro de um elevador qualquer, por falta de energia. Um dia eu acreditei, no outro também, mas no terceiro dia que **ele** _____ ficou preso por falta de energia, **eu** _____ achei que quem estava sem energia era **eu** _____, esperei-**o** _____ vir com a desculpa de novo para dar o corretivo. Ontem não deu outra coisa: viram-**no** _____ andando na rua da Lama de madrugada, devia estar em algum botequim. **Me** _____ ligaram para avisar, **eu** _____ já imaginava que era **isso** _____. **Ele** _____ chegou quase com o dia clareando e falou que ia descendo no elevador do prédio de um amigo, onde foi deixar um embrulho, e aí faltou energia. Aproveitei e disse que energia era o que não ia faltar e... pimba!... agarrei um abajur que estava ao meu lado e fiz o serviço.

Vejam, caros leitores, que drama chato. A desculpa de ficar preso em elevador é excelente, mas **ela** _____ não deve ser repetida. Não há mulher que caia **nessa** _____ mais de duas vezes ao ano e, assim mesmo, espaçado; bem espaçado.

De qualquer forma, nunca é demais aproveitar a experiência alheia e fazê-**la** _____ **nossa** _____. Nada de ficar preso em elevador mais de uma vez. [...]

Ponte Preta, Stanislaw. In: Cavalcanti, Valdemar (Org). *O melhor de Stanislaw Ponte Preta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p.207. (fragmento adaptado)

Atividade:

Observe os pronomes destacados, eles se referem a alguma palavra anteriormente mencionada no texto. No espaço à frente de cada um deles, escreva a palavra retomada.

ANEXO F - ROTEIRO BASE PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS PERGUNTAS DESTINADAS, ESPECIALMENTE, A INFORMANTES DE 7-14 ANOS

- Quais as atividades que você mais gosta de fazer?
- O que você acha da cidade de Santa Leopoldina?
- Você gostaria de morar em outro lugar? Onde? Por quê?
- Qual é o país que você mais gostaria de conhecer? Por quê?
- O que você acha do nosso país?
- Você gostaria de viajar sozinho? Por quê?
- Você costuma viajar com sua família? Pra onde você já foi?
- Pra que lugar você gostaria de viajar se tivesse dinheiro pra gastar? Por quê?
- Qual foi a maior travessura que você fez na escola?
- O que você acha dos seus professores? Qual é o seu preferido? Por quê?
- Qual foi seu pior professor? Como ele era?
- Em qual matéria você é melhor e em qual tem mais dificuldade?
- Você gosta da sua escola? Como é a coordenadora?
- Você já fez algum passeio com a sua escola? Pra onde? Como foi?
- Conte uma coisa engraçada que você fez ou viu alguém fazer.
- O que você costuma merendar na escola ou levar lanche de casa? Por quê?
- Quais são suas brincadeiras preferidas?
- Você já colou alguma vez? Conte como foi.
- Quem são seus melhores amigos na escola? E fora da escola?
- Você já foi traído por algum amigo? Como foi?
- Você já estudou em outras escolas? Qual a diferença entre elas?
- Você costuma estudar em casa? Seus pais ajudam a fazer o dever de casa?
- Que programa de televisão você mais gosta? Você já assistiu Big Brother?
- Pra quem você torcia?
- Se a Globo te chamasse pra participar do novo Big Brother, você aceitaria?
- Por quê?
- Que tipo de filme você gosta? Qual foi o último que você viu?
- Que tipo de livro ou revista você costuma ler?
- Você gosta de novelas? Qual novela você assiste?
- Você tem ideia de qual profissão gostaria de ter? Por quê?
- Qual seu ator/atriz favorito? Qual novela ou filme que ele/a fez?
- Aqui em Santa Leopoldina há alguma área de lazer? Você usa essa área?

- Como?
- O que você gosta de comer? Sua mãe obriga você a comer alguma coisa?
- Do que você não gosta ou não come de jeito nenhum?
- Você sabe fazer alguma comida? Como você faz?
- Você faz alguma atividade fora da escola?
- Os meninos e as meninas da sua turma já ficaram com alguém? Como é isso pra você?
- Qual o tipo de menino/a que você gosta? Como você acha que seria a pessoa ideal pra você?
- Você acha que algumas coisas só meninos/as podem fazer? Por quê?
- Você pretende ter filhos? O que você acha que vai deixar eles fazerem? O que acha que vai proibir?
- Você conhece alguém que usa drogas? Como é isso na sua turma?
- O que você quer pra você no futuro?

ANEXO G - ROTEIRO DE ENTREVISTA COMUM A TODOS OS INFORMANTES

QUESTÕES LOCAIS

- Você gosta de morar em Santa Leopoldina? Por quê? Pretende sair daqui em alguma época? Por quê?
- O que você sabe sobre a história do município?
- Você acha que o desmembramento de Santa Maria de Jetibá foi bom para o município?
- Conhece alguma lenda, algum fato que as pessoas contam que aconteceu aqui?
- A vida aqui é boa? Quais as dificuldades que vocês enfrentam aqui? O que está faltando?
- Você trabalha na roça? Seus filhos e esposa/marido também trabalham?
- O que vocês plantam aqui? Como é o cultivo?
- Você acha que os rios e as matas aqui em Santa Leopoldina são bem preservados?
- Você gosta de trabalhar na roça ou gostaria de ter outro emprego?
- Você começou a trabalhar na roça com quantos anos?
- O que você acha das crianças ajudarem os pais com o trabalho? Você acha que a criança deve trabalhar?
- E sobre a lei para proibir as palmadas? Você concorda com isso ou acha que a criança pode sim levar umas palmadinhas?
- Como foi sua infância? Do que vocês brincavam?
- Você acha que as brincadeiras de hoje ou de antigamente eram mais saudáveis?
- Qual era a sua brincadeira preferida?
- Você já passou por alguma situação em que você teve muito medo? Pode contar o que aconteceu?

SEGURANÇA PÚBLICA

- Você acha Santa Leopoldina uma cidade segura?
- Você acha que a vida no campo é mais tranquila (no sentido da segurança) do que na cidade?
- Sua casa ou a de algum vizinho já foi assaltada? Como foi?

- O que você faz para se proteger da violência?
- O que você acha do porte de arma? Você teria uma arma?
- E a questão do tráfico de drogas, como é em Santa Leopoldina? E na zona rural?
- Como você vê a violência do trânsito? O que você acha que deve ser feito com pessoas que cometem crimes de trânsito?
- O que você acha da Justiça brasileira?

SAÚDE

- Você já teve alguma doença grave? E algum parente ou amigo seu? Como foi passar por isso?
- Você tem problemas de colesterol, hipertensão, diabetes?
- Você tem alergia a alguma coisa? O que acontece quando você tem essa alergia?
- Você acha que as pessoas tomam remédios demais e por conta própria?
- Você confia nos medicamentos genéricos?
- Você usa o SUS? O que você acha do atendimento?
- Você tem plano de saúde? Você acha que é bom? Você acha as mensalidades muito altas?
- Você usa o posto de saúde e o hospital aqui do município? Como é o atendimento?
- Você já passou por alguma situação constrangedora em algum hospital?
- Quando se fala em hospital, o que vem à sua cabeça?
- Aqui no município tem coleta seletiva de lixo? O que você acha dessa coleta?
- Você considera Santa Leopoldina uma cidade limpa? E os rios, como são?
- Você acha que a população contribui com a limpeza da cidade?
- O que você acha das campanhas contra o fumo? E as campanhas de prevenção à AIDS?
- Você já passou por alguma cirurgia? Conhece alguém que já passou por uma cirurgia de urgência? Como foi?
- Você possui animais de estimação? Você acha que eles podem transmitir doenças? Você acha que os cachorros são perigosos para a população?
- Você acha que a medicina evoluiu tanto que quase pode levar o homem à imortalidade?

- Qual sua opinião sobre clonagem humana?
- Você doa sangue? Por quê?
- Você acha que as pessoas hoje têm uma vida mais saudável do que antigamente?
- Quais cuidados você toma com sua saúde?

RELIGIÃO

- Qual é a sua religião? Como você se tornou dessa religião?
- Qual é a religião dos seus pais? Eles sempre foram dessa religião?
- Seus filhos também são dessa religião?
- O que você faria se seus filhos não fossem da mesma religião que você?
- Qual a importância da religião na vida das pessoas? E na vida dos jovens?
- Você acha que os jovens de hoje são mais ou menos religiosos do que os de antigamente? Por quê?
- Você sempre vai à igreja? Como você participa da sua igreja?
- Você já levou alguém pra sua igreja? Como foi isso?
- Qual é a história da Bíblia que você mais gosta? Por quê? Como é essa história?
- Como você acha que as pessoas e o mundo são atualmente? Quais são suas crenças?
- Qual sua opinião sobre o dízimo?
- Você acha que uma criança deve ser batizada com qual idade?
- Você já fez ou conhece alguém que fez alguma promessa? Qual?
- Você acha que as festas juninas têm ainda alguma relação com os santos?
- Você acha que as mulheres também poderiam ser sacerdotisa? Por quê?
- Você acha que os padres podem casar? Por quê?

ALIMENTAÇÃO

- Você acha que o brasileiro se alimenta bem? E você também se alimenta bem?
- Você acha que as pessoas da zona rural se alimentam melhor do que as pessoas da cidade? Por quê?
- Qual seu prato preferido? Você sabe prepará-lo? Como é que você faz?
- Você cozinha? Qual sua especialidade? Você pode dar a receita para gente?

- Quais são os pratos típicos daqui da região? Sabe preparar algum? Como é que faz?
- O que normalmente você come no café da manhã? E no almoço? E no jantar?
- Você acha que a mulher tem de saber cozinhar? Por quê?
- Que tipo de comida faz mal a você?
- Você gosta de doces? Sabe fazer alguma sobremesa?
- Quais são os pratos que sua família costuma preparar para o Natal? E para Semana Santa?
- Você deixa seus filhos comerem de tudo? O que é proibido por você?
- Você obriga seus filhos a comerem determinados alimentos?
- Alguma comida te dá nojo ou você diz “isso eu não como de jeito nenhum”?
- Você acha que hoje ou antigamente a alimentação é mais saudável?
- Sua família se reúne aos domingos para o almoço? Que comidas vocês comem nessa ocasião?
- Você faz feira! Você acha que os alimentos da feira são melhores ou piores do que os do supermercado!
- Você faz supermercado com ou sem lista?
- Você procura os melhores preços ou os melhores produtos?
- Você é fiel a determinadas marcas de produtos?

EDUCAÇÃO

- Você estudou até que ano? Se você pudesse você teria estudado mais?
- Em que escola você estudou?
- Como era a sua escola? E seus professores? Você gostava de ir para a escola?
- Como você fazia para chegar até a escola?
- Por que você não continuou a estudar? Por que você largou os estudos?
- Se você tivesse estudado mais, que curso você faria?
- Seu marido/filho estudou até que ano?
- Você acha que é importante completar os estudos?
- A escola dos seus filhos é perto da sua casa?
- O que você acha da escola dos seus filhos? E os professores?

- O que você acha do ensino de hoje? Você acha melhor ou pior do que o ensino da sua época?
- Você acha que seus filhos aproveitam de alguma forma o que eles aprendem na escola?
- Você gosta(va) de estudar ou só estuda(va) por obrigação?
- Você acha que a escola modifica de alguma forma o comportamento das crianças? Como?
- Você vai às reuniões na escola do seu filho? O que você acha dessas reuniões?
- Você ajuda seu filho nas tarefas de casa? Como você acha que os pais podem ajudar o filho na escola?
- Você acha que os professores de hoje são melhores ou piores do que os do seu tempo?
- Você tem boas lembranças da escola? Você se lembra de algum caso engraçado ou de alguma confusão muito grande?
- Você acha que o professor influencia muito o aluno, até mesmo na escolha de uma profissão?
- Você acha que a escola contribui para que seu filho seja uma pessoa melhor? Como?
- Você acha que os alunos têm de fazer prova desde pequenos? E a não-reprovação nos dois primeiros anos, você concorda com isso?

ESPORTE E LAZER

- Qual é seu esporte preferido? Você o pratica?
- Você acha que a cidade possui bons lugares para a prática de esportes?
- Você acha que a infra-estrutura é adequada?
- Você torce por algum time?
- O que você acha da atual seleção brasileira? Que mudanças você faria se fosse o técnico?
- Você acha que o Brasil vai ser campeão da próxima copa?
- Quais são as opções de lazer aqui no município?
- Você acha que há necessidade de mais áreas de lazer na cidade? O que você sugeriria para ser construído?

- Você vai aos shows gratuitos que acontecem na cidade? Qual foi o último que você foi?
- E o carnaval da cidade, você gosta? Acha que é importante para o município?
- E quais são as outras festas da região?
- Você acha que Santa Leopoldina tem potencial turístico? Quais são os lugares que você levaria um turista?